

UM VARÃO
DA REPUBLICA

2080



Série 5.^a

BRASILIANA

Vol. 88

BIBLIOTECA PEDAGOGICA BRASILEIRA

HELIO LOBO

UM VARÃO DA REPUBLICA

FERNANDO LOBO

A proclamação do regime em Minas,
sua consolidação no Rio de Janeiro.



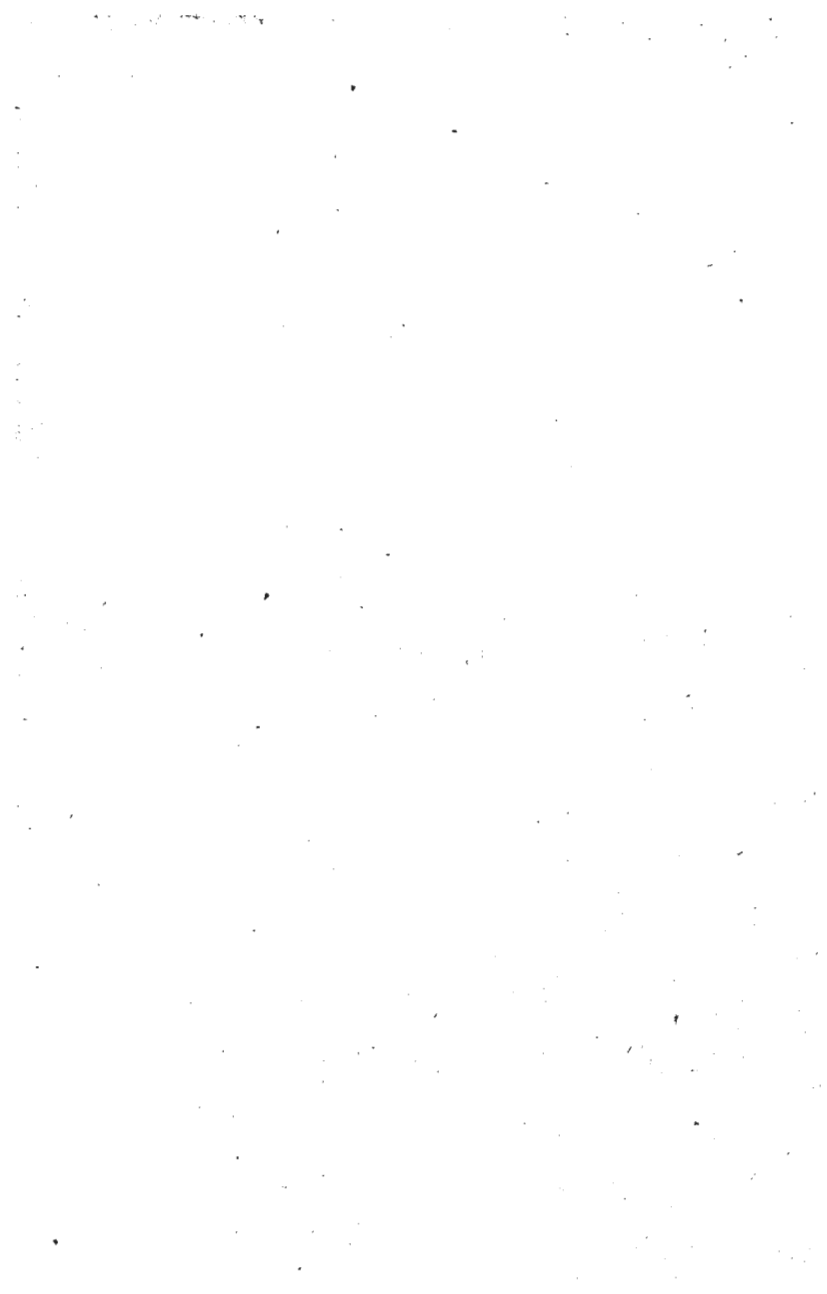
1937

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO - RIO DE JANEIRO - RECIFE - PORTO ALEGRE



Que na verdade este foi o homem,
em quem vimos conformarem as palavras
com a vida e a vida com as palavras.

FR. LUIS DE SOUZA, *Vida da D. Fr. Bartolameu dos Martyres*. Lisboa, na Tygraphia Rollandiana, 1858, Liv. V, 289.



DUAS PALAVRAS

Facil não é ao filho dizer da Vida do Pai, porque o laço do sangue tem suas decisões irrecorríveis.

Deu-se, por isso, a este ensaio, uma feição objetiva, na qual depõem de preferencia os documentos. Perde o livro talvez em originalidade pessoal, mas ganha certamente em exactidão historica.

Fernando Lobo aparece, além disso, esquivo, quasi anonimo, no fundo do quadro em que se desenvolvem os acontecimentos. E' mais de acôrdo com o papel que desempenhou e mais em harmonia com seu temperamento, todo de penumbra. Entretanto, figurou numa época incandescente, a que vai da proclamação da Republica, em Minas Gerais, á sua consolidação, sob Floriano Peixoto, no Rio de Janeiro. Antes, fôra a propaganda individual; depois, com exceção de breve estagio no Banco do Brasil e no Senado Federal, um afastamento perene, no qual, aliás, nunca desapareceu o cidadão zeloso da cousa publica.

Póde ser que a renuncia á politica militante, tenha feito aparecer nele só as virtudes, pela ausencia das asperezas partidarias acaso hostis ou reticentes. Mas o certo é que havia na sua personalidade um solido estofo de

dons civicos e humanos que lhe aureolavam, ainda vivo, o nome. Não constituia isso recompensa cabal, uma vez que de todas as justiças a dos contemporaneos é a mais rara?

Republicano como os irmãos, cujos traços adiante tambem se registam levemente, tal o espirito publico que a todos distinguio, Fernando Lobo caminhou sósinho, orfão como eles desde menino, toda a existencia. Sua fé não fraqueou com os anos, suas crenças democraticas não diminuíram diante de certos desenganos, — a Republica seria isso mesmo, uma instituição de homens com as fraquezas dos homens, mas visando sempre os ideais de cultura espiritual e moral, o desenvolvimento material do Brasil.

Com esse sonho, que sorpresas rudes não raro interromperam, partio para o sono de que a gente não acorda. Justo, ele era. Incapaz de maldade, sempre foi. Assim formou o seu lar, assim serviu aos seus ideais. Mais nesse aspecto do que no torvelinho da politica militante, que margeou por algum tempo, sua vida é de estudar-se.

Rio de Janeiro, Março de 1937.

HELIO LOBO

I N D I C E

PRIMEIRA PARTE

MINEIROS E FEDERAES

CAPS.

PAGS.

I — As origens 3

João Lobo Lette Pereira emigra de Santarem, Portugal, estabelecendo-se na Capitania de Minas Gerais, com residencia em Cachoeira do Campo. — Ocupa o posto de tenente-coronel do regimento de cavalaria de ordenanças de Vila Rica. — E' promovido a coronel por Gomes Fraire de Andrada. — Casa-se em segundas nupcias com D. Tereza da Silva Avila de Figueiredo. — Seus dois filhos, Luiz e Antonio Agostinho tambem abraçam a carreira das armas. — Antonio Agostinho e a conjuração mineira. — Seu filho Fernando Lobo Lette Pereira foi um dos signatários do termo de juramento da Constituição portugueza em Vila Rica. — Tinha a familia espirito publico. — O primogenito, Joaquim Lobo, morre moço deixando quatro filhos, Americo, Francisco, Fernando e Joaquim Lobo Lette Pereira.

II — Estudantes e doutores 12

Os quatro órfãos. — Estudos na Campanha e no Rio de Janeiro. — Americo, poeta e advogado, juiz de direito em Ponce Alegre, deputado geral, estabeleceu-se em Leopoldina, prestando serviços á abolição. — Suas relações com Lucio de Mendonça. — Traduz Longfellow. — Candidato republicano pelo 9.º distrito do Minas em 1885. — Francisco Lobo, engenheiro, occupa importantes cargos ferroviarios. — A Companhia E. F. Paulista e sua ação. — A redução de bitola da E. F. Pedro II e a celeuma que levantou. — Joaquim Lobo segue a carreira medica. — Politico, diletanta, polemista. — Foi o primeiro presidente republicano da Camara Municipal de Cataguases, repute conservador.

III — Uma banca de advogado 24

Fernando Lobo forma-se em direito. — Seus contemporaneos na Faculdade de São Paulo e de Recife. — Como o viram Almeida Nogueira e Escagnolls Doria. — Advogado em Leopoldina, fixa depois residencia em Juiz de Fôra. — Seu casamento com Maria Mascarenhas Barroso, dedicada companheira de sua vida. — Como Saint-Hilaira viu Juiz de Fôra. — Fernando Lobo patrono ali de réus pobres, membro da mesa da Santa Casa e advogado. — Republicano da propaganda. — Seus correigionarios. — A abolição da escravidão, o advento da Republica, a opinião publica e a imprensa. — Depoimentos de Joaquim Nahuco e Campos Salles.

IV — Sonho e realidade 36

A mudança do regime politico. — Federação e presidencialismo. — Incertezas e divergencias de orientação. — A autonomia regional e a autoridade central. — A luta entre Ouro Preto e Juiz de Fôra. — Cesario Alvim e Fernando Lobo. — As sucessivas mudanças do governo em Minas. — Receio de que a ditadura se perpetuasse. — A Constituição de 24 de Fevereiro e as Constituições estaduais. — Epoca nova? — Woodrow Wilson e a federação norte-americana.

V — Juiz de Fôra e Ouro Preto 43

Ainda o antagonismo politico entre o sentimento republicano do Estado e a direção politica de Ouro Preto. — A questão da mudança da capital. — A eleição á Constituinte Federal e a organização do escrutínio previo. — Polemicas pala imprensa do Rio a de Minas. — Fernando Lobo convoca os presidentes dos clubs republicanos do Estado para uma reunião em Juiz de Fôra. — A reunião desse congresso. — Vence a chapa do escrutínio previo. — Exclusão de João Penido e apelo deste ao eleitorado do Estado. — Diversos fatos, intencionais uns, desprevidos outros, agravam a situação, preparando a luta politica. — Abusos administrativos federais, descrença no regime.

VI — Dissidentes 55

A chapa á Constituinte Federal. — Viagem de Silva Jardim a Minas. — Aumentam as divergencias quanto á chapa á Constituinte estadual. — Reune-se em Juiz de Fôra o congresso dos republicanos dissidentes do Estado de Minas. — Seu manifesto. — Questão de principios e não de pessoas. — Casario Alvim e o Congresso de Juiz de Fôra. — Antonio Olynto e outros respondem. — O adiamento das eleições não se realiza, apesar de votado pela Constituinte. — Receios de restauração monarchica. — A *Minas Livre* e o *Farol*. — Excessos e incertezas.

VII — A Constituinte em ação 66

As eleições e a abstenção da dissidencia. — O *Jornal de Minas* e Fernando Lobo. — Republicanos historicos e adesistas. — O

Idealismo daqueles. — A independência da Constituinte mineira. — Remodelação do projeto de Constituição. — Parecer em separado de Olynto de Magalhães. — O Senado mineiro, órgão moderador. — Cesario Alvim assume o governo do Estado. — Topicos de seu manifesto. — A situação do Governo Federal. — Reeleição de Deodoro. — O que disseram Campos Salles, Assis Brasil e o *Jornal do Comercio*. — A ação de Americo Lobo na Constituinte e no primeiro Congresso Nacional.

VIII — 3-23 de Novembro de 1891 76

O golpe de Estado e sua repercussão em Minas. — Fernando Lobo e seus companheiros a favor da Constituição. — Cesario Alvim apoia Deodoro e depois Floriano. — Razões dessa atitude. — Lauro Sodré na resistencia. — Os rumores da deposição do Presidente de Minas. — Como se desenrolaram os acontecimentos. — Morte de D. Pedro II em Paris. — Commentario melancolico do *Farol*.

IX — Ministro federal 84

Fernando Lobo, Ministro do Exterior. — Novo periodo de sua vida que começa, criando-lhe dificuldades materiais. — A situação politica do momento. — Posição de Cesario Alvim. — O golpe de Estado e o protesto da bancada mineira dissidente. — Os signatarios do protesto. — Topicos do mesmo. — A reunião da bancada mineira em 19 de dezembro de 1891. — Palavras de Constantino Luis Paletta. — Manobra de flanco.

X — Desfecho da discordia politica 93

A situação do Governo de Ouro Preto objeto de polemica na imprensa do Rio. — Joaquim Lobo e Aristides Maia accusam. Cesario Alvim defende-se. — A polemica axeda-se, entrando nela quasi toda a imprensa mineira. — Cama Cerqueira e o momento. — Parte da deputação federal mineira procura Floriano para evitar que seja perturbada a paz em Minas. — Os intuitos pacificos da dissidencia. — Um esclarecimento de Cesario Alvim no *Jornal do Comercio*. — Desabafo de um anonimo.

XI — União ou separação 102

Esporadicas manifestações de separatismo em Minas Gerais. — Projetos apresentados á Assembleia Geral da Provincia, no Imperio. — As razões da criação do Estado de Minas do Sul. — Palavras de "Um mineiro de 1842". — Cama Cerqueira interpola Fernando Lobo na *Gazeta de Noticias*.

XII — Minas do Sul 109

O Estado de Minas do Sul. — Instauração da Junta Provisoria da Campanha. — Disposições tomadas. — Surgem manifestações contrarias. — Fim da agitação. — Alexandre Stockler pede

anistia. — Renuncia de Cesario Alvim. — Suas razões. — O que a respeito escreveu Alfredo Valadão. — Acusado de coparticipação no movimento sul-mineiro, Fernando Lobo encontra defensor espontaneo em Gama Cerqueira, que restabelece a verdade.

SEGUNDA PARTE

NA AURORA DO REGIME

XIII — Floriano 123

Fugas passagem de Fernando Lobo pelo Ministerio do Exterior. — Ministro da Justiça e Negocios Interiores. — Dois anos tormentosos: levante do sargento Silvino em Santa Cruz; aventura de Wandenkolk no *Jupiter*; revolta da esquadra no Rio; revolução federalista no Rio Grande do Sul. — O 10 de Abril. — Deportações e prisões. — Divergencia de opiniões na imprensa. — A eleição presidencial. — O carater de Floriano, sua carreira militar e seus atos. — Depoimento de Dionisio Cerqueira. — O que disseram Rio-Branco e Pedro Calmon.

XIV — Ronda da anarquia 136

A opinião publica e os antecedentes da revolta da armada. — Protesto dos alunos da Escola Militar. — A eleição de Wandenkolk para presidente do Club Naval. — A imprensa pró e contra o Marechal. — Como se preparou a revolta. — Custodio de Mello e Saldanha da Gama. — Manifesto de 6 de Setembro. — O levante da esquadra. — Floriano, vigilante, preparou-se para a resistencia. — Ruy Barbosa, patrono dos oprimidos e dos fracos. — Um retrate politico do Brasil.

XV — Mello e Saldanha 145

A esquadra revoltosa e suas deficiencias. — Quem era Custodio de Mello. — Traços da sua carreira militar e politica. — A falta de identidade de propositos entre os dois almirantes foi a causa preponderante do fracasso da revolta. — Saldanha, sua personalidade, sua carreira militar. — Correspondencia epistolar com Silveira Martins — Oferece sua vida em holocausto no altar da patria. — Sua morte em Campo Osorio.

XVI — As esquadras estrangeiras 159

A attitude dos navios de guerra estrangeiros surtos no porto de Rio de Janeiro. — A proteção da cidade contra o bombardeio da esquadra. — O corpo diplomatico estrangeiro. — Um artigo de Carlos de Carvalho sobre *A defesa da cidade*

pelo directo internacional lhe vale a pasta do Exterior. — A guerra civil do Chile. — A beligerancia da esquadra. — Joaquim Nabuco e a camara do *Aréthuse*. — Uma interrogação de Saldanha aos comandantes estrangeiros.

XVII — Gomes Carneiro 167

O avanço das forças federalistas. — Floriano, conciente de sua fraqueza militar, resolve deter esse avanço. — Rapidos traços da vida de Gomes Carneiro. — O cerco da Lapa e a ordem do dia de Piragibe. — A dissalução latente nas forças leaes. — A hecatombe do Rio Negro. — O drama de quilometro 65, as execuções de Sepetiba e ilha do Boqueirão. — A furia das lutas civis.

XVIII — Ministro da ordem 175

Fernando Lobo, Ministro da ordem. — Um retrato de Floriano. — Traços do seu carater. — Sagas na escolha dos auxiliares, teve a seu lado alguns dos melhores hamens da opaca. — Fernando Lobo, os desvarios jacobinos e a conspiração ostensiva ou clandestina. — Apoio organico de São Paulo e de Minas. — Nessa tempestada nem tudo foi despotismo ou servidão.

XIX — Ainda Ruy e a liberdade 186

O caso do *Jupiter* e a ordem de *habeas-corpus*. — Floriano e o Supremo Tribunal. — A resistencia do Legislativo. — J. J. Seabra e a denuncia de 1892. — O regime parlamentar e a superiiridade da organização politica norte-americana. — Como deve ser estudado o Marechal e o seu tempo. — Saldanha e Prudente de Moraes. — Vatecinjas de ditadura. — Desambiciso, Floriano não se lançaria a essa aventura. — As eleições de 1.º de Março de 94. — A posse do successor.

XX — Construir, apesar de tudo 195

Fernando Lobo e a parte construtiva de sua pasta. — O Relatorio de 1892. — Anulação dos atos da Ditadura, restabelecimentos das garantias suspensas. — Colaboração do Governo com o Congresso Legislativo. — O Relatorio de 1893. — O Ministro procura pôr ao amparo da politica interesses permanentes do pais. — Sua tolerancia, sua mediação, entre os excessos e as paixões. — Francisco de Castro e Oswaldo Cruz. — A Faculdade da Direito de Minas Gerais. — Problemas de instrucção e higiene. — A febre amarela e a colera. — Fernando Lobo doente, pede exoneração. — O que disseram a imprensa e os homens publicos do momento.

XXI — Antecedentes de uma renuncia 206

Fernanda Lobo e a politica. — Aversão a certos processos de governo ou de opposição. — Como em Minas, foi então

mais arbitro que partidario. — O advogado. — Supremo Tribunal Federal. — Sua vida publica posterior. — Diretoria do Banco do Brasil. — Senador Federal por Minas Gerais. — O ambiente politico da epoca e o governo de Prudente de Moraes. — Estado de sitio e deportações. — O assassinio de Gentil de Castro — Francisco Glicerio e o Partido Republicana Federal. — Lauro Sodré e Fernando Lobo, candidatos á Presidencia e Vice-Presidencia da Republica.

XXII — Adeus á politica 217

Desaparecimento do Partido Republicano Federal. — Polittica dos Governadores. — Derrotado no proprio Estado, Fernando Lobo renuncia á cadeira de senador. — Manifestações de Juts de Fôra e da imprensa mineira. — A attitude do Senado Federal. — Falam Pires Ferreira e Severino Vieira. — Imperativo de ordem maral. — Desprendimento. — Sentido de sua inspiração e de sua fé na Republica.

XXIII — Os orfãos da Campanha 227

O canhenho familiar de Fernando Lobo. — Os irmãos. — Morte prematura de Joaquim Lobo. — Americo Lobo magistrado e homem de letras. — Sua tradução do *Corvo* de Poe e outros trabalhos. — Francisco Lobo, engenheiro e administrador antes da Republica, retraimento depois. — Seus estudos historicos.

XXIV — Crepusculo e fim 238

Fernando Lobo e a familia. — Golpes que o destino lhe reservou. — A bondade, doçura e sabedoria da mulher. — Depois de um longo periodo de afastamento publico, Wenceslau Braz lhe oferece reparação por Minas Gerais. — Volta á direção do Banco do Brasil. — Sua morte. — Repercussão no país. — Um bom e um justo.

PRIMEIRA PARTE

MINEIROS E FEDERAES



CAPITULO I

AS ORIGENS

Foram portuguezas as origens, como na maioria de todos nós. Reza a arvore genealogica, guardada em manuscrito:

Tendo o Conde de Sarzedas, D. Rodrigo da Silveira, recebido ordem do Rei D. Pedro II para que escolhesse pessoas de distinto nascimento que o acompanhassem á campanha da Beira, foi João Lobo chamado por aquele Conde (1705 ou 1706) para fazer parte da Companhia Real na dita campanha, donde, voltando á Côrte, o mesmo Rei, com satisfação da dita Companhia, o despediu.

A ascendência era alta e solida, segundo a mesma genealogia:

De uma justificação feita por João Lobo em Santarém, aos 13 de fevereiro de 1731, documento passado por India e Mina, vê-se que o dito justificante, natural de Santarém, filho legitimo de Luiz Lobo Leite Pereira e sua mulher D. Iria da Fonseca, era pessoa nobre por si, seus pais e avós e das principais familias daquela vila, com nobreza tão conhecida que excedia a memoria dos homens, com fóros na casa real muito antigos de fidalgos cavaleiros, assim pela parte de seu pai como da dita sua

mãe; que seu irmão Antonio Lobo Leite era administrador de um vinculo de morgado muito antigo em que succedeu por morte do dito pai e este por descendencia de avós e bisavós e legitima varonia e que com o dito morgado andava anexa a regalia e solar de serem padroeiros do patrimonio da Terceira Ordem de S. Francisco que houve no Reino de Portugal, que era o de Santa Catarina, em cuja igreja a sua capela era a maior, em a qual tinha o seu jazigo gravissimo com armas de sua familia.

Havia na familia serviço publico:

Do mesmo documento vê-se que o justificante occupou (1719) o cargo de Vereador da comarca da Vila de Santarém, em que só serviam pessoas de primeira qualidade, acrescentando-se-lhe, como mais velho, o cargo de Juiz de Fôra pela Ordenação, pelo que ficaram-lhe competindo certos privilegios e isenções, que haviam sido concedidos ao Senado da Camara de Santarém por El-Rey D. João III em a provisão datada de Evora, aos 3 de setembro de 1535, confirmada por seus sucessores. (1)

Tal o tronco. Aos descendentes, orgulhosos sempre dele, iam importar pouco regalias e nobrezas, batalhando por sua abolição, quer fossem reais quer de nascimento. Efeito do novo meio em que iam nascer e viver? E', de fato, da tradição familiar que João Lobo Leite Pereira, entre os anos de 1731 e 1735, emigrou de Portugal, estabelecendo-se na então Capitania das Minas Geraes, com re-

(1) *O Coronel João Lobo Leite Pereira e parte de sua descendencia*, por Francisco Lobo Leite Pereira. Inedito.

sidencia na Cachocira do Campo. Entre 1735 e 1742 occupou o posto de tenente-coronel do regimento de cavalaria de ordenanças da Vila-Rica, "em cujo posto cumpriu todas as ordens do real serviço e bem publico de que foi encarregado, com louvavel acerto, verdade e desinteresse", como se vê de sua patente de coronel do mesmo regimento, firmada por Gomes Freire de Andrada, governador e capitão general das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Rezava essa patente:

Por ser preciso provê-lo na fôrma das ordens de Sua Majestade, em pessoa de distinção, merecimento e capacidade para que sem nota satisfaça as obrigações deste emprego e no caso de ser invadida a praça do Rio de Janeiro se empenhe em prontidão igual ao zelo e valor com que deve ir socorrê-la, atendendo eu ás circumstancias que concorrerem na (pessoa) de João Lobo, fidalgo da Casa de Sua Majestade, como mostrou por afilhamento que levou para mais... hei por bem fazer mercê de promover o dito tenente-coronel João Lobo Leite no posto de coronel do regimento de cavalaria de ordenanças desta Vila e com ele não vencerá soldo algum mas gozará de todas as honras, graças, privilegios e isenções que pelo dito posto lhe pertencem.

Casado, em segundas núpcias, já em Minas Gerais, com D. Teresa da Silva de Avila de Figueiredo, de nobreza tambem antiga pois era bisneta do Conde Luiz da Silva Tello de Menezes (1750) teve João Lobo desse consorcio dois filhos, Luiz e Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira. O primeiro, nascido em Congonhas do Campo, figurou com

o posto de capitão, deixando numerosa prole. O segundo, Agostinho Lobo Leite Pereira, tendo seguido também a carreira das armas, viu sua fé de officio abonada por atestados honrosos:

Tinha o posto de tenente do regimento de cavalaria, quando em Minas Gerais se agitou a ideia da independencia nacional, em 1789. Do longo depoimento de um dos réus, Domingos de Abreu Vieira, portuguez de nascimento, consta que o alferes do regimento pago da capitania Joaquim José da Silva, por alcunha o Tiradentes, dizia que os mazombos (2) também valiam e sabiam governar e que produzindo a sua terra tantos haveres, eles existiam sempre pobres, por lhes tirarem tudo fóra; que por isso se arrojavam a resgata-la e pô-la em liberdade, para cujo efeito só esperavam a oportuna ocasião em que se lançasse a derrama, pois as minas a não podiam pagar. Consta outrosim que a testemunha ouviu mais ao dito alferes Tiradentes que tinha também convidado para a mesma sublevação o tenente de dragões Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira, o qual respondera que estava pronto, que também era mazombo e que voltando seu sobrinho, o sargento-mór Vasconcellos do destacamento onde se achava, também o havia de convidar.

Havia mais:

Dando parte dos acontecimentos, em officio de 11 de julho de 1789, o Visconde de Barbacena in-

(2) Aulete: «Mazombo — filho de gente européia nascido no Brasil.

formou constava que o alferes Joaquim José da Silva Xavier fazia conta com oficiais do regimento, cujos nomes declinou, entre os quais o tenente Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira, e acrescentou: "porém com isto não os dou ainda por culpados, porque ainda quando o fato e referimentos seja verdadeiro, é bem possível que ele contasse com alguns deles só por lhe terem ouvido com mais paciência as suas invectivas ou discursos gerais de maior probabilidade". Entretanto, o governo da Metropole ordenou que fossem dispensados os oficiais suspeitos. Alegando molestia (se não nos falta a memoria) o tenente Antonio Agostinho requereu e obteve baixa do serviço militar. (3).

Cabedais tinha a familia, — toda a zona onde se fixou e expandiu era de mineração de ouro. Dali haviam saído e ainda saíriam doações para a Coroa em apertos. Este depoimento é significativo:

Ao Conde de Sarzedas, que então governava (1800) foi recomendado em carta do presidente do real erario a diligencia de um dom gratuito a beneficio do Estado em necessidade. Influio o Governador quanto pôde com alguns homens abastados da Capitania, que bôamente se deixaram persuadir das arguições que lhes eram representadas. Nessa ocasião o capitão-mór Antonio Agostinho contribuiu para as urgencias do Estado com a quantia de 6.000 cruzados, o que consta de documento official. (4).

(3) Mais tarde o encontramos como Capitão-Mór das ordenanças do termo de Villa-Rica.

(4) *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, XXIX, parte I.^a. Ver tambem *Revista do Arquivo Publico Mineiro*, VI.

Casado com D. Ana Francisca de Avila e Silva, filha do alferes Manoel Coelho Rodrigues e de sua mulher D. Josefa de Avila e Silva, "descendente, portanto, de pessoas muito nobres das preclarissimas familias dos apelidos de Coelho, Seabras, Brandões e Avilas", como se vê da carta de braço, "teve o casal dez filhos, um dos quais Fernando Lobo Leite Pereira foi, em remuneração de seu Pai, capitão-mór Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira, agraciado por decreto de 15 de novembro de 1802, com o habito de Cristo com dispensa de idade", segundo se lê na *Gazeta de Lisbôa*, de 30 de novembro de 1802. Continúa a cronica genealogica:

O capitão Fernando Lobo Leite Pereira, que dantes morava em Soledade, passou a residir na Fazenda do Sande, continuando, porém, a trabalhar, em sociedade com seus parentes, nas lavras de ouro da Soledade, a que, nos ultimos tempos de sua vida, se anêxaram as terras do Carreiro e do Borba. O seu nome figura entre os signatários do termo de juramento ás bases da Constituição portuguesa em Vila Rica, aos 17 de julho de 1821, como se vê da Revista do Arquivo Publico Mineiro, ano II, pag. 236. (5).

(5) Em 1814, quando a mineração já estava em plena decadencia, refiriu-se Eschwege a um quadro de mineiros e lavras. Do termo de Ouro-Preto, freguezia de Congonhas do Campo, distrito Solidade (Soledade, hoje Lobo Leite) lê-se: «Capitão-Mór Antonio Agostinho Lobo Leite Pereira e instalações (gewerke). Numero de trabalhadores na lavra, 32 escravos. Produção anual de ouro, 400 oitavas». Ver: W. L. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, Edição de G. Reimer, Berlim, 1833,

Casado Fernando Lobo na Campanha, aonde o levaria o destino, com D. Maria José da Seabra, teve dela dez filhos, o primeiro dos quais foi Joaquim Lobo Leite Pereira. Este contraíu matrimonio com Ana Leopoldina, filha do Comendador F. Xavier Lopes de Araujo, descendente do capitão-mór João de Toledo Piza e Castelhanos, a que se refere Pedro Taques na sua *Nobiliarquia Paulistana* (6), e que havia fixado residencia no Sul de Minas. Havia Joaquim Lobo Leite Pereira adquirido instrução no Collegio de Congonhas do Campo. Dele dizem os apontamentos:

Segundo a tradição da familia, entrou em concurso para obter a cadeira de filosofia e retorica de S. João d'El-Rei e tendo sido classificado em primeiro lugar foi preterido nessa cadeira; porém, pouco depois, em setembro ou outubro de 1837, foi nomeado professor da cadeira de filosofia e retorica da vila da Campanha, como se vê do edital da Secretaria do Governo provincial, de 14 de outubro de 1837, inscrito no *Astro de Minas*, de S. João d'El-Rei, n. 1.542, de 21 do mesmo mês.

Joaquim Lobo apresentou-se, pois, na então vila da Campanha e ali fixou residencia... Deixando o magistério, dedicou-se á advocacia e desta nova applicação de sua atividade colheu vantajosos resultados, tornando-se, por sua proficiencia, e exactidão, o advogado de maior clientela no fôro da Campanha.

(6) *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, XXXIII, 1870, parte I.

Um dos filhos, o poeta da familia, Americo Lobo, longos anos depois, recordaria o seminario da Campanha, numa visita que a ele fez e na qual lhe pareceu distinguir, no longo corredor, o vulto do pae adolescente:

Seus braços, vem meu Pae, em vestuario
Colegial, para mim, de longe abrindo! (7).

Fóros de nobreza, abastança, serviço do Estado: na linha da familia acentuou-se essa triplice feição da existencia, para sobreviver só a ultima. De uma ou outra maneira, o cidadão estava alerta; cabedais materiais haviam desaparecido; e das origens fidalgas, restaria apenas traço nas maneiras. Joaquim Lobo e Ana Leopoldina, ali na Campanha, teriam quatro filhos, todos varões: Americo Francisco, Fernando e Joaquim.

A morte do pai, ainda moço, seguida de perto pela da mãe, pouco mais tarde, os deixou orfãos, com peculio tão

(7) Ver *Estevam Lobo* por Antonio Lobo, *Jornal do Comercio*, de 13 de Dezembro de 1936. «Tendo-se anunciado por edital de 28 de Agosto proximo passado que se acham em concurso diversas cadeiras de Instrução Publica, agora se declara de ordem de S. Ex. o Sr. Presidente da Provincia e para conhecimento dos Opositores, que o dito edital ficou sem efeito na parte relativa á cadeira de Filosofia e Retorica da Vila da Campanha, por ter sido posteriormente conferida ao Cidadão Joaquim Lobo Leite Pereira, que para isso se mostrou habilitado. Ouro Preto, Secretaria do Governo, em 14 de outubro de 1837. O secretario da Provincia — Herculano Ferreira Penna (Seguem-se outros editais). *Astro de Minas*, de S. João d'El-Rei, n.º 1.542, de 21 de Outubro de 1837.

escasso que mal daria para a instrução primaria. Iam porfiar por vencer, numa união que foi sempre o encanto dos quatro. Teriam todos projeção publica, cada qual a seu modo, com um traço comum, a austeridade de caracter sob um casulo de grande bondade. (8).

(8) Campanha da Princeza: cidade de Alvarenga Peixoto, esposo de Barbara Heliadora, que ali passou «seu inferno na terra». Alfredo Valladão nos conta essa historia bela e triste: ele, três anos nas masmorras da ilha das Cobras e, depois, a morte longe do Brasil, degredado na Africa; ela, finando-se numa agonia lenta, de anos. Foi a Campanha tambem berço de José Bento, sem cuja personalidade não se pôde estudar a evolução do sentimento liberal do país antes de 1831, e Perdigão Malheiro, um dos grandes da abolição. Foi ali que se fundou em 1873 um dos primeiros órgãos republicanos, *O Colombo*, que teve, em 1879, entre seus redatores, Lucio de Mendonça; elegendo-se por esse distrito Alvaro Botelho como republicano, ao mesmo tempo que em S. Paulo se elegiam Prudente de Moraes e Campos Salles. Ver: Alfredo Valladão, *A Campanha da Princeza* (Estudo historico), Rio de Janeiro, Tipografia da Revista dos Tribunais, 1912.

CAPITULO II

ESTUDANTES E DOUTORES

Americo e Francisco, mais velhos, guiaram os outros. Não tinha o primeiro 15 anos quando morreu o Pai; chegava aos 20, ao desaparecer a Mãe.

Lançaram-se os quatro aos estudos superiores, depois dos primarios ali mesmo na Campanha e, mais tarde, no Rio de Janeiro. Nesta cidade, a bondade de parentes illustres, os Lopes de Araujo, barões de Parima, os acolheu, dando-lhes tecto, em sua casa de Santa Teresa, e a isso foram sempre reconhecidos.

Americo, o mais velho, mostrou logo o pendor de seu espirito, mixto de poeta e advogado, com tendencia marcada para a politica. Na Faculdade de Direito de São Paulo já redigia uma folha literaria, com traços partidarios. Formado, foi Juiz Municipal em Pouso Alegre (1864-65) e depois deputado geral pelo distrito de Minas (sede Campanha); mas, dissolvidas as Camaras no mesmo ano, com apenas alguns meses de trabalho, ficou advogando em Leopoldina (1870). Reduto do escravismo, ali prestou serviços á abolição, quer libertando os poucos escravos que tinha, quer amparando, com seu valimento profissional e humano, os necessitados da zona.

Em São Paulo foi contemporaneo de Lucio de Mendonça, que com ele e Fernando se travou de amizade, a mesma que os uniria a Salvador, depois Consul em New York e, mais tarde, Ministro do Brasil em Washington. Na Republica, Fernando encontraria Lucio Diretor Geral da Secretaria do Interior, onde foi colaborador dedicado.

Lucio era bem aquilo que escreveu Salvador:

... *Tinhas na voz a colera sagrada
contra a opressão e contra a vil manada
que se rojava aos pés dos opressores* (9).

Muitos eram e seriam os versos de Americo, varias as orações politicas, livros tambem escreveria. Em 1887 havia saído a publico com uma tradução de Longfellow sobre a qual disse, em 1885, o mesmo Lucio de Mendonça no *Colombo*: (10)

De Americo Lobo, vou já declarando, tenho certa suspeição antiga, para poder dizer como juiz; foi este modesto e talentosissimo literato mineiro a primeira pessoa que me estendeu a mão, cheia de flores, de animações generosas, dali de um jornalzinho de Campanha, o *Planeta do Sul*. Era ele quem limava os meus versos de estudante de collegio, que eu lhe remetia ás duzias, — desta mesmis-

(9) Edgard e Carlos Sussekind de Mendonça, *Lucio de Mendonça*, Civilização Brasileira, 1934.

(10) Americo Lobo, *Poemas Norte-americanos* de Henry W. Longfellow. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887.

sima casa onde hoje, vinte anos depois, tenho o escritorio de advogado e a pouca vergonha de me lembrar daqueles tempos com saudade (11).

Começava assim o *Sonho do Escravo*:

À beira do arrozal que colher vinha,
Dormia o negro, a fouce unindo á mão;
Era-lhe o peito nú e a carapinha,
Crespa, enterrada no arenoso chão.
De nebuloso sono á luz mesquinha,
O seu país reviu então.

Magno, do sonho em terras africanas,
Corria o Niger majestosamente;
Sob palmeiras ainda nas savanas
Elle campeava como rei valente,
E ouvia o retintin das caravanas
Ao descerem dos montes a vertente.

Na propaganda republicana, o Club Central Republicano, do 9.º Distrito de Minas Gerais, o recomendou na sua chapa (12). Esse distrito eleitoral era um dos ba-

(11) «Era o *Colombo* uma publicação que se fazia nos dias 2, 8, 14, e 26 de cada mês, na cidade sul-mineira de Campanha, proxima a São Gonçalo. Dirigi-a Manoel de Oliveira Andrade, proprietario de um estabelecimento tipografico, homem de idéias avançadas em politica e grande apaixonado pelas cousas do espirito. Lucio começou como simples colaborador. Dentro em pouco, porém, repartia com Andrade as responsabilidades da direcção da folha a que, por cinco anos, se dedicaria de todo o coração». Edgard e Carlos Sussekind de Mendonça, *Lucio de Mendonça*, cit., 1934.

(12) A esse tempo liberal avançado, a candidatura de Americo Lobo se recomendou pelo Club Republicano como sendo a que «na presente occasião melhor exprimia muitas das mais palpi-

luartes da propaganda, com séde em Leopoldina e abrangendo Além-Paraíba, Muriaé, Mar de Espanha, Cataguazes, Palma. Dessa sua ação ali escreveria o *Anuario de Minas Geraes* (Ano II, 1907), na galeria dos mineiros illustres:

Para dar ideia desta nobre e abnegada attitude (aliás, mantida modestamente, sem nenhum ruído alarde de reclame), e dos perigos, sem nome, a que Americo Lobo expoz a sua vida, — basta considerar que o antigo 9.º distrito de Minas (de que Leopoldina era sede) se constituiria um dos mais aguerridos redutos do escravismo.

Não se precisa, para o demonstrar, mais do que, entre outros, o seguinte fato: quando, em 1888, feita a abolição, adquirira a propaganda poderosissimo contingente dos opulentos senhores de escravos, naquele distrito, um dos pontos de fé ardorosamente proclamados pelos novos adeptos do credo republicano, era o da indenização dos ex-proprietarios de escravos, tal qual o indicara a politica absolutista de Cotegipe.

Contra semelhante desvio dos belos ideais republicanos, Americo Lobo batalhou incessantemente, de modo a convencer ao nascente e pujante nu-

tantes necessidades da nossa Patria». Na sua qualidade pessoal e não como Presidente daquele Club, discordou Teofilo Ribeiro, redator do *Leopoldinense* (8 de janeiro de 1886) escrevendo: «O republicano que hoje procura eleger um liberal, nenhum direito adquire sobre este, assim como o candidato liberal eleito pelo concurso dos republicanos, não contráe compromissos com estes». Era a velha questão que dividia aos novos combatentes. A indicação dizia: «Os abaixo-assinados, republicanos por fé, oportunistas por conveniencia de ocasião, adotam e recomendam...»

cleo partidario que outra era a róta republicana, e jámais essa disforme e esfarrapada bandeira da extinta "junta do couce".

No manifesto de apresentação de sua candidatura (21 de dezembro de 1885), ha algumas razões de ordem democratica, uma das quais é curioso recordar como lição do que veio depois:

Considerando que a razão, por alguns apresentada, — de ser a forma republicana fonte perene de revolução armada, — não prevalece entre nós, porque a historia tem evidenciado que a revolução, quando não é efeito necessario da tirania, é a convulsiva expansão da indole atrabiliaria de um povo, como succede com os países de origem espanhola.

Na plataforma eleitoral, fez Americo Lobo longa exposição de suas doutrinas democraticas. Tambem foi dele um trecho que mostra a repetição de certos aspetos de nossa vida financeira dissipadora, oportuna tambem quando o judeu passa no mundo pelo que vemos:

Aludi em minha circular á esfinge e não ha casa no Brasil que me incuta tanto pavor como aquela em que está semisoterrada numa aluvião de papel moeda, á rua do Sacramento.

A esfinge ameaça dali devorar os Ministerios, as situações, o Imperio e a nação, com só esta melopéia: ouro! ouro!

E longe do olhar para o deserto, crava os olhos no nobre Sr. Ministro da Fazenda, ordenando-lhe imperativamente que produza moeda no vacuo.

Entre a receita insignificante e decrescente, e a despesa certa e fatal, consolidada pela estratificação dos *deficits* permanentes; entre o passado que sacou demais sobre o futuro, e o presente asoberbado pela longa lista dos pensionistas e funcionarios e pelo encargo da divida assombrosa, qual o faro de luz que conduza a salvamento a náu do Estado e nos livre do oprobio de passarmos a ser simples feitoria comercial de S. M. a Imperatriz das Indias?

A' formula conhecida, a bôa pratica das bôas finanças, acresceto: melhor administração e algum "hebraismo" no Ministerio da Fazenda. Precisamos de homens da tribu de Judá para sobraçarem a respectiva pasta.

Segundo em idade, Francisco formou-se em ciências fisicas e maternaticas pela antiga Escola Central do Imperio, dizendo seus apontamentos pessoais até á proclamação de Republica o seguinte:

Comandante dos alunos militares e paisanos do 2.º ano da Escola Central (1862). Engenheiro da Diretoria Geral das Obras Publicas da Provincia de Minas Gerais (1866-68). Auxiliar tecnico da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (1871-72). Chefe da secção da construção da estrada de ferro de São Paulo a Sorocaba (1873).

Chefe de secção da comissão de estudos para o prolongamento da estrada de ferro de São Paulo (1873-74). Engenheiro-Chefe interino, depois efetivo, da E. F. Paulista (1874-1882). Encarregado pela comissão do monumento do Ypiranga, dirigio os diversos traçados para o estabelecimento de uma

rua ou alameda entre a cidade de São Paulo e o monumento do Ypiranga (1882). Engenheiro-Chefe do prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II (1884-1888).

Das polemicas, em que se veriam envolvidos os quatro, as de Francisco Lobo Leite Pereira seriam puramente tecnicas e de historia, pois iria dedicar-se, tambem com proficiencia que lhe grangeou autoriade, ao estudo do devassamento de nossos sertões. Em desacôrdo com Pimenta Bueno, exonerou-se da comissão dos estudos do prolongamento da Estrada de Ferro de São Paulo, entreten-do com ele discussão escrita, para prova de suas convicções (13). Na Pedro II ficaria celebre a polemica, que suscitou, por ter proposto e realizado a redução da bito'la da estrada, de Lafayette em diante. Belo-Horizon-te não estava no espirito de ninguem; e seria dificil negar que ao filho da Campanha, já na madurez da realização, faltassem razões respeitaveis. Elas prevaleceriam, aliás, para todo o Brasil, expondo-se num relatorio que ficou sendo classico na materia, apesar da impugnação que teve, então, não só na imprensa, como no parlamento

(13) Ver: *Memoria descritiva do projeto de estrada de ferro denominada Ramal do Mogy-Guassû* — S. Paulo, Tip. de Jorge Seckler, 1875. Mais: *Prolongamento da Estrada de Ferro de S. Paulo pelo vale do Mogy-Guassû e Rio Grande*; Refutação ao parecer elaborado pelo Engenheiro F. A. Pimenta Bueno sobre a petição dos diretores da Companhia Paulista. Campinas, Tip. da *Gazeta de Campinas*, 1876.

(14). A Francisco Lobo se acusou de estar fóra da sua época, com traçados de imaginação doentia; mas o tempo lhe ia dar razão. Escreveu ele, entre outras cousas, de Queluz (22 de julho de 1886):

Seja a ideia adotada ou não, cumpria-me aventar-la e foi o que fiz.

Aquele dever era ainda mais imperioso, quando o ex-Ministro da Agricultura, Exmo. Snr. Conselheiro Afonso Penna, honrando-me com sua confiança, havia-me declarado esperava que a minha nomeação para o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II fosse proveitosa ao Estado, especialmente pelo lado economico da obra.

Acudio Americo, já advogado em Leopoldina, pelo irmão "porque andavam na Secretaria de Estado com mexericos", e ele achava de seu dever tomar a pena (*Jornal do Comercio*, 15 de abril de 1886):

O vivo não precisa defesa: aluno muito conhecido da Escola Politecnica, onde deixou excelentes recordações entre condiscipulos e professores; engenheiro-chefe da Paulista, para a qual construiu a nossa mais solida e economica ferrovia de bitola larga; elevado, graças só ao seu merecimento, ao posto eminente que ocupa, pelo Sr. Conselheiro Affonso Penna, quando uma notabilidade da ordem do Dr. Rebouças o convidara para dirigir a cons-

(14) *Redução da bitola de prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II.* Propostas e pareceres apresentados ao Ministro da Agricultura. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885.

trução de uma ferrovia particular; sustentado ali pelos Srs. Conselheiros Moura e Carneiro da Rocha e agora pelo Sr. Conselheiro Antonio Prado, não obstante o grande numero de profissionais distintos que existem em disponibilidade.

Ainda:

Todo o duplo crime de meu irmão consiste em uma omissão, não fazer do espalhafato gala, e em uma ação ter proposto, defendido e feito aceitar, por um decreto imperial, a redução da primitiva bitola da Pedro II, de Lafayette em diante, fato que na Europa lhe valeria o louro da sabedoria, conforme se vê da generalidade de um artigo transcrito ha meses na parte editorial do *Jornal do Comercio*.

O relatorio que elaborou acêrca dessa redução foi tido na Secretaria da Agricultura como o primeiro trabalho no seu genero; a revisão que fez dos projetos do ramal de Ouro Preto e da linha do prolongamento, poupou grandes somas para o Estado, porque suprimiu quilometros em ambos traçados e subdividiu em três o grande tunel do prolongamento. Singular nevrose, a de alinhamento mais retilineo e mais economico.

Quando, logo depois, numa reforma de serviços, teve que deixar o cargo então suprimido na Pedro II, recebeu Francisco Lobo, entre outras demonstrações, esta de Affonso Penna (Santa Barbara, 18 de Março de 1888):

A construção do Ramal de Ouro Preto, obra que faz honra á engenharia nacional aí está para atestar perenemente a alta capacidade de V. S. e o

modo por que a linha resistio á ultima estação chuvosa veio demonstrar a sem razão daqueles que, levemente, acusaram o Engenheiro Chefe do prolongamento, baseando-se em informações filhas do despeito e de interesses contrariados.

O Governo andou acertadamente confiando a V. S. o exame de questões concernentes ás Estradas do Norte, oferecendo-lhe ensejo para prestar novos serviços ao país, arrostando embora novas contrariedades e desgostos. Assim o Governo saiba apreciar devidamente seus serviços e cerca-lo da força de que precisa para desempenho de seus novos deveres!

Como representante da Provincia de Minas e especialmente da zona mais diretamente servida pelo prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II, cumpro um dever de lealdade agradecendo a V. S. os bons serviços que prestou á Provincia.

Benjamim da familia, Joaquim Lobo estudou com distincção, como os outros, o curso secundario no Rio de Janeiro, onde frequentou até o 5.º ano a Faculdade de Medicina. Por uma indisposição da turma com os lentes, toda ella, em numero de 87, menos dois, pediu e obteve prestação de exames finais do 6.º ano na Baía, depois de rumorosa discussão publica (1879) e festiva acolhida em São Salvador. Joaquim defendeu ali tese com distincção. Medico a principio, fazendeiro em Cataguanzes por ultimo, a saude não lhe era bôa, morrendo de diabetes aos 48 anos de idade, em quantô os irmãos viveram sexagenarios, falecendo todos do coração. Estudando

te, Joaquim dirigio com outros colegas a *Imprensa Medica* da Côrte (1872), onde já escrevia sobre a teoria atomica. As convicções republicanas, pela sedução que sobre ele exerciam, e pelos ataques aos irmãos, farão dele um politico *dilettante*, com pendores marcados para a polemica por vezes violenta; e ia ser dos quatro o *enfant terrible* em certo periodo da vida politica mineira, logo após a proclamação da Republica. Fernando, que era o de constante retraimento, agia como sedativo naquele temperamento batalhador; mas nem sempre com resultado; no fundo, uma bondade de cordeiro. Si Fernando e Americo iam galgar posições federais, eletivas ou não, Francisco, proclamada a Republica, viveria para sua profissão, enquanto Joaquim não concorreria a cargo publico estadual ou federal. Sua unica função politica foi a de presidente, na monarchia, da ultima Camara Municipal de Cataguazes, — primeiro republicano num reduto conservador (15), eleito para essa municipalidade

(15) «Desde os seus primeiros tempos, a freguezia do Meia Pataca, e depois a Vila de Cataguazes, foram um reduto conservador». *O Municipio de Cataguazes*. Esboço historico por Arthur Vieira de Rezende e Silva com a colaboração do Dr. Astolpho de Rezende. Tip. da Imprensa Oficial, Cataguazes, Minas, 1908. Em 1886 protestaram os republicanos do municipio por não terem podido votar no candidato republicano A. R. Monteiro Manso. Mais ou menos nesta epoca foi fundado o Club Republicano, de que foi primeiro presidente o Dr. Joaquim Lobo Leite Pereira, e secretario o jornalista Estevam José de Oliveira, redactor do *O Povo*, que se transferiu de Campo Limpo para Cataguazes». *Idem*.

(16). Seus incômodos de saúde o levaram á Europa e, na ausencia, havia sido dissolvida essa Camara; a questão lhe provocou defesa apaixonada, com outra retumbante posterior, sobre honorarios medicos. O adversario não o poupava, com termos que não são de copiar, e Joaquim Lobo redargüia no mesmo diapasão. (1898).

(16) Joaquim Lobo foi presidente da Camara em 1887-1889. «Como se vê, era uma Camara de Doutores. O que ha tambem de notar é que um desses, o Dr. Joaquim Lobo, era um republicano declarado, o primeiro a ter assento na Camara Municipal». Idem.

CAPITULO III

UMA BANCA DE ADVOGADO

Terceiro em idade, Fernando Lobo frequentou, com Americo e Joaquim, o Seminario de S. Bento, no Rio de Janeiro, donde passou para as Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, na qual se graduou em 1876 (17).

“Era um rapaz elegante, escreveu dele Almeida Nogueira. Claro, palido, de estatura regular, de temperamento algum tanto apatico” (18). Escragnolle Doria diria por sua vez:

(17) Deu motivo á transferencia para Recife a reforma João Alfredo (1871), seguida de manifestações ruidosas; tendo sido suspensos, entre outros, Carlos de Carvalho e Lucio de Mendonça. Daí a transferencia voluntaria de muitos, entre os quais Fernando Lobo, para Pernambuco. Uns concluíram o curso ali, outros vieram termina-lo em São Paulo. Ver sobre os pormenores, Spencer Vampré, *Memorias para a Historia da Academia de S. Paulo*, Livraria Academica, S. Paulo, 1924, 2 vols.

(18) Almeida Nogueira — *Academia de S. Paulo — Tradições e Reminiscencias*, 4.^a série — S. Paulo, 1908. Tinha S. Paulo 30.000 almas, com suas janelas de rotula, suas republicas e estudantadas, provincial e atrazada, mal dando a ver o que depois seria. «O formoso bairro do Chá, escreveu ainda Almeida Nogueira, estava nesse periodo em campos e capoeira formada por

Desde os tempos academicos, Fernando Lobo se distinguiria por sua severidade, socia inseparavel de sua modestia e amiga intima do seu retraimento. Até sorria com pausa, um sorriso leve, fugitivo, digno de sua alma branda, em contraste com o agitado periodo em que foi ministro, periodo de lutas e represalias de toda ordem em meio da desordem (19).

Com efeito, a moderação, o retraimento iam ser seus traços essenciaes. Fazia parte de uma turma brilhante, em que não escasseavam futuros advogados de renome, politicos e magistrados sùmos. Em Recife, foi contemporaneo de José Maria Metello, depois senador, e Inglez de Souza, um dos luminares no fôro do Rio de Janeiro; e em São Paulo teve como companheiros, entre outros, J. Bento Ribeiro da Luz, Francisco Eulalio do Nascimento e Silva, cuja amizade os filhos se honrariam de continuar, Antonio Tiburcio Siqueira, João Coelho Gomes Ribeiro, Luiz Carlos Fróes da Cruz, José Baptista Pereira.

Advogado com Americo em Leopoldina, chamou-o logo outro centro, Juiz-de-Fóra. Desaconselhavam-no na primeira a ida, pelo excessivo numero de colegas que já exerciam a profissão na segunda. Mas resolveu partir;

copiosos e espessos arbustos de chá. Ali se caçavam pombas, assim como se pescavam bagres numa lagoa dentro da chacara Mauá, que ocupava grande parte do atual quarteirão de Santa Efigenia. Os bairros de Santa Cecília, Bom Retiro, Bexiga, Belemzinho, Pary, Sant'Ana, Vila Buarque, Cambucy e Vila Mariana eram suburbios rurais. O viaduto não era nascido, nem mesmo nos sonhos de Julio Martin».

(19) *Jornal do Comercio*, 6 de março de 1918.

e acertou, porque em Juiz-de-Fóra teve logo uma das primeiras bancas do fôro.

Foi ao deixar Leopoldina que contraíu matrimonio com aquela que, por toda a vida, lhe seria companheira bonissima e querida. Filha de fazendeiros da divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, Maria houvera suas origens francesas nos d'Alincourt, e as portuguezas nos Mascarenhas e Barrosos, gente que tinha sido e seria illustre na carreira das armas de terra e mar do Brasil e na politica daqueles dois Estados.

Ao lado de grande carinho pela Campanha, berço do nascimento, teve sempre Fernando Lobo encanto por Juiz-de-Fóra. Ali passaria grande parte de sua vida, para ali voltaria no interregno de um cargo federal para outro, sinão quando nas ferias do Senado. Esse homem que quasi nada escrevia, que não deixou arquivo, que pouco falava, tinha entre os seus raros papeis, traduzidas de seu punho, varias notas de A. de Saint Hilaire nas suas *Voyages dans les provinces de Rio de Janeiro et Minas Gerais*, 1817, pequena semente do que seria a formosa cidade de hoje. Uma destas dizia:

A uma legua e tres quartos do Marmelo, achase a habitação de Juiz-de-Fóra, nome que sem duvida procede do cargo que ocupou seu primeiro proprietario. Da venda de Juiz-de-Fóra avista-se uma paizagem encantadora. Esta venda é situada no extremo de um grande pasto cercado de morros por todos os lados.

O Paraíbuna corre junto da estrada; sobre um ribeirão que nele desagua, depois de atravessar a

estrada, ha uma ponte de madeira, cujo aspeto é muito pitoresco; junto dela existe uma cruz; mais adiante, deparam-se á vista uma capela abandonada e as ruinas de um engenho de cana.

Fernando Lobo foi em Juiz-de-Fóra patrono *ad hoc* de réus pobres, membro da mesa da Santa Casa da Misericórdia, advogado do Banco de Credito Real, onde se refugiaria, depois, da politica e dos revezes materiais que esta lhe trouxe; mas o que o dominava era a propaganda republicana. A este respeito, a cidade estava á frente do movimento, com a melhor brigada de combate, conforme diríamos hoje, de todo o Estado, na qual Fernando Lobo, se não era a figura mais ruidosa, sem duvida parecia a mais representativa. Já a esse tempo republicano tambem, Americo Lobo correspondia em Leopoldina e Joaquim Lobo em Cataguazes á sua ação (20). "Havia em 1888, 56 clubes republicanos em Minas Gerais, 48 em São Paulo, 32 no Rio Grande do Sul", escreveu-se (21). A 15 de Novembro desse ano de 1888, reunira-se em Ouro Preto o 1.º Congresso do Partido Republicano do Estado, e, em 1889, em Juiz-de-Fóra, o ultimo Congresso Republicano do Brasil. A

(20) «Tambem fóra da Campanha, filhos ilustres daquela cidade trabalhavam pela causa da Republica. Em Juiz-de-Fóra, o Dr. Fernando Lobo; em Leopoldina, o Dr. Americo Lobo e o Dr. Francisco de Paula Ferreira de Rezende; em Cataguazes, o Dr. Joaquim Lobo (conseguiu eleger-se presidente da Camara Municipal desta cidade, como republicano, na vigencia do Imperio); e, aqui no Rio, o Dr. Alexandre Stockler». Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa* cit.

(21) Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*, Editora Nacional, S. Paulo, 1935.

federação, o presidencialismo, o combate ao poder pessoal constituíam a base da propaganda, num de cujos folhetos, publicado e distribuído na cidade, assim se lia:

Só se pôde concluir que o Governo do Brasil não é uma monarquia constitucional representativa, mas sim uma monarquia absoluta, por isso que, como bem disse José de Alencar, ex-Ministro da Corôa, e que por isso mesmo tinha razão de sobra para conhece-la em suas manhas e ardis: "Como um polipo monstruoso, o governo pessoal invade tudo, desde as transcendentales questões de alta politica até ás nugas da pequena administração" (22).

Grande já lhe era o numero de amigos, — tantos quantos dele se houvessem aproximado, tratando-lhe a indole acolhedora e discreta. O grupo de correligionarios, esse lhe cerrava fileiras em torno; e para não citar sinão dos mais chegados, são de recordar: João Penido, o Velho, tronco de prole illustre na advocacia, na carreira naval, nas ciências medicas, na politica; Leonidas e Luiz A. Detsi, aquele seguindo-o no tumulo e este, morto cêdo, de febre amarela quando, depois de seu secretario, representava o distrito na Camara Federal; Constantino Luiz Paletta, que da Republica só quiz a fase preparatoria, da propaganda e da Constituinte, para ser então e sempre só advogado, muito seu igual na austeridade e

(22) *Propaganda Republicana. Monarquia e Republica. Ao Povo.* A Comissão Executiva do Partido republicano do 10.º distrito eleitoral de Minas Gerais. Distribuição gratuita. Juiz-de-Fôra, Tip. do *Diario de Minas*, 1889.

desambição; Roberto Sabiniano de Barros, correligionario dos melhores, pronto sempre para a investida; Bernardo Mascarenhas, a cujo tino industrial a cidade deveria o titulo de Manchester Mineira; João Ribeiro de Oliveira e Sousa, banqueiro e financista como melhor não houve no Brasil, exemplo, pelo carater e o patriotismo, de uma raça a desaparecer; e uma pleiade de homens illustres, todos tambem com projeção depois na vida municipal, estadual ou federal: — Antero José Lage Barbosa, Azarias José de Andrade, J. Severiano da Fonseca Hermes, João d'Avila, Ernesto Braga, Adeodato de A. Botelho, Henrique Vaz, Estevam de Oliveira, Julio E. Pinto Coelho.

Candidato a deputado geral na eleição de 1885, Constantino Paletta não esperava vitoria, mas sim “poder medir a força do partido nascente”, conforme declarou. E escreveu (*Correio de Juiz de Fóra*, 26 de Novembro de 1885):

Sou republicano confesso, sem péas nem preconceitos de qualquer natureza que me façam tergiversar á declaração franca das ideias que em politica ha muito professo.

Logo depois, no segundo escrutinio, renovou sua fé republicana. Sabia que não seria eleito. Mas cumpria lutar (26 de Dezembro de 1885):

Não faço programma, porque bêm sei que de modo algum, tel-o-ei de sustentar no seio da repre-

sentação nacional; basta que aos meus concidadãos declare; sou republicano sem restrições e apresento-me em nome dos genuínos princípios democraticos.

No Estado, era também grande o grupo, dele saindo depois nomes que iriam honrar Minas no seu Governo, no seu Parlamento, na sua Magistratura, como também na administração, no legislativo e no judiciário da União. Comentaria o *Correio da Manhã* longos anos depois, no dia seguinte ao do falecimento de Fernando Lobo (21 de Fevereiro de 1918):

Em 1888, no período mais intenso da propaganda, collocou-se o Sr. Fernando Lobo ao lado de Silva Jardim, tomando parte, em 1889, no Congresso Republicano realizado naquela cidade mineira, no qual figuraram Prudente de Moraes, Rangel Pestana, Bernardino de Campos, Campos Salles e outras figuras de destaque da propaganda.

Silva Jardim, tinha, com efeito, visitado Minas, Rio de Janeiro, S. Paulo e foi ao norte no proprio navio que levava o Conde d'Eu. Em Juiz de Fóra, sua conferencia (20 de Julho de 1888) se interrompeu por apartes calorosos entre liberais e conservadores "que já ameaçavam engalfinhar-se respectivamente os costados com as cadeiras á mão", segundo confessou. Nas suas *Memorias e viagens* (1891, Lisboa) acrescentou:

Penetro nas montanhas mineiras, Juiz de Fóra, na planície, é uma bela cidade, um pouco parecida com S. Paulo. Pretende, com certa razão, os fo-

ros de verdadeira capital de Minas, se bem que me pareça muito afastada do centro para poder conseguir tornar esta aspiração uma realidade.

Tem bondes, elegantes construções, um *forum*, relativamente importante, e bonitos arrabaldes que percorri á tarde, em companhia de João Ribeiro, que redige um jornal republicano. A pessoa a quem aqui me dirigí foi o bacharel Fonseca Hermes, que vi ser um moço muito inteligente, com talento oratorio; tem prestado bons serviços á propaganda, no que é coadjuvado por um joven esperançoso, Luis Detsi, e pelo Dr. Constantino Paletta, meu antigo colega de estudos. (23).

Respeitosa da Monarquia, não podia dizer-se que Juiz-de-Fóra não fosse republicana. Ao inaugurar-se ali, em 1934, o primeiro monumento erguido no Brasil em homenagem a Isabel, a Redentora, evocaria João Penido a fidalguia da cidade, com a recepção de Isabel e do Conde d'Eu na propria casa do Pai, republicano de convicção (24)

(23) Silva Jardim poz a serviço da causa o melhor que tinha. Viajou por Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, num total de 40 cidades, á sua custa, muitas vezes entre embaraços, que raiaram pela agressão pessoal. Vêr João Dornas Filho, *Silva Jardim*, Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1936, São Paulo.

(24) «Em 1882, porém, a honra da hospedagem da Serenissima Princeza, acompanhada de seu digno esposo, o Conde d'Eu, coube ao vetusto solar da rua Direita, hoje Avenida Rio Branco, residencia do acima referido deputado republicano João Penido Pai, um dos fundadores de Juiz-de-Fóra, medico de fama invulgar, cujo busto se acha colocado em praça central da *urbs*, por deliberação unanime da Camara Municipal, presidida exemplarmente

Centro da propaganda do Estado, éco, por sua imprensa, da que se fazia em todo o Brasil, a cidade aspirava pelas novas instituições. Gente respeitavel havia ali, fiel á tradição, mas nas élites; porque a mocidade, a população como que se preparava, desde o 13 de Maio, para a mutação. Não procede aquele desabafo de um dos esteios da propaganda, quando explicou a aparente indiferença popular; nem certo depoimento que desilusões perpetuaram, sobre o novo regime como fruto militar. Os ultimos tempos do Reinado não caminhavam sinão para a Republica; e de ninguem menos que Joaquim Nabuco foi a confissão de que tudo indicava estarmos nos aproximando "por uma gravitação irresistivel, da hora da substituição". O depoimento de Campos Salles, insuspeito e autorizado, é decisivo no reivindicar o 15 de Novembro como resultado de uma longa e trabalhada aspiração popular, que as armas realizaram mas não perduraria sem o sentimento nacional, para ela preparado longamente:

Mas, verifica-se tambem, com indiscutivel evidencia, que si a Nação não estivesse voltada para um novo ideal politico, atraída pela ação continua de uma propaganda habilmente conduzida, corajosamente sustentada, o movimento militar, isolado e sem o concurso de elementos populares, não teria por certo revestido o carater politico

pela destacada personalidade de José Procopio Teixeira, administrador consagrado pelos beneficios reais prestados ao Municipio. *A Princesa Isabel*, discurso do Deputado João Penido, Juiz-de-Fóra, 1934.

com que se fez inscrever nas paginas da historia nacional (25).

Convinha não explicar a indole especial do Rio de Janeiro como desinteresse pelo novo regime. Extravasou a proposito o *Diario do Comercio* de 16 de novembro, no Rio de Janeiro:

O dia de ontem foi de surpresas para a pacifica população industrial desta cidade. Um ministerio forte deposto sem combate, uma revolução militar triunfante, os corpos constitucionais arredados sem discussão alguma e o regime de governo atacado com exito inesperado, são fatos que pareceriam inexplicaveis si não se conhecesse a indole especial desta cidade, sempre disposta a aceitar os fatos consumados.

O *Farol* foi em Juiz-de-Fóra, o respiradouro da cidade, nos dias festivos da proclamação da Republica. Ele resultou da fusão do *Diario de Minas* e do *Farol*, sendo então propriedade de Feliciano Penido, V. M. de Souza Lima, José Mariano Pinto Monteiro e José Braga, sobre quem recaía a parte administrativa. Nele colaboravam grandes nomes na politica, na administração e nas letras, — Raul Pompeia, Lucio de Mendonça, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Aristides Lobo, Valentim

(25) Campos Salles, *Da Propaganda á Presidencia*, São Paulo, 1908. Ainda: «A propaganda republicana operára a evolução nos espiritos; a revolução armada veio á hora justa de remover os obstaculos materiais».

Magalhães, Arthur Azevedo. A 16 narrou "as entusiasmáticas manifestações em aplauso á mudança operada", no dia imediato celebrou o tom de serenidade com que se fez tudo. A abolição, escreveu, fôra calma, a Republica não se processou de outro modo, o que "depunha eloquentemente em favor dos sentimentos do povo brasileiro, que sempre se mostrou unido pelos laços da mais estreita fraternidade". Presidente da Camara Municipal em Cataguazes, Joaquim Lobo a convocou, fazendo aceitar, com o apoio imediato de Eduardo E. da Gama Cerqueira, o novo regime (26). Advogado em Juiz-de-Fôra, Fernando Lobo requereu na primeira audiencia fosse consignado no protocolo "o reconhecimento da Republica em Governo Provisorio e nomeado Azarias José de Andrade, Governador da Comarca de Paraíbuna". O Juiz, Fernando Torres, foi além no edital, declarando aderir ás novas instituições e continuar no exercicio do cargo. Houve sessão solene no Teatro. Não faltaram os excessos da hora, inocentes para gente tão pacata, mudando-se o nome do morro do Imperador para o de Estado

(26) Essa reunião realizou-se a 17 para que, declarou Joaquim Lobo, «á vista dos ultimos grandiosos acontecimentos que se desenrolaram no Rio de Janeiro e que tiveram como resultado a deposição da Monarquia no Brasil e a proclamação da Republica Federal Brasileira», se pronunciasse tomando as medidas reclamadas pelas circumstancias. Gama Cerqueira apresentou moção de adesão ao Governo Provisorio, logo aprovada. «Seria indigno do nome de republicano, orou ele, todo aquele que não assegurasse, por sua moderação e respeito aos direitos de seus concidadãos, a maxima garantia no momento solene da reorganização da Patria». *O Municipio de Cataguazes, cit.*

de Minas: onde e quando os nomes de praças e ruas não foram as primeiras vitimas das revoluções? E uma manifestação civica, banda de musica á frente, percorreu as ruas (27) detendo-se com discursos nas residencias dos homens do dia entre as quais a de Fernando Lobo (28).

(27) «Em Juiz-de-Fóra, assim que afixaram-se os primeiros telegramas do dia 15, houve imponente reunião popular em frente ao Café da Imprensa, orando Roberto S. Barros, Francisco Lins, Severiano Hermes, Avelino Silos, Campos Porto e Moraes e Castro. Ao lêr-se a proclamação official ás 9 horas da noite, formou-se um deslumbrante prestito civico que seguiu em marcha até á residencia do Juiz de Direito da comarca.. Ainda em passeata, continuaram os cidadãos incorporados até á madrugada de ontem, levantando vivas aos membros do Governo Provisorio, a Rangel Pestana, Fernando Lobo e Paletta». M. F. Campos Porto, *Apontamentos para a Historia da Republica dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890.

(28) «No Forum, o advogado Fernando Lobo requereu que se consignasse nos protocolos a instalação da Republica. O Juiz de Paz, George Grande, reconheceu a nova forma de governo e fez publicar o edital de reassumir o exercicio de seu cargo. A 1 hora da tarde foi proclamada a Republica na sala das sessões da Camara Municipal. Por esta ocasião, ao ser proclamado o cidadão Azarias José de Andrade governador da cidade, o Dr. Fernando Torres, Juiz de Direito da Comarca, declarou solenemente aderir á nova forma de governo. Á noite do dia 15 e 16 iluminaram quasi todas as casas da cidade». *Idem*.

CAPITULO IV

SONHO E REALIDADE

Os meses que se seguiram á proclamação da Republica foram em Minas, como noutros Estados, de grande atividade politica e administrativa.

Não era para menos. Punha-se abaixo um regime tradicional, de centralização e parlamentarismo, para levantar-se outro, de federação e presidencialismo. Como se saíria disso o país? Sem maiores tumultos, como ao abolir-se a escravidão, ou pagando caro em lutas internas e desgoverno, sua falta de experiencia? A notoria indole temperante de nossa gente estaria por uma resposta afirmativa. Mas as deficiencias politicas e sociais, em que viviamos, iam imprimir aos acontecimentos dos anos seguintes, sobretudo os mais proximos, feição agitada, para não dizer sangrenta. Ainda aí tinha razão Campos Salles ao acentuar que, máu grado ultimado nos quartéis, o 15 de Novembro foi essencialmente civil. Oxalá situação congenere posterior se houvesse inspirado naqueles propositos de preeminencia da autoridade civil, de esforço construtivo:

O primeiro decreto expedido, negação absoluta do espirito de concentração, que é a característica do poder militar, foi o que proclamou como forma de governo da nação brasileira, — a Republica Federativa, — constituindo as provincias o Estados Unidos do Brasil.

Sobreleva ponderar que esse Governo, em cujo seio preponderava o elemento civil, adotou desde logo, como norma de sua ação, a deliberação coletiva, constituindo-se assim em verdadeira junta governativa na qual o voto de cada um, inclusive o do seu chefe, pesava por igual na mesma balança (29).

Para cada unidade da federação nomeou o Governo Provisorio um Governador. Nós os chamariamos depois interventores, mas a diferença estava mais que no nome, porque acentuava, nos da Primeira Republica, além de existencia breve, em comparação com a prolongada da Nova, uma feição civil dominante, toda de amparo a direitos e respeito a obrigações publicas e particulares. Si houve tambem o que mais tarde se chamou tenentismo, inspirou-se em ideais civicos acima de interesses pessoais. Moral, não queria outra que a de Augusto Comte; e por isso foi que a Republica, pregada de longe por moços e velhos, não decaiu, logo depois de estabelecida. E' curioso verificar que a ala moça, agaloada ou não, que se formou sob o mando de Deodoro, na madrugada historica, afinava inteiramente com a madura, que a inspirou sempre. Além dessa diferença entre 1889 e 1930, havia ou-

(29) Campos Salles, *Da Propaganda á Presidencia*, cit.

tra, os homens da primeira se educaram na escola da politica imperial, sã de costumes, a cuja sombra a inexperiencia republicana ía fazer, até com homens do velho regime, seus primeiros passos.

Havia em todos os chefes republicanos a preocupação do presidencialismo e da federação; ela ia vingar na Constituição de 24 de fevereiro e, sob a ameaça da volta da monarquia, era sua revogação que se temia. A federação tinha que vir, estava na linha do destino, embora redundasse para muitos Estados, — a profecia de Pedro II cumpriu-se nessa parte, — na falencia financeira e na oligarquia. Quanto ao presidencialismo, não teria andado mal o país quebrando sua linha tradicional, para enveredar por um sistema que, conduzindo á onipotencia do poder central, só teria como valvula de escape o motim e a revolução? Ha certa procedencia na pergunta uma vez que a politica, no parlamentarismo, girava em torno do gabinete, com salvaguarda do Chefe da Nação, pela luta dos partidos; e desaparecido o parlamentarismo, estes se esvairiam na sombra.

Como quer que fosse, a autonomia regional, por tanto tempo sonhada e afinal obtida, ia mostrar-se suspicaz, logo depois, contra a autoridade central, fiscalizando, quando não combatendo o órgão provisorio de sua ação. As constituintes estaduais, a nacional, olhariam para essa questão como uma das mais graves. Em Minas Gerais ocorreu, a esse respeito, uma das mais interessantes fases do novo regime, com a luta, que logo se travou, entre Ouro-Preto, a capital politica, de tradição

conservadora para não dizer monarquica, e Juiz-de-Fóra, o maior centro de vida industrial e de população do Estado, ciosa de suas credenciais republicanas; ou, nos personagens que as representavam, Cesario Alvim e Fernando Lobo.

Vinha Cesario Alvim das lutas da monarquia, com projeção no governo provincial e no parlamento, onde mostraria, numa de suas questões mais candentes, a das popelinas, temperamento combativo. Havia ficado também celebre sua adesão ao credo republicano, quando, alguns meses antes da Republica, declarou abandonar o gabinete liberal que “entendeu enrolar a bandeira do partido que era a federação e arvorar novo estandarte, que só podia ser empunhado pelos adversarios”. “Vai lutar, conclua, em campo mais adiantado, vai adiante dos seus correigionarios, deixa os seus antigos companheiros, para consagrar-se á causa da democracia e da Republica”. Comprazendo-se no combate, a imprensa era para ele um dos melhores meios de defesa como homem publico; e a ela recorreria frequentemente.

Fernando Lobo, ao contrario, não tinha nome nacional; havia trabalhado discretamente, conforme seu feitio, pela Republica, e nunca se explicaria de publico. Mas representava a desconfiança local contra a ação central, personalizada no outro, que, apesar de mineiro e civil, como se diria depois, não se considerava “historico”, apesar de suas campanhas liberais, desde os bancos academicos, em São Paulo, até ás colunas da *Tribuna Liberal*, ninho das glórias do partido desse nome no Rio, já ás portas

da Republica. O titulo de historico, nalguns da dissidencia, valia credencias como essa? Para citar um só caso, ali em Minas, Affonso Penna, conselheiro da corôa deposta, seria um dos melhores obreiros no novo regime.

Na luta, para a qual cada um levou, com o respectivo grupo, o melhor de sua personalidade, alta, ainda que fugaz, foi a paixão: quem mais difficil de conter, indagava o astuto Cardeal de Retz, dentro de um partido, que os proprios correligionarios? O tempo fez, porém, sua obra, atestando que benefica foi, afinal, a luta: — para o Governo de Ouro-Preto, pelo que desde logo teve, como fiscalização de seus atos; para a dissidencia de Juiz-de-Fóra, pelo ensejo, que se lhe deparou, tambem desde o principio, de fazer-se militante, aprendendo na adversidade. A divergencia em politica, desde que separe principios e não homens, é sempre salutar. Por não a termos, é que se retardou nossa educação politica. Quando se escrever a historia desse periodo da vida do Estado, ainda toda por fazer, ha de verificar-se que ele não desmereceu de suas tradições.

Nomeado 3.º vice-governador do Estado e, depois, membro da comissão de projeto da constituinte, Fernando Lobo não teve occasião de exercer o primeiro mandato; e do segundo excusou-se. Governador do Estado em 1889, passou Cesario Alvim, em 1890, para Ministro do Interior de Deodoro, de modo que aquele cargo foi exercido, sem falar em Antonio Olynto dos Santos Pires (que o recebeu por dias apenas, — 17 a 24 de novembro de

1889 — do Visconde de Ibituruna, ultimo delegado do Governo Imperial) por Cesario Alvim (25 de novembro de 1889-10 de fevereiro de 1890), João Pinheiro da Silva (11 de fevereiro — 9 de julho de 1890), C. Jaques Bias Fortes (24 de julho de 1890-11 de fevereiro de 1891) e Antonio Augusto de Lima (18 de março-15 de junho de 1891), com as breves internidades de Domingos Rocha e Frederico A. da Silva. As nomeações, o espirito politico, punham Juiz-de-Fóra de sobreaviso, porque se via*privada, nos seus homens mais notorios, de assento nas deliberações do Estado. O *Farol* ia dar incremento a esses ciumes, referindo-se ás mudanças politicas com sublinhas maliciosas, para combater aberta, ás vezes violentamente, Cesario Alvim. Não tinha a dissidencia responsabilidade direta, mas se comprazia nisso, pelo inenos nalguns de seus membros.

O receio maior que preocupava Juiz-de-Fóra era que se excedesse a ditadura federal, perdurando; para o que ditaria o regime eleitoral de que sairiam as constituições estaduais e do país. Qual o poder que não sonha perpetuar-se? Para honra do Governo Provisorio de 1889, — e o contraste lhe é ainda aqui favoravel, — tudo se passou celeremente, entregue logo o Brasil á vida normal. Escreveu-se a respeito:

Mas tambem dos erros inevitaveis na sua posição, o Governo Provisorio pode consolar-se com recordar que, sendo a ditadura, e exercendo na maior amplitude a soberania revolucionaria não a utilizou senão para apressar a legalidade, fundar a Constituição, e entregar o poder ás autoridades re-

gulares. Esta honra, junta á de ter mantido a paz sem opressão, á de ter sustentado a harmonia entre todas as partes da união nacional, á de ter vassado a Constituição da Republica nos moldes que a dominam, bastar-nos-ia para comparecer, sem receio, em presença da historia (30).

A Constituição, chave mestra, devia marcar epoca nova e salutar. Belo sonho, que não dependia de leis escritas, mas dos homens, isto é, de um corpo eleitoral na altura das esperanças republicanas. Os dias, que se seguiram, iam mostrar que só com o tempo podiam ter precario remedio, sob uma fachada sedutora, os costumes politicos brasileiros. País sem tecido social, sem educação civica, o Brasil inspirava-se na democracia norte-americana, sem advertir que o processo historico era ali diverso: — nos Estados, as celulas do país, centros de progresso, de educação politica, de resistencia ás pretensões do centro; ao passo que aqui viviamos e viveriamos todos deste, mesmo os mais ricos e adiantados. E' uma profunda pagina de Woodrow Wilson, a em que descreveu, ainda professor em Princeton, cada uma das quarenta e oito unidades da federação constituindo a verdadeira vida nacional, com suas forças de coesão e repulsão, enfeixadas, para certos fins nacionais, na administração central com séde em Washington.

(30) Ruy Barbosa, *Coletanea Literaria*, 1868-1922, por Baptista Pereira, Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1928.

CAPITULO V

JUIZ-DE-FÓRA E OURO-PRETO

Não podia falar-se, entretanto, em dissidência. Ela só depois surgiria ostensivamente.

Eram latentes, no correr de 1890, as divergencias entre o sentimento republicano puro do Estado e a direção politica de Ouro-Preto. Mas logo depois avolumaram-se, contidas por ocasião da chapa para a constituinte nacional e, afinal, irreprimiveis quando da referente á constituinte estadual.

De tal modo se havia impressionado Juiz-de-Fóra com a sombra federal no Estado, que João Pinheiro e Bias Fortes, cada qual na direção deste, não se viam tão em publico como Cesario Alvim, ocupante da pasta politica no Rio de Janeiro. Além disso, cometera Juiz-de-Fóra, logo no inicio, falta grave com relação a Ouro-Preto, ao desfraldar a bandeira da mudança da capital. Versada em artigos sucessivos, no seu maior órgão de publicidade, não ficava sem revide na capital, culminando com um grande *meeting* em Juiz-de-Fóra, a que correspondeu

Ouro-Preto com outro (31). Bem certo é que a mudança viria a seu tempo, nem Ouro-Preto com ela se agastaria afinal, se não fosse o desejo precipitado, que filiava a ciúmes políticos já então grandes. Quasi todo o anno de 1890 foi de polemica entre as duas cidades, a tal ponto que, no fim dele, os representantes mineiros á Constituinte Federal se declaravam convencidos de que a mudança da capital devia fazer-se antes da reunião da Constituinte Estadual (32).

Essas divergencias eram de ordem geral, mas se iam materializando a proposito de nomeações, preferencias administrativas e chapas eleitorais, prestes estas a se organizarem. Assim, estava no ar a realização do escrutinio previo para a eleição á Constituinte Federal e nomes historicos se diziam arredados. Um deles, Ale-

(31) O motivo foi que, já Bias Fortes no poder, manteve-se a concessão para construção da nova cidade de Ouro-Preto. Propunha-se com o *meeting* protestar «contra a criação da nova cidade de Ouro-Preto, demonstrando-se irrefutavelmente os numerosos e graves inconvenientes que a todos os ramos da administração publica têm trazido as condições topograficas da velha capital mineira». *O Farol*, 30 de setembro de 1890.

(32) A declaração tem a data de 10 de novembro de 1890, publicando-se no *Farol* de 6 de dezembro seguinte. Assinavam-na A. Felicio dos Santos, Americo Lobo, Alvaro Botelho, Constantino Luiz Paletta, Alexandre Stockler, J. Chagas Lobato, Aristides de Araujo Maia, J. A. Avellar, Policarpo A. Viotti, Gabriel de Magalhães, Astolpho Pinto, J. Gonçalves Ramos, J. Leonel de Rezende Filho, Carlos Justiniano das Chagas, Feliciano Penna, Lamonier Godofredo, A. Gonçalves Chaves, Antonio Olyntho dos Santos Pires, este com reservas quanto á oportunidade; isto é, o grosso dos dissidentes.

xandre Stockler, provocou de Aristides Lobo este comentário: "Elle excluido! Mas a quem vão dar o lugar que ninguem lhe deu, mas que ele conquistou?" (33).

Insurgindo-se contra a manipulação oficial da chapa no Rio, escrevia a *Gazeta de Ubá*: "E' isto serio? Só o cidadão Ministro do Interior julgaria, fundando-se nos precedentes da monarchia, que Minas se submeterá a esse processo falseador da opinião publica". (34). No *Paiz* Rodolfo Abreu atacou (28 de junho de 1890):

A guerra pequenina e desleal que se move a muitos dos velhos companheiros da causa republicana, é um máu sintoma, funesto no futuro da politica, ameaçada de seguir o mesmo caminho de intrigas e de perfidias que desmoralizou os partidos no regime decaído e ameaça contaminar, desde já, a orientação atual que deverá ser sabia, justa e desapaixonada.

Adiante:

Antonio Olynto, Americo Werneck, Stockler, Felicio e tantos outros, poderão ser excluidos da chapa oficial, mas as urnas os elevarão á altura do merito de seus serviços á causa da democracia e do progresso da patria.

(33) *O Farol*, 1 de julho de 1890.

(34) *O Farol*, 2 de julho de 1890.

Tendo feito parte da Comissão Executiva, Antonio Olynto veio a publico para dizer que não aprovara chapa oficial nenhuma (35), ao que se seguiu este comentario:

Ora aí está como se escreve a historia. Quando dissemos que essa recomendação não era séria, tínhamos carradas de razões. Sempre fizemos ao Sr. Antonio Olynto a merecida justiça de acreditar que ele não teve a minima parte nessa farça politica; e isso por causa das odiosissimas exclusões que se notam na lista que se diz apresentada pela comissão executiva (36).

Foi então que se lembrou convocar os presidentes dos clubes republicanos do Estado para uma reunião em Juiz-de-Fóra "afim de tratar-se, dizia a mensagem de Fernando Lobo, de interesses do partido republicano mineiro" (31 de julho de 1890). Para ter maior liberdade de ação, declarou expressamente o convocador não ser candidato á Constituinte, apesar das indicações, que muito o honravam, de todo o Estado (37). A 15 de agosto de 1890 reuniu-se esse congresso no Forum da cidade, com 65 representantes de varias regiões do Estado, tendo sido secreta a reunião. Entre outros, compareceram Estêvão

(35) «Fazendo parte dessa comissão, julgo necessario declarar que não dei e nem podia dar minha aprovação a semelhantes listas, que, além de atentarem contra a escola democratica a que pertenco, trazem exclusões de alguns dos meus mais distintos companheiros de lutas na propaganda republicana». A. Olyntho dos Santos Pires, *O Farol*, 5 de julho de 1890.

(36) *O Farol*, 5 de julho de 1890.

(37) *O Farol*, 2 de agosto de 1890 e dias seguintes.

Ribeiro de Rezende, Martiniano Brandão, Americo Werneck, João Ribeiro de Oliveira e Souza, David M. Campista, A. Dutra Nicacio, Gabriel Magalhães, Joaquim Gonçalves Ramos, Aristides de Araujo Maia, Artur Itabirano, E. da Gama Cerqueira, Americo Lobo, J. A. Rodriquer Caldas, Luiz A. Detsi, Constantino Luiz Paletta. Segundo a resenha jornalística, dois dias depois, houve animado debate, discutindo-se a ação do Ministro do Interior, "cuja candidatura foi energicamente combatida por muitos representantes da dissidência" (38). Venceu, por maioria, a chapa oficial do escrutínio previo, tendo votado muitos dos excluidos, com exceção de Paletta, que se julgou impedido.

Sobre o papel de Fernando Lobo escreveu um dos presentes, Antonio Olynto, muito tempo depois (*Estado de Minas*, 1897):

Sua índole acessível, sua firmeza de convicções tornaram-no o centro de convergencia dos republicanos de Juiz-de-Fóra, quando começou a avigorar-se a propaganda naquele importante municipio da ex-provincia, desde os primeiros meses do ano de 1888.

Proclamada a Republica, todas as vistas se voltaram para o simpatico chefe democrata naquela importante cidade, que dava entrada para o interior de Minas. A ordem foi então mantida apesar da explosão de entusiasmo que ali se deu, ao chegarem as primeiras noticias da revolução no Rio; e as adesões se seguiram, dedicadas e firmes,

(38) *O Farol*, 17 de agosto de 1890.

pela confiança que a todos inspirava o carater puro e nobre do illustre chefe.

Modesto e desinteressado, o Sr. Fernando Lobo se afastou sistematicamente das posições, para continuar a ser em Juiz-de-Fóra o elemento de ordem e de ponderação, informando, ao Governo do Estado, com lealdade, o que ocorria e o que vinha ali fazer e tornando-se o conciliador dos correligionarios que se desavinham.

Com relação ao Congresso de 1890:

Na agitação que precedeu a eleição de 15 de setembro de 1890, para a Assembléa Constituinte, essas qualidades do digno mineiro mais se realçaram. Afastado o seu nome do pleito, pôde ele ser um verdadeiro juiz na causa que começava a dividir os republicanos, e no meio do descontentamento que então lavrava em Minas após o governo dos Srs. Cesario Alvim e João Pinheiro. A chapa apresentada pela comissão executiva do partido, que se dizia filha de uma eleição previa, foi motivo de discussões acerrimas e a sua legitimidade foi posta em duvida.

Adiante:

Prevendo males que se poderiam seguir de uma cisão profunda entre os republicanos, áquella época, o Sr. Fernando Lobo, com a autoridade de chefe, convocou o partido para uma reunião solene em congresso, que se realizaria em Juiz-de-Fóra, a 15 de agosto de 1890, e no qual o partido tomaria solidariamente uma deliberação a seguir no pleito de setembro que se aproximava.

Ao Congresso concorreram 65 representantes diferentes de diversas zonas do Estado. A sessão que se realizou no edificio do Forum, foi presidida pelo Sr. Fernando Lobo, aclamado pelos republicanos presentes, o qual teve por secretarios os Srs. Henrique Diniz e Luiz Detsi; a ella compareceu o Sr. João Pinheiro, que deixara o Governo do Estado a 22 de julho do mesmo anno e que expoz o modo como foi organizada a chapa; e, depois, fallaram diversos outros representantes e a assembleia resolveu por 36 votos contra 24 considerar como official do partido a chapa cuja legitimidade estava posta em duvida.

Não foi, entretanto, sem resistencia, que alguns aceitaram essa decisão (39). Era a ala esquerda, irrequieta, da dissidencia. Ella iria provocar depois incidente grave. Bias Fortes, a 15, havia assumido a direção do Estado, em substituição a João Pinheiro, que renunciou o cargo. Mas, apesar das esperanças que esse nome trazia, os ventos sopravam no sentido de aprofundar-se a divergencia, tanto que, para a constituição da chapa da Constituinte estadual, não seria mais possível a harmonia. Vulto local de relevo, a exclusão de João Penido, por exemplo, não se comprehendia. Veiu elle a publico, apellando da comissão central para o eleitorado. Precizava

(39) Retiraram seus nomes os companheiros preteridos. Antonio Olynho fez declaração que lhe cabia acatar a decisão da maioria, como os demais. «Tive occasião de manifestar-me, nisso, hostil á chapa que se apurou do escrutinio previo; o congresso republicano, porém, cujas decisões devem ser para nós soberanas, votou em sua maioria que a adotassemos como chapa official». *O Farol*, 23 de agosto de 1890.

acaso dar credenciais? A 10 de julho de 1883 dissera no parlamento: "Sou republicano. Sempre o fui e, quanto mais velho vou ficando, mais republicano me torno". A 13 de julho de 1888: "Republicano desde 1848, tenho sido até hoje aliado dedicado e sincero, mas hoje estou desiludido pela impotencia provada do partido liberal". Continuando:

A exclusão de velhos republicanos para dar entrada a conhecidos monarquistas, alguns dos quais não prestaram outro serviço á Republica senão aderir, aceitando os fatos consumados, só pôde ser aconselhada por uma politica nefasta e imprevidente, contra a qual protestamos. Da comissão executiva de Ouro-Preto apelo para o eleitorado mineiro, independente e patriótico, e solicito mais uma vez os seus sufragios (40).

Mineiros no Rio reuniram-se, sem resultado, para escolha de candidatos seus, enquanto em Minas o Directorio Central do Partido Catolico, organizando a sua chapa, escreveu: "Quem quizer a Republica militar e despotica, vote pela chapa oficial. Quem quizer a Republica moderada, honesta e liberal, vote pela chapa catolica e nacional" (41).

(40) 10 de agosto de 1890. No *Farol* de 17 seguinte.

(41) *O Farol*, 9 de setembro de 1890. Nos nomes dessa chapa sobresairam, entre outros, F. Bernardino Rodrigues Silva, A. Carlos Ribeiro de Andrada, João Penido, Henrique Salles, Carlos Peixoto, Barão de São Marcellino, Olympio Valladão, Silviano Brandão, Sabino Barroso, Virgilio de Mello Franco, Bernardo Monteiro, Americo Werneck, A. Felicio dos Santos, Diogo de Vasconcellos.

Foi então (fim de 1891 — inicio de 1892) que ocorreu uma série de atos, intencionais uns, desprevenidos outros, que, aprofundando a dissidencia, exasperaram a cidadela republicana: — exoneração de José Mariano Pinto Monteiro do cargo de promotor publico, “castigo, de quem, numa epoca de corrupção e de baixezas, escreveu o *Farol* (4 de janeiro de 1891) tem o arrojo de ser independente”; demissão de J. Martins Ferreira e Tiburcio A. da Paixão, dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Intendencia Municipal; de Azarias José de Andrade, de Governador da Comarca de Paraíbuna. Já com o sonho de uma Academia de Comercio, que o acompanharia ao tumulo, voltou F. Baptista de Oliveira de mãos vazias da capital do Estado. Um pantano, que a E. F. Central do Brasil havia provocado com suas obras, não se aterrava por negativa official, e custava apenas 80 contos. Fôra transferida, finalmente, — para mais desagregar o bloco eleitoral? — a freguezia de São Pedro de Pequirí para Mar de Espanha, e anunciado, — quiçá com identica finalidade, — que Chapeu d’Uvas passaria para Palmira. Era a borrasca. Pois apenas feita a Republica, sua séde principal em Minas se via assim castigada? A 28 de janeiro de 1891 um anonimo desabafou:

O Municipio de Juiz-de-Fóra é indomavel e não se rende. Ha de sustentar-se e erguer os nobres e são carateres que desafiam a colera dos governichos. Ha de repelir a ousada prepotencia e a redução torpe. _

Num *meeting* no Jardim Municipal (9 de fevereiro de 1891), falaram F. Bernardino Rodrigues Silva e Luiz A. Detsi, votando-se a seguinte moção:

População de Juiz-de-Fóra protesta contra politica Governo deste Estado, manifestada de modo especial na execução do plano criminoso do esfacelamento deste municipio e espera dos altos poderes publicos providencias energicas no sentido de serem reparados erros da administração e vinganças concebidas com o fim de abater-se carater independente povo mineiro.

E o *Farol* atacava sob o titulo "Odio a Juiz-de-Fóra", Cesario Alvim, já demissionario desde 20 de janeiro, de ministro do interior, com seus colegas Rui Barbosa, Campos Salles, Francisco Glicerio, E. Wandenkolk e Q. Bocayuva. A politica tem suas voltas e mais tarde esse órgão, sob outra direção, seria paladino de quem rudemente enfrentava:

Tem sido tão significativas as demonstrações de hostilidade por parte dos governos central e deste Estado contra esta cidade, que ninguem póde ter mais duvidas que se pretende por todos os meios o seu aniquilamento.

O autor principal desse plano sinistro é, incontestavelmente, o General Cesario Alvim, que não póde tolerar que esta cidade, que era o centro da ação da propaganda republicana em Minas, quando S. Ex. ainda explorava posições nos arraiais monarquicos, tenha dispensado a sua tutela re-

pelindo com sobrançeria sua politica tortuosa e mesquinha (42).

Já eram do conhecimento nacional, a esse tempo, certos abusos administrativos federais, que o lapis azul de Pedro II não podia mais impedir. Condenou-os a folha local, com palavras duras. Começava tambem a descrença de alguns puros no regime, que haviam propagado e adotado. Fernando Lobo não se contava nesses, pois sabia que a Republica teria erros graves, explicaveis por sua essencia mesma, mas faceis de remedio desde que se praticassem as virtudes democraticas de seus fundadores. Entre sua banca de advogado, demissionario tambem de patrono do Banco de Credito Real, o desenvolvimento de Juiz-de-Fóra, sua cultura, o absorviam. Dele foi então, entre outras cousas, a iniciativa da criação da Biblioteca Municipal (43).

Das suas hostes, alguns mais insofridos não se resignavam ao combate desigual, pois haviam batalhado sem recompensa e viam-se perseguidos. Perene lição da historia, em toda a parte e a cada hora renovada, apurando o instinto de conservação dos que detem o poder, para agravar os impulsos dos que dele estão apartados. Não ficou celebre a profecia de Mirabeau, segundo a qual os

(42) *O Farol*, 1 de fevereiro de 1891.

(43) «O Dr. Fernando Lobo Leite Pereira ofereceu á Intendencia Municipal varios exemplares de diversas obras que servirão para formar-se nesta cidade uma biblioteca publica, o que aliás será facil desde que por outros cidadãos seja imitada a sua louvavel iniciativa». *O Farol*, 28 de novembro de 1890.

jacobinos, quando ministros, jámais seriam ministros jacobinos? De Guanhões, um patriota, A. Vaz Mourão, declarou sua intenção de naturalizar-se norte-americano “para ter o prazer de perecer como cidadão de uma republica honesta, tal qual sonhou a sua mocidade” (44). Ainda no mesmo matutino mineiro colaborava Aristides Lobo, um dos desencantados. Escreveu em suas “Cartas Politicas” do Rio de Janeiro:

Nada de validismo, de filhotismo, de parantelas, nada. Se resurge a malta das antigas dinastias subalternas, estamos arranjados (45).

(44) *O Farol*, 22 de janeiro de 1891.

(45) *O Farol*, 10 de outubro de 1890.

CAPITULO VI.

DISSIDENTES

Apesar das divergencias referidas, a chapa á Constituinte Federal reunia o que de melhor tinha o Estado. A ação republicana de Juiz-de-Fóra, nem por indirecta, deixou de ter parte nisso.

Para senadores, foram apresentados J. Felicio dos Santos, Americo Lobo e Cesario Alvim. Para deputados, entre outros, João Pinheiro da Silva, A. Araujo Maia, Lamounier Godofredo, J. Leonel de Rezende Filho, Constantino Luiz Paletta, J. C. da Costa Senna, Policarpo R. Viotti, Gabriel Magalhães, A. Dutra Nicacio, A. Jacob da Paixão, J. das Chagas Lobato, Astolpho Pinto, Domingos J. da Rocha, J. Gonçalves Ramos, Pacifico Mascarenhas, Americo Luz, J. Matta Machado, Feliciano Penna, A. Gonçalves Chaves, A. Olynto dos Santos Pires, Manuel Fulgencio, F. Luiz da Veiga, Bueno de Paiva, Alexandre Stockler, Alvaro Botelho, Carlos Justiniano das Chagas, Barão de Santa Helena. Muitos deles estão, nos jornais e livros do tempo, ligados á questão da queda da Monarquia. De um escreveu-se, a proposito da viagem de Silva Jardim ao Norte, no mesmo navio em que ia o Conde d'Eu:

Conta-nos Luis Pires que estava o propagandista no tombadilho, ao lado do Sr. Gastão de Orleans, quando um bote se aproxima, trazendo o dr. Chagas Lobato, chefe republicano em Minas, que vinha despedir-se e apenas pôde, agitando o lenço, exclamar, face á face do sr. Orleans: — Dr. Silva Jardim, traga-nos do norte a Republica (46).

No Rio de Janeiro, a orientação que iam tendo as cousas mineiras, não era de molde a fazer desaparecer resentimentos e divergencias. Havia João Pinheiro exposto numa mensagem as razões pelas quais tinha deixado o posto de Governador, referindo-se ao grupo de descontentes, — “politicos que desejam galgar o poder para os mais detestaveis fins”; e isso não podia deixar de ter repercussão. Houve quasi crise no ministerio federal, a proposito de sua substituição (47). Antonio Olynto, que

(46) João Dornas Filho, *Silva Jardim cit.*

(47) No Rio Grande do Sul, onde a luta de predominio politico tinha sido grande, logo depois de feita a Republica, Deodoro (e seus ministros Ruy Barbosa e Wandenkolk) foram de opinião que não se dessem treguas «ao grupo republicano historico, amotinador e alarmante da opinião». Isso ocorreu na reunião do gabinete de 17 de maio de 1890. Pouco depois, veio a questão da escolha do Governador de Minas, pela renuncia de João Pinheiro, renuncia motivada pela nomeação do diretor da Escola de Minas, Leonidas Damasio. Benjamin Constant (25 de julho de 1890) contou que fôra indicado por distintos mineiros o nome de Antonio Olyntho, surpreendendo-se depois com a nomeação de Bias Fortes. Cesario Alvim explicou como se fez essa nomeação. «Fôra muito inconveniente a nomeação do Dr. Antonio Olyntho, parte no conflito contra o Dr. João Pinheiro. Lavrada tal nomeação haveria perturbação na politica mineira. Andou mais avisado e prudentemente indicando o nome do Dr. Bias Fortes, superior ás paixões que se debatiam, cidadão per-

recusára assinatura num telegrama ao Governador renunciante, redarguiu da Capital Federal:

Esse grupo de descontentes era porém muito maior do que se lhe afigurava: a politica que se fazia em Minas levou o descontentamento e a desilusão a todos os angulos daquele Estado, onde convém que ela seja em breve reparada para não mais comprometer a excelencia da fórmula republicana e a procura dos principios que pregavamos (48).

Logo depois, aventou-se a ideia, ainda no Rio de Janeiro, de uma moção ao Ministro do Interior, moção que Constantino Paletta julgou inoportuna e superflua; J. Chagas Lobato declarou não se justificar num regime de responsabilidade presidencial; Alvaro Botelho, Antonio Olynto e outros desaprovaram. Já estava em formação a chapa á Constituinte Estadual e grandes eram as divergencias. Segundo o pensamento official, a constituição dessa chapa devia ter por base "as indicações fornecidas pelos representantes do Estado no Congresso Federal"; mas disso dissentiam varios desse representantes em declaração publica. Para eles, um congresso, a reunir-se em Juiz-de-Fóra, pouco depois, teria como objetivo a organização mais democratica dessa chapa. Sob a presiden-

feitamente idoneo e que vai merecendo de todo o Estado a mais entusiastica aceitação». Deodoro opinou que o Ministro do Interior representava o Estado, «sendo, portanto, o unico competente para indicar o respectivo Governador». Ver: Dunshee de Abranches, *Atas e Atos do Governo Provisorio*, segunda edição, Rio de Janeiro, 1930.

(48) *O Pais*, 14 de agosto de 1890.

cia de J. Chagas Lobato, tendo como secretarios Constantino Luiz Paletta e Camilo de Moura, reuniu-se com efeito ali o congresso (25 de dezembro de 1890). Antonio Olynto explicou as razões da convocação (49), organizando-se uma comissão de sete membros para composição da chapa e outra de três, para a redação do manifesto. "A organização politica do nosso Estado, que vai ser instituida, não póde passar indifferente ao patriotismo dos mineiros", tais as primeiras palavras desse manifesto. Para isso tornava-se necessario que a indicação partisse do proprio eleitorado, "fonte soberana da força e do prestigio de que devia investir a representação de Minas no Congresso Constituinte" (50).

Designados expressamente, pelo Congresso, para apresentação e propaganda da chapa no distrito, Fernando Lobo, R. Sabiniano de Barros, Antero José Lage Barbosa, Bernardo Mascarenhas, Azarias José de Andrade e João Ribeiro de Oliveira e Souza, o fizeram quatro dias depois. No manifesto escreveram:

A restauração dos sãos principios democraticos, violentamente atacados pelo projeto de lei organica deste Estado, constitue uma exigencia patriotica, á

(49) Assinaram essa declaração J. Felicio dos Santos, Americo Lobo, P. M. Ferreira Brandão, J. C. da Costa Senna, João das Chagas Lobato, J. Leonel de Rezende Filho, Antonio Olyntho dos Santos Pires, Constantino L. Paletta, J. Antonio de Avellar, J. C. Ferreira Rabello, A. Jacob da Paixão. 2 de dezembro de 1890, no *Farol* de 6 seguinte.

(50) 26 de dezembro de 1890. Assinavam-no, por delegação do Congresso, J. Chagas Lobato, Fernando Lobo Leite Pereira e Antonio Olyntho dos Santos Pires.

qual devem subordinar-se todos os mineiros, sem distinção de antigos matizes políticos.

Com tão elevado intuito, organizou o congresso a combinação junta, oriunda exclusivamente das indicações populares, e que significará em qualquer hipótese o protesto solene do povo contra a mutilação dos princípios livres da gloriosa bancada republicana.

Acceptar a Constituição como está redigida seria a prova mais cabal de que o independente Estado mineiro não se acha na altura da obra meritoria dos grandes servidores da patria, que instituíram e consolidaram a Republica no Brasil.

A respeito desse Congresso ainda testemunhou depois, em 1907, Antonio Olynto no *Estado de Minas*:

Na evolução da politica republicana mineira, teve o Sr. Fernando Lobo de intervir em ocasião igualmente grave: foi quando o partido cindio-se na apresentação das chapas para a Constituinte do Estado.

Congresso dos republicanos dissidentes da politica seguida pelo Sr. Cesario Alvim como Ministro do Interior, reuniu-se tambem em Juiz-de-Fóra, a 25 de dezembro de 1890; e o Sr. Fernando Lobo foi então eleito com os Srs. Antonio Olynto e Chagas Lobato para elaborar um manifesto, com que o partido pleiteou a eleição de 31 de janeiro de 1891, expondo as razões pelas quais os republicanos ali reunidos não aceitavam alguns dos pontos capitais do projeto de Constituição, elaborado para o Estado em outubro precedente.

Na verdade, preocupava a dissidencia mais a questão de principios, que de pessoas: pois não podia anuir a uma formação menos democratica das listas eleitorais, como também não aceitava certos preceitos exarados no projeto de Constituição do Estado, entre os quais os que retiravam do povo a eleição do Governador, criavam um collegio especial para eleição do Senado e desatendiam á so-nhada autonomia municipal. F. Bernardino R. Silva, em manifesto, assim exprimia esses receios:

A Constituição promulgada para o Estado de Minas Geraes desperta justos reparos e, apenas conhecida, suscitou opposição vigorosa. Sua trama é a oligarquia, cuja séde está no Senado.

E depois de fazer justiça a Bias Fortes, já Presidente, concluia:

Parte principal e dominadora do Congresso, o Senado mineiro, tão resumido quão ambicioso, vai eleger e por ele nomear os prefeitos e magistrados, prover a administração e a magistratura, apoderar-se assim do poder executivo e avassalar o poder judiciario.

A luta já era então ostensiva. Havia escrito Cesario Alvim, a proposito do Congresso de Juiz-de-Fóra: "Eu e eles somos duas pretensões extremas que se batem". Alguns representantes mineiros, respondendo, na parte em que se referia a "sindicatos politico-industriais" (51)

(51) *O Farol*, 6 de janeiro de 1891.

a proposito do mesmo Congresso (52), vieram a publico em defesa propria. Entre outros, assinaram a declaração Antonio Olynto, Jacob da Paixão, J. Chagas Lobato, Dutra Nicacio, F. Badaró, Policarpo Viotti, Constantino Luis Paletta, J. Avellar, Joaquim Gonçalves Ramos, Ferreira Pires, Americo Lobo, Alvaro Botelho. Lia-se nela (*Farol*, 8 de janeiro de 1891):

Alheios a quaisquer sindicatos politico-industriais, não devemos nem podemos aceitar, como julgamento da conduta do Sr. Ministro, o resultado do pleito eleitoral que se vai ferir a 25 do corrente.

Porquanto, em primeiro lugar, S. Ex. tira de si qualquer responsabilidade na confecção da lista que diz ser organizada pelo centro (?) em Ouro-Preto; em segundo lugar, a nossa questão não é dos nomes que figuram nas duas chapas que se batem, e sim de competencia para organiza-las e de principios democraticos feridos pelo projeto de constituição; finalmente, porque seria para nós uma luta desigual, visto como a chapa de Juiz-de-Fóra só tem para ampara-la o prestigio das idcias que a escoltam e a altivez do povo mineiro ao passo que a de Ouro-Preto conta com grandes elementos de victoria, amparada pelo Governador do Estado, pelo Vice-Governador em exercicio, pelos diretores do tesouro e das obras publicas, por empregados de elevada categoria nas repartições da instrução publica e da policia, todós interessados em seu bom exito, como candidatos que são; acrescendo que

(52) *Jornal do Comercio*, 6 de janeiro de 1891.

o proprio Sr. Ministro do Interior acaba de solemnemente perfilha-la, como se tantos titulos não bastassem para seu triunfo.

Na verdade, não havia boa perspectiva eleitoral para a chapa dissidente, contivesse ela embora nomes dos mais altos, alguns dos quais figurando, aliás, na chapa oficial (53). Marcadas as eleições para o dia 25 de janeiro de 1891, houve expectativa de que fossem adiadas, para depois de promulgada a Constituinte Federal, em cumprimento do que havia decidido esta (54). Mas em vão. Acentuando que, por duas vezes, o Congresso Nacional indicava a conveniencia de se adiarem as eleições estaduais e que com as derrubadas e outros atos se restauravam "os expedientes de violencias e compressão que foram, no regime passado, alvo dos mais certos ataques da propaganda", protestaram os dissidentes federais (25 de janeiro de 1891). "Essa pressa, concluíam, só se jus-

(53) Para Senadores: João N. Penido, F. de Assis Fonseca, Necessio Tavares, J. M. Carvalho Mourão, A. Carlos R. de Andrada, Camilo de Moura, A. R. Monteiro Manso, Fernando Lobo Leite Pereira, A. Andrade Botelho, Pedro Sanches de Lemos, Olimpio Valladão, João N. Kubitscheck, Americo Werneck, F. B. Rodrigues Silva, Henrique Vaz. Para Deputados: João Riteiro de O. e Souza, G. de Oliveira Santos, A. Dutra Nicacio, J. Felicio dos Santos, Luiz A. Detsi, Olyntho de Magalhães, L. B. Gama Cerqueira, David M. Campista, Martiniano Brandão, J. M. Vaz Pinto Jr., Pedro Matta Machado.

(54) Com efeito, tinha sido aprovada uma moção (12 de janeiro de 1892), com varias assinaturas, entre as quais as de Saldanha Marinho, Julio Castilhos, Joaquim Murтинho e alguns dissidentes mineiros, entre os quais Constantino L. Paletta, indicando a realização das eleições para as constituintes estaduais depois de aprovada a constituição federal.

tifica pelo empenho que ha, de parte dos interessados, em aproveitarem suas posições officiaes para conseguirem ganho de causa". A tal protesto correspondeu outro de Juiz-de-Fóra, em telegrama para a Capital Federal (55). Era o momento em que a cidade se alarmava com as demissões e o desmembramento de seu distrito eleitoral, expostas atraz. "Protesto digno" chamou o *Farol* ao telegrama de desabafo. Quanto ás eleições não adiadas, assim desafogou, sem esperança:

Realiza-se hoje, em todo o Estado, a eleição para membros do Congresso Constituinte mineiro.

Diminuida de muito a importancia dessa eleição, em vista do conflito que se estabeleceu entre o Congresso Nacional e o ex-Ministro da Ditadura, relativamente ao adiamento das eleições dos Estados, para depois da decretação da Constituição Federal, parece-nos que não será consideravel o numero de eleitores que concorrerão á eleição de hoje (56).

Foi esse, aliás, sempre o quadro eleitoral, nos países, como o nosso, de educação politica precaria. Não abre o poder mão de certos meios, clamando contra isso a oposi-

(55) «Protestamos contra ato Governo deste Estado renovando a ordem para a eleição em contrario ao voto do Congresso Nacional; protestamos igualmente contra as ameaças, demissões, violencias e corrupção em larga escala empregadas para a conquista das urnas, como no tempo do antigo regime. Fernando Lobo, Antero J. Lage Barbosa, João Ribeiro de Oliveira e Souza, Bernardo Mascarenhas». *O Paiz*, 25 de janeiro de 1891.

(56) *O Farol*, 25 de janeiro de 1891.

ção. E' toda nossa historia constitucional. Ainda assim, idilio era aquilo, mesmo sob divergencia tão funda. Não se vio processar depois o pleito de outra constituinte nacional, com adversarios exilados ou sem direitos politicos, montada a maquina eleitoral, durante quasi quatro anos, por senhores militares na maioria dos Estados, e, o que é mais, filha a maioria da representação classista, então criada, das preferencias do Executivo Federal?

O idealismo da dissidencia, em face da realidade politica, partia do principio de que as instituições melhorariam os homens; quando o inverso era o que devia prevalecer. Tão maltratado então, é certo que o regulamento Alvim punha a eleição nas mãos do Governo; mas seu fim era menos preservar as posições conquistadas, do que prevenir uma reviravolta da opinião publica, já meio desenganada, a favor do regime decaído. Não voltaria este. O quarto de hora historico havia marcado a mutação definitiva; mas a ameaça não deixava de estar sempre presente no espirito dos republicanos puros. Vindo de Cataguazes, onde já desfraldára a bandeira republicana, Estevam de Oliveira ia fazer sair com Henrique Vaz, em Juiz-de-Fóra, sua *Minas Livre* (57), de efemera duração mas de ardor combativo. Sempre na estacada, polemista vigoroso, ele não dava treguas á gente de Ouro-Preto. Uma simples visita ao Conselheiro Lafayette, ali o pôz em guarda, indicando naquele homem do Impe-

(57) Duas, saíria depois três vezes por semana, para poder ser mais tarde diario.

rio "o centro das maquinações restauradoras" (58). Pessoalmente visado, Affonso Penna veio a publico, no mesmo jornal, inquirindo si havia mal em visitar um velho amigo decaído, seu antigo chefe de ministerio sob a monarchia. O caso era bem sintomatico de intolerancias e excessos.

(58) *Minas Livre*, 17 de maio de 1891.

CAPITULO VII

A CONSTITUINTE EM AÇÃO

Realizadas as eleições, nulo, por assim dizer, foi o contingente eleitoral dissidente, pela abstenção havida. Sobre 1.897 eleitores, compareceram ás urnas pouco mais de duzentos em Juiz-de-Fóra; “e estes mesmos, comentou *O Farol* do dia imediato, referindo-se ao distrito eleitoral, para infligirem á chapa oficial uma derrota tremenda e significativa, eloquente bastante”.

Assim, a vida das minorias entre nós, então e hoje; porque o poder é tudo num país imenso, economica e socialmente disperso, com um fatalismo popular, bem das regiões tropicais. A escravidão, nos seus dois extremos, a senzala e o amo, deixou para as gerações vindouras, certa herança amarga, difficil de erradicar. Outros vícios complementares fizeram do civismo uma expressão explosiva, mais sentimental que reflexiva. Nesse particular, o Brasil não pode estudar-se á luz do que deveria ter realizado, mas do que, apesar de tais deficiencias e exaltações, conseguiu fazer.

Sobre a convocação do Club Republicano em Juiz-de-Fóra, havia escrito o *Jornal de Minas*:

O Dr. Fernando Lobo, si houvessemos de nos alistar nalguma companhia, com prazer nos subordinariamos á sua direção.

Em 1870, logo depois que se formou em direito, classe que honra pelos seus talentos e rara ilustração, nós o vimos em Cataguazes e já era republicano, isto é, nuncafoi monarquista.

Entre os atuais republicanos, convêm distinguir: 1.º — os nativos; 2.º — os despeitados; 3.º — os 13 de Maio; 4.º — finalmente, os de nossa qualidade (59).

Em verdade, não poderiam distinguir-se na vida politica nacional, desde os primeiros momentos do novo regime, republicanos historicos e adesistas. Uns e outros iriam ao poder. Uns e outros trabalhariam nele pela Republica. E' que, dissemos a outros respeito, — e a transformação então foi total, — nem tudo se improvisa na vida. Ha nas mais violentas convulsões um fundo de estabilidade, que une os tempos (60). Erro é pensar, todavia, que, por sua então fraqueza eleitoral, a dissidencia de Juiz-de-Fóra nada significou. Brigada de choque, como a chamariamos hoje, era o grupo idealista, de

(59) *O Farol*, 6 de agosto de 1890.

(60) Helio Lobo, *No Limiar da Asia. A U.R.S.S. ensaio de interpretação*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1935. Ainda a proposito de 30.000 officiais do exercito imperial sob as ordens de Trotsky: «Uma expressão russa, «spetz», designa, em todos os campos da atividade humana, as pessoas que formadas nas velhas escolas de outrora, dão á revolução seu concurso, sem lhe pertencerem pelos seus ideais. Lenine, que era um realista, não desdenhou do concurso técnico dos vencidos».

convicções profundas, disposto a enfrentar sempre os riscos sem ver recompensas, na realização de seus objetivos republicanos. Si outros encolhiam-se, ou bandeavam-se, ela expunha-se sem vacilações, pronta mais á renuncia pessoal, do que a abdições doutrinarias. Foi do embate entre esse impulso idealista com a realidade fria, que saíu caldeado o pensamento mineiro, naquela hora relevante para o Estado e o país. O paralelo com a segunda republica constitucional, lhe é ainda favoravel.

A Constituinte foi a media das aspirações comuns, realizando-as numa carta que, resistindo a restauradores e jacobinos, guiou o Estado por quasi meio seculo. Era a nata da cultura geral, sementeira de onde saíam chefes do Estado ou da Nação, ministros, legisladores, magistrados, embaixadores, — Affonso Penna, Bias Fortes, Sabino Barroso, Melo Franco, Camilo de Brito, Silviano Brandão, Eduardo e Luiz B. da Gama Cerqueira, J. P. Xavier da Veiga, J. C. da Costa Senna, A. C. Ribeiro de Andrada, Levindo Ferreira Lopes, Camilo Prates, Adalberto Luz, F. Antonio de Salles, Olegario Maciel, Henrique Diniz, David Campista, Olynto de Magalhães, Policarpo Viotti, Ildefonso Alvim, Artur Itabirano, Severiano de Rezende, para não citar senão alguns.

Da independencia desse corpo legislativo, foi logo exemplo ao se propor, e caíu, que durante suas deliberações continuasse o Executivo a legislar. Não menos que de David Campista a iniciativa. O contraste, ainda neste particular, não fala em favor de nossos dias. Orou, en-

tre outros, Virgilio de Mello Franco, dirigindo a resistencia. "Assim a ditadura não póde e não deve continuar". E referindo-se ás palavras de Augusto de Lima, governador em exercicio, á Constituinte, concluiu: "Findou-se seu ultimo momento historico na frase da mensagem". Foi comentario em Juiz-de-Fóra:

Valha-nos isto: continue o Congresso a proceder com independencia e sempre digno dos brios da provincia hoje Estado de Minas Gerais (61).

Com efeito, a Constituinte havia remodelado o projeto de constituição, retirando a eleição presidencial do Congresso e a senatorial do corpo eleitoral instituido; alargou algumas de suas atribuições, restringio outras; e fortaleceu a autonomia municipal. Membro da comissão, Olynto de Magalhães ofereceu parecer em separado, elevando-se contra o receio de não entregar-se ao povo, em toda a sua plenitude, o exercicio do voto; e, entre outras cousas, defendeu a autonomia municipal nas bases dos cantões suissos. No caso de unir-se Minas

(61) *O Farol*, de 9 de abril de 1891. A moção David Campista confirmava os poderes de que se achava investido o Governo e reputava validos os atos que como tal praticasse, enquanto não fossem expressamente revogados pelo poder legislativo. O substitutivo Mello Franco reconhecia ao referido Governo os poderes necessarios para sua existencia, no intuito de executar as leis e administrar o Estado. Rejeitada aquela, foi este prejudicado. Vêr os pormenores e a indicação Xavier da Veiga em *Atas do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891*, Ouro-Preto, Imprensa Oficial, 1896.

Gerais a outro Estado marítimo. por exemplo. só esse regime cantonal daria a devida solução. Cumpre dizer, aliás, que os receios sobre o Senado mineiro não se cumpriram, tendo sido ele órgão de moderação e conselho; na primeira crise da Republica (3 de novembro de 1891) seria ele, e não a Camara, que protestaria contra o golpe de Estado.

Foi nesse periodo (19 de maio de 1891) que *O Farol* passou a constituir uma sociedade anonima, incorporada por A. Ferreira Lage. Dirigiam-no F. Bernardino Rodrigues Silva, V. Manoel de Souza Lima, José Mariano Pinto Monteiro e José A. Braga. Sua vigilancia não diminuiu, ao contrario. "Continuamos sob o dominio das camarilhas, escreveu a 20 de maio, mas das camarilhas fortes que influem ostensiva e poderosamente sobre o Governo, mantendo-o na posição de prisioneiro, de simples agente". J. P. Xavier da Veiga, aludindo ao jogo das correntes em luta, separou os adesistas dos conformistas; e estes, no seu dizer não haviam aderido, tinham-se conformado. Estava assentada a eleição de Cesario Alvim á presidencia do Estado, obtendo seu nome 68 votos contra dois dados a Bias Fortes; para a vice-presidencia foi escolhido E. da Gama Cerqueira com 49 sufragios contra 5 para Affonso Penna. Mas a ponte estava lançada. "Eleito em virtude de um simulacro de sufragio..." foi como abriu Estevam de Oliveira suas baterias (62). O outro órgão de Juiz-de-Fóra escreveu:

(62) *Minas Livre*, 18 de maio de 1891.

Ainda que inquinada de vicio original, vindo de uma eleição sem liberdade, cumpre confessar que o Congresso revelou tendencias nobres, dignas, fez obra de bôa fé. E' que a essencia penetrou a forma, é que o senso moral dos mineiros contrastou a ação dos moldes eleitorais pessimos, corrigio o defeito da legislação dolosa e frustrou os abusos do poder (63).

Nos maiores desatinos individuais, a sabedoria anonyma geral salva, muitas vezes, situações politicas ao parecer graves. Sempre foi, sempre ha-de ser assim. Os homens não passam de porta-vozes que a multidão não raro tem que chamar a contas, desfazendo-lhes erros e excessos. O bom senso mineiro falou acima de competições, por nobres que fossem, arredando escolhos. Em expectativa, *O Farol* aceitou a situação, não sem deixar de advertir á administração incipiente "que tudo podia ganhar, como tudo podia perder". "Precisamos de paz, concluia, sirva o passado de lição, nada de ambições, não se deixe o Governo iludir pela lisonja vil ou dominar pela invetiva atroz" (64).

Assumindo o Governo, disse em manifesto Cesario Alvim, entre outros trechos (28 de novembro de 1890):

(63) *O Farol*, 18 de junho de 1891.

(64) *O Farol*, 19 de junho de 1891. Poucos meses depois, passava F. B. Rodrigues Silva a dirigir, por convite de Cesario Alvim, a Intendencia, com V. M. de Souza Lima, José Cesario M. da Silva e Acacio Teixeira. Acusado de ter feito, assim, predominar o partido conservador e não ter dado participação alguma ao grupo historico, respondeu S. S. ter aceito o convite correspondendo ao apelo do Executivo mineiro para debelar então a variola, que grassava no municipio. Ver *O Farol*, de 16 de outubro de 1891.

Quando na memoravel e solenissima sessão da camara temporaria de 11 de junho do corrente ano eu recebi o infeliz e ultimo gabinete da monarchia com uma profissão de fé francamente republicana, estava muito longe das minhas cogitações a ideia de que, em prazo tão breve, viesse a ser chamado, como ajudante de mestre de obras, ao teatro dos desmoronamentos, para esse exame perigoso e tremendo de escombros que ainda se desconjuntam, e sob os quais ficaremos, todos os companheiros da arriscadissima jornada, inevitavelmente sepultados, se os reflexos da nossa lampada guiadora alumiarrem outro lema do nosso escudo que não seja: — tudo pela patria! caminho á tolerancia, á abnegação pessoal, á fraternidade e á justiça!

Os acontecimentos de 15 deste mês, que ainda estamos a fixar no espirito, e cuja realidade trememos que se esvaia qual fôra um bom sonho em alma atribulada, encontraram-me virtualmente entregues aos trabalhos agricolas, que amo com paixão. Só um dever imperioso, qual o que sou chamado a cumprir, me arrancaria para o tumultuar das paixões, do saudosissimo canto de terra que foi sempre a minha força em politica; porque, sendo a sua paz e manuseamento o meu supremo bem, nenhuma posição social, fóra dele, seduziu-me jámais, ao ponto de sacrificar, para alcança-la, o que eu entendia ser justo, nobre, digno.

Enquanto isso ocorria em Minas, o Governo caminhava no Rio de Janeiro, para uma solução de desespero, com o Congresso em opposição, o caso das Missões a nos-exacerbar o nacionalismo, escandalos administrativos lançando sombra sobre o decoro da nação, fruto de ex-

cessos financeiros anteriores (65). Nesse plano inclinado, a dissidência mineira ia mostrar a força de suas crenças, não votando em Deodoro, e, depois, lutando pela reinstauração do regime legal: seria sua grande hora; dela não tiraria resultado mais que o dever cumprido *vis-a-vis* do país. Era-lhe claro o erro fundamental dessa escolha, erro que se renovaria com as mesmas, senão peores consequências, meio século depois. Foi ainda de Campos Salles a demonstração irresponsível de que, da reeleição de Deodoro, advieram muitos dos maiores males da Republica então proclamada. E o *Jornal do Comercio*, do Rio de Janeiro, julgou menos que má a escolha, agravada com a presença de outro cabo de guerra, Floriano, na vice-presidencia. De 234 votos teve Deodoro apenas 105, donde a conclusão: "O seu triunfo foi, pois, até certo ponto, uma derrota..." Assis Brasil — não mudam os tempos — escrevia por seu lado:

A convicção que tenho de que a sua administração será funesta, só é igualada pelo intimo e patriótico desejo que alimento de que o futuro não dê razão ás minhas preocupações. Não se pagam dividas de gratidão, não se servem sentimentos pessoais, por nobres que sejam, com o sagrado interesse da Patria.

(65) «O «encilhamento» atingiu o auge. Entre Novembro de 1889 e Outubro de 1890 fundaram-se sociedades anonimas com 1.160.000 contos de capital, enquanto que, em todo o periodo anterior, esse capital não passava de 813.489 contos». Pedro Calmon, *Historia da Civilização Brasileira*. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1935.

Durante esse periodo, Americo Lobo esteve na Constituinte, e, depois, no primeiro Congresso Nacional da Republica, em que ela se prolongou. Sempre na tribuna, pugnou pelas boas medidas, defendendo as prerrogativas do legislativo naqueles dias em que se edificava todo um sistema politico. Falou, tambem, sobre representação diplomatica, codigo civil, imigração, vias ferreas, mas sobretudo a defesa do regime contra os excessos do Executivo é que lhe inspirou a ação. Fôra dele uma moção aprovando a delegação de poderes á ditadura, durante a Constituinte, ficando porém, o poder legislativo com esta, o que "evidentemente lhe competia por ser o unico representante da soberania nacional". "Todos nós estamos reunidos, acrescentou, deputados e senadores, entre os quais os ilustres ministros que são responsaveis. Não podem pois esbulhar-nos da faculdade legislativa, porquanto, sendo a lei vontade nacional, somos dela interpretes todos nós, representantes das urnas, e não alguns de nossos pares".

Depois, foi o esbulho que o colocou, cada vez mais contra Deodoro. "A distinção do meu e do teu é a primeira virtude do regime republicano. Sem essa linha divisoria, tudo é confusão. Quero o Poder Executivo forte, mas nunca ultrapassando as suas raias", declarou a 18 de novembro de 1890. Adiante, a proposito do regulamento de contrabando: "As folhas officiais dos ultimos dias parecem um obituario dos artigos constitucionais" (19 de outubro de 1891). A Russia, na discussão do orçamento do exterior, mereceu-lhe estas palavras:

Trata-se da Russia, o colosso do futuro, a futura humanidade, desse filho barbaro e gigantesco, saído da cabeça de Pedro o Grande que quer dominar o mundo; esse gigante, esse monstro de despotismo liga-se através dos dois oceanos á deusa da liberdade, e ambas as antiteses se dão as mãos.

A 22 de outubro seguinte, exclamou:

Portanto, não sou hoje suspeito; combati contra os ministros amigos de face e julguei pela bôa doutrina do respeito á divisão dos poderes no primeiro dia de sessão do Congresso Constituinte.

De então para cá tem sido este o meu afan; a minha "Delenda Carthago" tem sido chamar o Governo ao cumprimento dos seus deveres, ao respeito da linha divisoria de suas e das nossas atribuições, de modo a não se tornar esse polvo gigantesco que tudo invade e destróe, porque o governo republicano é, por enquanto, como que uma planta exótica, porque ainda não está conhecido, não está convenientemente praticado, e a corrupção dele envolve a mesma condenação da Republica.

CAPITULO VIII

3-23 DE NOVEMBRO DE 1891

Ecoou mal em Minas, como em todo o Brasil, o golpe de Estado de Deodoro (66). Tanto esforço republicano para desfechar naquilo?

Si o Governo, em Ouro-Preto, tinha que acautelarse, vendo em que dariam as cousas, a dissidencia em Juiz-de-Fóra, sem responsabilidade na politica dirigente, não ficou em expectativa. E Fernando Lobo, Constantino

(66) A inclinação para o golpe, no velho soldado, acentuava-se cada dia. Contrariedade de governo, nojo de certos processos e traições, cansaço, desconfiança crescente na Assemblia Constituinte transformada em legislativa, tudo isso estava no ar. Mas a causa maior ele não via que vinha de sua reeleição. Lucena desabafava com Cesario Alvim, agravando-se a situação quando se votou a lei de responsabilidade presidencial. «A dissolução do Congresso, teria Lucena ouvido de Deodoro, conforme carta de 7 de Novembro de 1891 a Alvim, é, pois, obra do Dr. Prudente de Moraes, que abusou de um modo descomunal do alto cargo de que estava revestido». Em carta anterior, havia referido, ao mesmo destinatario, como a esperança de accordo entre Deodoro e a Assemblia se tinha volatilizado, por culpa de Prudente. Na Constituinte, argumentou Lucena, chamou ele por ventura á ordem os que se haviam excedido em improperios e injurias ao Marechal? Não communicou a este, por simples officio, a eleição, marcando-lhe dia e hora para a posse? Durante esta, «não tratou de modo afrontoso Deodoro, mandando por secretarios receber Floriano» e

Paletta, todos os companheiros puzeram-se em campo para reagir, como possível fosse, pela Constituição, deploravelmente rasgada.

Essa decisão era tanto maior quanto o Presidente do Estado, em viagem para a capital, telegrafára de Sitio a Deodoro aceitando a situação (67). Foi essa sua manifestação, antes de ouvir em Ouro-Preto aos auxiliares e ao Congresso, que os adversarios rememorariam sempre, tanto mais quanto, repostos Floriano, menos de um mês depois, não lhe faltou o mesmo apoio (68). Resistindo, Lauro Sodré ficou singular no Pará; e isto lhe

deixando o generalissimo isolado na mesa como espargo no monte?» «Não posso por mais tempo suportar esse congresso; é de mister que ele desapareça para felicidade do Brasil», teria dito o velho soldado. Ver Assis Cintra, *Floriano, carneiro de batalhão*, Adersen, Rio, 1934.

(67) «Sitio, 5 de novembro de 1891. — Presidente da Republica — Em viagem para Ouro-Preto acabo de ler vosso manifesto á nação e, lamentando que os fatos nele compendiados com verdade e clareza, vos compelissem a violentar os vossos nobilissimos sentimentos de cordura para o Congresso, posso assegurar-vos, de par com a afeição sincera que vos dedico, todo meu pequeno valimento junto ao Estado que governo, para que vossa promessa de ordem, respeito a todos os direitos e sustentação da Republica tenha leal execução no Estado de Minas Gerais, que vos deseja immortalizado na historia por atos de benemerencia e patriotismo. Das urnas livres nunca vos hão de sair dissabores — *Cesario Alvim*, Presidente do Estado».

(68) «Ouro-Preto, 26 de novembro de 1891. — Presidente da Republica. — Minas aplaude a solução pacifica que teve a crise politica, explorada pelos máos, de modo prejudicial á Republica. Como cidadão patriota e experimentado, sabereis cumprir vossos arduos deveres no posto supremo do governo, felicitando a nação por uma politica sabia, justa e elevada, para a qual tereis neste Estado apoio franco e decidido. *Cesario Alvim*, Presidente do Estado».

colocaria o nome em relevo, para os anos vindouros, posição também de Affonso Penna opondo-se, no Senado Mineiro, á moção de aplauso a Deodoro e renunciando; moção que a Camara aprovára. Lendo-se os papeis da epoca, estudando-se os homens em divergencia, através de seus temperamentos por vezes tão antagonicos, não se póde deixar de pensar que o destino tem suas voltas e tudo foi pelo melhor. Quando Cesario Alvim renunciasse depois, teria passado para Minas o periodo critico; e a verdade é que o sentimento do Estado, altivo de sua liberdade, não desejava todavia se quebrasse a paz com lutas partidarias. Adversario, Fernando Lobo não comungava noutros principios. Seu traço cardeal era a ponderação, o equilibrio, a conformidade, contendo cor-religionarios extremados ou chamando á composição opugnadores mais radicais. Mas fazia tudo isso pela persuasão, o exemplo, raro lhe saíndo o nome em publico, nessas comunicações e desmentidos, afirmações e polemicas, que ao outro tanto aguardavam. Ele ia ser acusado de proposito de deposição, simples advogado em Juiz-de-Fóra ou já Ministro de Floriano. Não diria palavra de defesa; o tempo falaria.

Foi a primeira vez quando, a 23 de novembro, Floriano assumio o poder constitucional. Agitou-se logo no Brasil a politica local, retraídos, de um lado, os que haviam aplaudido o golpe de Deodoro, anciosos, de outro, os que lhe tinham sido adversos, pela substituição dos chamados cumplices da ditadura. Aquartelado estava em Ouro-Preto o 31.º de linha. E foi noticia que o bata-

lhão se levantaria para depôr Cesario Alvim, o que motivou a partida de Juiz-de-Fóra de alguns chefes dissidentes, dois ou três dos quais chegaram a Ouro-Preto, retrocedendo os outros de Barbacena. Essa partida deu muito que falar no momento, escrevendo-se bastante no Rio de Janeiro e um tanto em Minas Gerais.

Inquieto estava, com efeito, Cesario Alvim. De Ouro-Preto, de Barbacena, alguns telegramas para o Rio de Janeiro o indicavam. Dado o rol de deposições noutros Estados, nada seria de estranhar. Em 2 de dezembro de 1891 dirigio Cesario Alvim um manifesto ao povo mineiro. Fôra sabedor de que um official do exercito viria a 25 anterior para concertar com o 31.º sua deposição. Não deu credito á noticia. O official havia chegado em trem especial, tendo-se avistado com S. Ex., a quem declarou ia certificar-se do ocorrido no Estado. Depois da troca de rapidos conceitos sobre a situação do país, retirou-se o official, "convencido certamente, pelo que teria ouvido, observado e sentido, de que se houvesse mineiros degenerados que pensassem em esbofetear a este belo Estado prospero e feliz, para baixa-lo ao nivel do seu aviltamento, o caso não era de deposição, — um impossivel, — mas de supressão material de quem tem a subida honra de presidir-lhe os destinos". Explicando:

Originalissima a pretensão dos que porventura entendessem que, respondendo, especialmente, pela paz, tranquillidade, desenvolvimento material e moral do Estado, cujos destinos me estão confiados por quem de direito e aprazimento do povo mineiro, quasi unanime, eu que falei em meu nome ao

generalissimo, deveria armar-se cavaleiro da triste figura contra um ato estranho á administração peculiar de Minas Gerais!

Adiante:

Onde o aplauso ao ato de dissolução do Congresso?

O que de minhas palavras ao velho soldado, que tributou sempre a maior estima e respeito a este Estado, se vê claro, nitido e incontroverso, é o proposito de ratificar o compromisso que ele tomava perante a Nação de um pleito eleitoral liberrimo e da consagração do seu escrupuloso respeito a todos os direitos.

Foram porventura palavras convencionais, vazias de sinceridade, essas minhas? Não; porque é a politica que observo religiosamente neste Estado de quasi quatro milhões de habitantes, onde, que me conste, não ha uma só queixa de direito offendido e nenhum tremor de liberdade que receie conculcamento.

Pois havia de ser mais realista do que o rei, quando o proprio Congresso se eclipsára? Havia malicia na pergunta:

Quem pôde duvidar da honorabilidade e energia de espirito de cada um dos honrados congressistas como individuos? Entretanto, constituídos em corporação, dispersaram-se, silenciosamente, e outros estariam até agora aguardando o levantamento do estado de sitio para falarem, sinão fossem os acontecimentos de 23, que saudei na pessoa do

atual illustre Chefe do Estado como o desfazimento de uma borrasca iminente.

Atacando, em conclusão:

Será de vantagem para a patria que haja singulares maniacos do mesmo genero em todos os Estados e que consigam o que tenho alcançado, sem compressão de que ninguem me acuse de corrupção que nunca empreguei, isto é, fazer-me estimar por todos os mineiros (menos dos poucos que entendem que a si competia a minha missão), obter que eles se acalmem nas suas paixões partidarias, para, se estimando, estimarem todos o Estado... Afrontarei impavido as diatribes anonimas, embora assinadas. São os ultimos odios, impotentes que se vão!

Nunca se esclareceu si a dissidencia se havia reunido em Juiz-de-Fóra para concertar o plano de deposição ou, apenas, deliberar no caso de ocorrer essa deposição em Ouro-Preto. E a verdade é que ela se reunio ali, depois da chegada de um official do exercito, portador de uma carta do Ministro da Guerra, no sentido da deposição. Venceu esta na reunião, contra os votos, entre outros, de Fernando Lobo e Constantino Paletta. Seguiu este para o Rio, afim de entender-se com Floriano e impedi-la (estava convidado para Ministro do Exterior, cargo que declinou), e tomando alguns dissidentes o caminho para Ouro-Preto. O que visavam os moderados era evitar que lhes fugisse das mãos, ainda uma vez, a victoria, eles cuja attitude *vis-à-vis* de Deodoro era sabida, mas os mais exaltados só se contentavam com a deposi-

ção violenta. Daí as negações e afirmativas posteriores, a respeito. Escreveu, por exemplo, Henrique Diniz de Barbacena: "Planejada com ostentação, não encontrou éco no povo e foi recebida com indignação. Reconhecido o erro, seus autores tentam negar... (69). Negou-a, por outro lado, Affonso Penna, acompanhado por Aristides Maia e Antonio Olynto (70), "pois bastava o processo ordinario para afastar o Governador". Havia Henrique Diniz afirmado ainda que Rodrigues Caldas e Camilo Ferreira, membros da dissidencia em Barbacena, tinham votado, em Juiz-de-Fóra, contra a deposição. Acudiram os dois em telegrama para o Rio de Janeiro (*Jornal do Comercio*, 6 de dezembro de 1891):

A ida a Ouro-Preto de alguns dissidentes em companhia do capitão Villeroy, como representante do Governo que restaurara a legalidade e cuja presença em Minas foi por malignidade qualificada de intervenção da União em negocio do Estado, e a reunião da dissidencia republicana para discutir sua attitude perante o fato anomalo de um presidente legal, aplaudindo e aceitando a mais revoltante das ilegalidades, a ditadura, eis o que se está chamando tentativa de deposição. Nessa reunião declararam-se todos opositos á deposição, desde que não fosse ela firmada em pronunciamento do povo mineiro, para cujos brios conculcados apelamos no julgamento do Presidente, incurso no crime de responsabilidade do art. 52 da Constituição Mineira.

(69) *O Farol*, 4 de dezembro de 1891.

(70) *O Farol*, 4 de dezembro de 1891.

Para o Rio mandou Joaquim Lobo de Juiz-de-Fóra, onde residia temporariamente, de volta de uma viagem á Europa, para remedio de achaques, sobretudo renais que o affligiam (*Jornal do Comercio*, 6 de dezembro de 1891):

Dos adeptos do General Alvim, uns são suspeitos, cúmplices ou dependentes, outros supõem erradamente que ele representa a legalidade. Ha tambem advogados administrativos e candidatos a concessões. A maioria, porém, profliga o proceder do General. Não ha duas legalidades e dignidades, a um só tempo.

Morria a esse tempo longe da Patria, Pedro II. Deulhe o *Farol* grande pagina, escrevendo (26 de dezembro de 1891):

Tendo reinado por cerca de meio seculo, sem fausto e sem grandeza, num país riquissimo, D. Pedro de Alcantara, o grande brasileiro, morreu pauperrimo, nos modestos aposentos de um hotel em Paris.

CAPITULO IX

MINISTRO FEDERAL

Convidado, logo após o 23 de novembro, para Ministro do Exterior por Floriano Peixoto, Constantino Paletta declinou, indicando Fernando Lobo. Foi este nomeado a 30 de novembro de 1891.

Era um novo periodo de sua visita politica, o da arena federal, que começava. Não seria tampouco longo. Nele ia entrar com devotamento, não por ambições pessoais, que não tinha, mas para defesa da Republica na sua peor hora. A vida politica militante ia destruir-lhe o escritorio de advogado, levar-lhe o pequeno peculio até então formado, fazer-lhe precaria a vida material e da familia a crescer: seis filhos já lhe povoavam de alegria o lar modesto e outros seis viriam adiante. A perda de uns se compensaria com o nascimento de outros; seriam sete, afinal, os sobreviventes; e a lembrança dos que partiram lhe encheria, e á mulher, de eterna saudade a estrada a percorrer.

Pouco duraria no cargo, nem mesmo três meses, porque outras eram suas preocupações. Cada qual no seu officio, dizia, e a Republica mais não precisava para andar sobre os trilhos. A elevação de um membro, embora mo-

derado, da dissidência mineira a tão elevado posto federal, dava logo a supor aumento de sua influencia politica, e pois, diminuição da que até então dirigia a administração do Estado ou lhe aplaudia os atos. Iam crescer as paixões, pregando-se, de um lado, a conservação do *statu-quo* politico em Minas, e, de outro, sua substituição. Quiz-se até ver nela condição absurda, logo desmentida (71). Lançada a palavra dignidade no debate, difficil seria que a polemica deixasse de assumir aspeto pessoal violento. Pelo gosto de Fernando Lobo, jámais teria chegado a tais extremos.

Difficil, sem duvida, era a posição de Cesario Alvim, depois de restabelecida a Constituição. Mas não era caso de dar-lhe completo "bill de indenidade" uma vez que antepuzera a paz do Estado aos seus escrupulos de homem publico? Facil seria acusar, *post factum*, já reposito Floriano; mas antes, em plena ditadura restaurada, essas atitudes teriam o mesmo impeto, identica linguagem? A politica é um jogo de imprevistos; e o que parece seguro hoje, vê-se amanhã que se edificou nas nuvens.

Depois de acentuar que os dissidentes deviam ter feito a impugnação após o 3 e não o 23 de Novembro, escreveu no Rio *Um Velho Mineiro*:

O Estado de Minas mansa e pacificamente caminha para a sua definitiva organização; todas as leis votadas pelo Congresso estão sancionadas, fal-

(71) Acusado de ter imposto como condição a deposição de Cesario Alvim, Constantino Paletta desmentiu formalmente. A proceder essa absurda noticia, escreveu, não teria indicado Fernando Lobo «atenta a solidariedade que nos une em politica, pela uniformidade e justeza de vistas». *O Farol*, 2 de dezembro de 1891,

tando a que regula a instrução publica; depois do dia 31 do corrente entrarão os municipios no gozo de suas autonomias; a magistratura está sendo organizada, em breve estarão todas as comarcas providas.

E é nesta ocasião que a desorientação oposicionista cogita da deposição do legitimo magistrado do Estado, não se lembrando que voltaremos para o desconhecido, paralizando e desorganizando tudo! Querem transplantar para Minas a politica de destruição que invadiu os outros Estados?

E' mesmo bastante isto para todos os mineiros sensatos não consentirem que a onda devastadora transponha a Serra do Mar e venha invadir o nosso Estado. E' preciso que se estabeleça um cordão sanitario entre Minas e a rua do Ouvidor, para que essa epidemia não afete nosso organismo estadual.

Era documento bastante o manifesto do Congresso Federal dissolvido a 3 de novembro, manifesto assinado tambem pela representação mineira. Não menor, a reunião da bancada dissidente, em protesto, no dia immediato ao golpe de Estado, sinão de toda a representação mineira, depois de tornado ele sem efeito (72). São docu-

(72) «Já é sabido que a maioria do Congresso protestou por um manifesto contra a violação da Constituição, immediatamente depois deste acontecimento, não tendo sido o manifesto publicado durante os poucos dias de vida que a ditadura teve, em virtude das medidas vexatorias e compressoras, em relação á imprensa e ao exercicio de toda a liberdade». Bernardino de Campos, Presidente da Camara, encerrando a sessão extraordinaria do Congresso Nacional, 22 de Janeiro de 1892. Por Minas assinaram o manifesto A. O. dos Santos Pires, J. das Chagas Lobato, Americo G. Ribeiro da Luz, Policarpo R. Viotti, A. Dutra Nicacio, F. Corrêa Rabello, A. Araujo Maia, Carlos Justiniano das Chagas, isto é, a parte mais brilhante da dissidencia.

mentos de consulta indispensavel ao julgamento da época. A irritação da dissidencia, — tal bem o termo naqueles dias agitados, — fundava-se em que havia feito chegar sem resultado, ao mesmo Governador, seu oferecimento de apoio desinteressado, para combate á ditadura (73). Esse protesto foi assinado por Antonio Olynto, Aristides Maia, Antonio de Avellar, A. Dutra Nicacio, Constantino Paletta, J. J. Ferreira Rabello, J. Leonel de Rezende Filho, F. C. Ferreira Rabello, J. Chagas Lobato, Astolfo Pio e Americo Lobo. Depois de recordar o oferecimento feito:

E' pois fóra de duvida que o atual Sr. Presidente do Estado teve em suas mãos todos os elementos para elevar o nome e continuar as tradições benemeritas de Minas, fazendo a reconciliação da familia mineira nesse lance de patriotismo, que só poderia elevar aos que para ele contribuissem.

Longe disso, porém, S. Ex. preferio aderir ao golpe de Estado, que proclamou criminosamente a ditadura; e incluiu em sua adesão a coletividade do povo em cujo nome falou, quando sabia que os pro-

(73) «Alguns de nós, os representantes mineiros no Congresso Federal, nos achavamos então em opposição franca á politica do Sr. Presidente de Minas; entretanto, mandamos pôr á disposição de S. Ex. o nosso esforço e auxilio para toda e qualquer resistencia ao golpe de Estado. Tanta confiança tinhamos nessa resistencia que chegamos a sonhar Minas unida nesse ideal generoso e patriotico, que devia prestigiar desse modo o Estado que o escolhera, não só para gerir seus destinos, como para colaborar na organização da Republica. Faltou, porém, por culpa de S. Ex. esse abnegado rasgo de dedicação sincera á causa da Republica». *Ao Povo Mineiro*. Manifesto da dissidencia mineira a proposito do golpe de Estado de 3 de Novembro de 1891.

testos, que porventura surgissem, não poderiam ter a notoriedade e a vasta publicação das palavras de S. Ex.

Concluindo:

Vimos, pois, afirmar aos nossos concidadãos que nós, e não S. Ex., eramos então os legítimos interpretes dos sentimentos daquele povo, que nunca desmentio suas tradições; fazemos esta declaração por dignidade propria e por honra do heroico Estado que representamos.

Ao terminar, seja-nos licito uma outra declaração, e é que não assumimos, de modo algum, a responsabilidade que se quer perfidamente lançar sobre alguns representantes, a de pretendermos convulsionar e ensanguentar o solo mineiro, com a mira exclusiva do poder. O que aconselhamos, o que almejamos, o que pedimos, é a paz e a tranquillidade do Estado, bem como o que defendemos em qualquer emergencia é o brio, a dignidade e a honra daquele heroico e generoso povo, que queremos que se governe por si.

Da reunião da bancada mineira, em sua totalidade, se lavrou ata, aos 19 de dezembro de 1891, tendo o Presidente, Costa Machado, declarado como fins dela "deliberar sobre a attitude mais conveniente ao Estado de Minas Gerais, em face do procedimento do seu Presidente aderindo ao golpe de Estado de 3 de Novembro". Com os votos para que dali saísse unida a deputação mineira, seguiu-se longa discussão, nada se resolvendo de definitivo. Gonçalves Ramos propoz plebiscito para saber se o

Presidente, “aderindo ao golpe de Estado que violou a Constituição Federal e proclamou a ditadura a 3 de Novembro de 1891, nos termos do seu telegrama de 5 de novembro, interpretou fielmente o sentimento e a vontade do povo mineiro”. Gonçalves Chaves julgou inconveniente qualquer tentativa de deposição do Presidente que devia “ser desculpada dessa falta a bem da paz e da ordem do Estado”. Gabriel Magalhães foi de parecer que os deputados federais e estaduais, “não podendo aprovar o telegrama do Sr. Presidente do Estado ao General Deodoro e atendendo aos altos interesses do Estado de Minas” deixavam de aconselhar ao povo mineiro o procedimento revolucionario havido em outros Estados. Costa Machado propoz que o plebiscito fosse sobre si o Presidente do Estado “continuava ou não a merecer sua confiança”. Americo Lobo foi de opinião que o Presidente “diante do golpe de Estado devia ter procedido com toda a energia”, não desejando, entretanto, agora o emprego de meios violentos, nem tampouco o plebiscito, cujo processo lhe parecia difficil, sinão impossivel; opinião que teve Lamou-nier Godofredo, ao protestar “todo seu valimento ante seus amigos politicos em favor do atual Presidente”; essa foi tambem, noutros termos, a de Francisco Veiga, que opinava se deixasse ao povo mineiro e aos seus representantes estaduais proceder como lhes ditasse a consciên-cia. Pacifico Mascarenhas, em seu nome e no de Felicio dos Santos, declarou não querer, “por meios violentos, a deposição do Sr. Alvim”. Feliciano Penna combateu todas as ideias apresentadas, achando que a solução devia ficar ao arbitrio do proprio Presidente. O tacão da bota

do soldado federal teve sua referencia expressa (74). Pensava tanto mais assim quanto nas eleições municipais de 31 de janeiro podia "apurar-se a confiança de que goza o atual Presidente"; a um aparte de Chagas Lobato, de que essas eleições deviam correr independentemente da questão politica, acaso irritante, concluiu que devia deixar-se então "tudo em paz". J. Paixão julgou o mal irremediavel, "mas deviamos aconselhar o Estado de Minas a não fazer revolução". Matta Machado mostrou o perigo de uma luta "da qual poderia advir a divisão de Minas", declarando-se favoravel á proposta Gonçalves Ramos, com um substitutivo. Mais longo na sua exposição, porque visado diretamente, estas foram as palavras de Constantino Luis Paletta:

O Sr. Constantino Paletta observa que, podendo parecer ter o Sr. Penna insinuado que outro movel que não a indignação pela adesão do Sr. Presidente de Minas ao golpe de Estado, atúa no espirito da opposição, apressa-se, antes de tudo, a declarar, e provoca o testemunho do Sr. Lamounier, que a este, poucas horas depois da dissolução do Congresso, autorizou, bem como o Sr. Gonçalves Ramos, a escrever ao Sr. João Pinheiro, não obstante estar de relações rôtas com este cidadão, assegurando-lhe que não só ele, como todos os seus companheiros de opo-

(74) «O Dr. Feliciano Penna combate todas as ideias apresentadas, entendendo que se deve deixar a solução ao arbitrio do proprio Presidente, protestando contra qualquer intervenção estranha no intuito de apeal-o do poder, não desejando ver o solo de Minas ensanguentado por luta fratricida e muito menos talado pelo tacão da bota do soldado federal». No *O Pais*, 29 de dezembro de 1891.

sição, se acercariam incondicionalmente do Sr. Alvim, se este não apoiasse a ditadura, protestando mais abandonar a sua cadeira de deputado, restabelecida que fosse a legalidade com o apoio do Estado, protesto que fazia para que não parecesse que essa aliança tinha por fim assegurar-lhe a conservação de sua cadeira.

Confirmado pelo Sr. Lamounier e apoiado pelos membros da opposição presentes, acredita que, com todos os seus companheiros de opposição, está ao abrigo de qualquer insinuação menos honrosa. Como os deputados que se pronunciaram, não deseja que a paz e a tranquillidade de Minas sejam perturbadas, e por isso mesmo é seu empenho, como se-lo-á de todos seus colegas, que nesta reunião se assente uma solução pacifica que assegure a ordem e a tranquillidade, de par com a dignidade de sua representação federal; e quando isso não seja possível, se dirija um manifesto ao Estado, explicando a melindrosa situação actual, o modo de ver, a attitude dos representantes federais, para evitar um conflicto material no solo mineiro; é opinião geral dos representantes que cumpre recuar de qualquer tentativa e manter o *statu-quo* (75).

Tinha a dissidencia *panache*, mas não pratica politica. Idealista, admiraria que acontecesse de outro modo. Era

(75) Escreveu ainda Constantino Paletta á *Gazeta de Noticias*: «Não tem fundamento a noticia inserta em vossa folha de hoje, a proposito do plano de deposição do Presidente do Estado de Minas. A dissidencia mineira não cogitou, por enquanto, de agir materialmente nesse sentido, sendo todo seu empenho que em Minas os acontecimentos forcem uma solução pacifica que, consultando os interesses materiais do Estado, satisfaça os brios do povo mineiro». Rio, 28 de dezembro de 1891.

evidente o receio de Minas de amarrar-se ao carro dos Estados com Governadores depostos; esse instinto ninguém podia negar ao seu Presidente. Mas como houvesse, para resistir, jogado com sua popularidade, não perduraria: — a politica tem desses desfechos ingratos. Não seria Cesario Alvim deposto, — renunciaria. A manobra ia ser de flanco, — por uma ameaça, embóra platonica, de desagregação do Estado.

CAPITULO X

DESFECHO DA DISCORDIA POLITICA

Assim trazida a publico, a questão viveria em publico até solução definitiva.

A guerra passou para o Rio de Janeiro, na parte retribuida das gazetas, o *Jornal do Comercio* sobretudo, sem cuja secção livre não poderia escrever-se a historia politica do país. A Minas Gerais iam os écos dessas escaramuças. A acometida, não poupando nada, era igual á defesa, que tambem de tudo lançava mão. Ora sob assinatura, ora em anonimato, multiplicavam-se os golpes. Nos ostensivos sobresaíam, acusando, Aristides Maia, (Rio de Janeiro) e Joaquim Lobo (Juiz-de-Fóra). Mas o grosso do encontro era entre os outros, os anônimos. Cesario Alvim com seus telegramas directos, suas mensagens, suas explicações, não entrava por menos na refrega. E os telegramas, reais ou simulados, tambem tinham sua parte para compôr o ambiente.

Assim, enquanto de S. João de El Rei se mandava dizer (25 de dezembro de 1891) que causára estupefação a adesão de 23 anterior, "cumulo das propriedades aglutinantes", em S. Pedro o pensamento era que a maioria

do Municipio de Mar de Espanha (9 de janeiro de 1892) dava "franco, decidido apoio ao governo moralizado do grande mineiro Cesario Alvim"; e no *Movimento*, órgão da situação em Ouro-Preto, alinhavam-se adesões e mensagens "de todo o Estado" (76). Aristides Maia atacava a fundo. Não se tratava de deposição, menos de supressão material, como pretendeu o Presidente do Estado na sua mensagem (*Jornal do Comercio*, 4 de dezembro de 1891):

No governo de Minas, o Sr. Alvim não alterou uma linha do sistema da monarquia; limitou-se a assinar o expediente, e nas nomeações que fazia, preferia os seus antigos amigos e adherentes do partido liberal.

O golpe de Estado de 3 de Novembro foi um crime que vilipendiou toda uma nação. O Rio Grande do Sul e o Pará dignamente repeliram a afronta, protestando com toda a energia contra essa violencia. O Congresso Nacional, no mesmo dia 4, assinava um manifesto declarando nulos todos os atos do ditador.

(76) «Não fôra bastante dizer-se que a politica de Minas tem sido a justiça para todos, a severidade honesta, a economia dos dinheiros publicos, de modo a ter o tesouro em cofre 6.000 contos de réis...» escreveu o *Movimento* de 27 de dezembro de 1891, transcrevendo ecos da imprensa do Estado contra a chamada deposição. «Minas Pisada» foi o titulo de desabafo da *Gazeta Mineira*, de S. João de El Rei, enquanto no *Oitenta e Nove*, de S. José do Paraiso se comentavam as deposições de sete governadores, as quais não poderia seguir-se a de Minas. O *Serro* da cidade do mesmo nome explicava tratar-se de um *qui pro quo*, pois o Estado se levantaria contra qualquer atentado á sua soberania; ao passo que para a *Democracia* de Formiga não poderia Cesario Alvim deixar o Governo sem perda para o Estado.

Quasi vinte dias depois, voltou á carga para dizer que o proprio Presidente confessára ao Barão de Lucena a "pessima impressão" causada no Estado pelo golpe de Deodoro: "Que mais espera o Sr. Alvim para retirar-se do posto que não soube honrar? O povo mineiro exige que S. Ex. deponha immediatamente o mandato de que não soube mostrar-se digno" (77).

Ao que respondeu *Decus*:

Se o Sr. Aristides Maia e os três ou quatro colegas do Congresso, inimigos pessoais do atual Governador de Minas, cuja deposição promovem, são verdadeiros democratas e estão de bôa fé, nada mais simples do que provocarem um plebiscito do povo mineiro, para se verificar se a maioria deste quer ou não a deposição desse Governador.

Só isto é honesto, logico e conforme com a dignidade daquele povo que, por seu comportamento pacifico, bem está demonstrando que não quer no seu territorio a farça ignominiosa e a anarquia de que estão sendo vitimas outros Estados (78).

(77) «Todos os mineiros, manda escrever S. Ex., repetindo o que disse em seu desastrado manifesto, foram coniventes, acietaram tacitamente a politica que só condenaram depois da volta á legalidade.

«Isto disse, por outras palavras, o Sr. Cesario Alvim, em seu manifesto e mandou repetir por anônimos inconcientes da torpeza de tal afirmação.

«Pode o povo mineiro admitir que corra mundo calunia tão vil? Dezoito deputados mineiros assinaram o manifesto do Congresso datado de 4 de novembro. Muito antes do dia 23, esse manifesto estava impresso. Como se assoalha tão baixa intriga? A. de Araujo Maia, ao Povo Mineiro, *Jornal do Comercio*, 23 de dezembro de 1891.

(78) *Jornal do Comercio*, 26 de dezembro de 1891.

Muito se falou então da autonomia do Estado, assim ameaçada. “A imprensa mineira, quasi unanime, sustenta a autonomia mineira”, telegrafava de Ouro-Preto para o Rio de Janeiro o *Movimento*. “Que autonomia era essa, retrucavam-lhe do Rio, a da conservação do Governo ou a do Estado? O *Farol*, o *Minas Livre*, a *Gazeta Sul-Mineira*, o *Tempo*, o *Amigo do Povo*, o *Muriaé*, para não falar sinão de alguns, defendiam acaso Cesario Alvim?”

Com Joaquim Lobo a discussão foi tambem violenta. Havia saído a publico Gama Cerqueira para dizer que a adesão a Deodoro se fizera “pelo receio de derramamento de sangue mineiro”, e que os antagonistas eram especuladores politicos, máus genios, desvairados, anarquistas. Respondeu Joaquim Lobo que, então, não se explicavam os termos em que essa adesão foi feita, não se podendo, ademais, duvidar dos intuitos dos companheiros, assim maltratados (*Jornal do Comercio*, 2 de fevereiro de 1892):

Portanto, de duas uma: ou o Sr. Alvim estava de fato convencido da necessidade do golpe e, então, não devia ter aderido ao Marechal Floriano; ou não o estava, e neste caso não devia, de modo nenhum, ter telegrafado naqueles termos ao Marechal.

Era de notar sua convicção pela destituição dias antes (*Jornal do Comercio*, 30 de janeiro de 1892):

Ora, o Sr. Alvim aderio áquele crime e ainda com a circumstancia agravante de reconhecer “clareza e verdade nós fatos compendiados” como moti-

vos da mesma; portanto, o Sr. Alvim é cúmplice daquele crime, que encampou; assassinou a federação e a autonomia de seu Estado; perdeu a investidura popular e deixou de ser o Presidente constitucional que era, para ser mero delegado do ditador ou ditadores; pelo que se tornou incompatível com a legalidade, da qual saiu e deve ser destituído.

E choveram outros, anônimos. Para este, o Governador de Minas justificava-se:

Pretende-se, porém, que o Presidente deve demitir-se, por não ter protestado contra o golpe de Estado; mas, bem ponderados os fatos, ha de reconhecer-se que o procedimento do Dr. Cesario Alvim, não sendo heroico como o do illustre Governador do Pará, nem varonil como o da belicosa população do Rio Grande, foi entretanto prudente, correto, perfeitamente justificavel.

O Presidente só prometeu ao ditador que manteria a paz e a ordem, e declarou ao poderoso Barão de Lucena que a dissolução do Congresso causara em Minas pessima impressão; é claro, pois, que não se fez solidario com o golpe de Estado.

Aquele assinava *Tiradentes*; e respondendo a Pereira Barreto, senador paulista, escrevia:

A Republica não precisa desses aglutinativos, porque ela não é constituída de tijolos ou pedaços de pedra como pensa o Sr. Barrêto; ela é integra.

E é justamente porque a Republica, muito cõncia de sua indestrutibilidade, teve a grande generosidade de se deixar rebocar por máus aderentes da

monarquia (Barão de Lucena e outros), que hoje ela apresenta o falso aspeto de um edificio arruinado: a parte má do rebôco caíu por sua pessima "adesividade", ficando a bôa (a dos sinceros adherentes) identificada, em cristalização, com a rocha massiça que constitue a Republica!

Apareceu *Gambetta*, para quem era deploravel a posição Alvim:

F' deploravel o labirinto por onde embarafustou-se o Sr. Cesario Alvim; do beco sem saída, em que teve a infeliz ideia de meter-se, não ha outro meio de safar-se senão pela unica saída possivel, a porta de entrada!

Dedecus respondeu a *Decus*; nem que fosse pela bota federal, havia de vir solução:

Lemos o resultado da reunião dos mineiros. Triste. E' um mal irremediavel, mas deve ser absolvido, por amor da paz. E não resignam os seus lugares os que assim pensam.

Aqueles que esperam a volta do brio não abandonem os seus lugares, ele ha de vir ainda que seja no tacão do soldado federal, porque, para desagrar a honra nacional (já não só estadual), mal comprehendida por uma massa de individuos desorientados, de bôa ou má fé, todos os meios são justificados.

Parte da deputação federal procurára Floriano Peixoto, que não se achava em casa. Ausentes, fizeram

saber que eram também dessa iniciativa Santa Helena, João Pinheiro, Felicino Penna, Gonçalves Chaves, A. Luz, Bueno de Paiva e Manoel Fulgencio. A noticia foi esta:

Os Deputados mineiros Gabriel Magalhães, Carlos Chagas, Francisco Badaró, João Luiz, João das Chagas, Jacob da Paixão, Francisco Veiga, Costa Senna e Francisco Amaral foram ontem á residencia do Sr. Vice-Presidente da Republica entender-se com S. Ex. afim de não ser perturbada a paz no Estado de Minas, conforme tentam os oposicionistas ao governo do Sr. Cesario Alvim, a quem pretendem depôr, por intervenção da força armada.

O pedido dos deputados foi a neutralidade dessa força, em qualquer acontecimento que se possa dar, assim como a absoluta abstenção do Governo Federal afim de que os mineiros possam agir, livres de qualquer pressão.

Ao que acudio Aristides Maia:

Os meus distintos colegas, que foram procurar o Sr. Vice-Presidente da Republica, sabem perfeitamente que a opposição ao Governo do Sr. Cesario Alvim só tem sido feita em nome dos principios republicanos, que alguns dentre SS. EE. não reconhecem, e dos brios e dignidade do povo mineiro. Sabem que essa dissidencia mineira, como ainda hoje o declara um dos seus illustres chefes, o Sr. Paletta, deseja para a crise atual uma solução pacifica que ressalve os brios de Minas, que não pôde tolerar a permanencia no governo de um presidente que adere a tudo.

Sabem mais que todos nós teríamos ido nos colocar, sem interesse algum, ao lado do Presidente de Minas, se este quizesse cumprir o seu dever, diante do crime de 3 de Novembro.

Sabem também que alguns dentre SS. EE. assinaram o manifesto do Congresso, que era formal condenação do telegrama criminoso, que incompatibilisou o Sr. Alvim com o cargo de Presidente de Minas. Os meus ilustres colegas admiram-se sem razão alguma.

Pro Veritas insurgio-se contra a invocação audaciosa de nomes historicos. Ficando, Alvim não fazia mais que imitar o exemplo de Floriano:

Os Gambettas e Tiradentes, que audaciosamente tomam os nomes desses vultos historicos, profanando-lhes assim as cinzas, para ver se conseguem que alguém pense em suas verrinas contra o Presidente de Minas, não passam da roda de desequilibrados, perdem seu tempo.

Descompostura e mais descompostura no Sr. Cesario Alvim, porque ainda não se resolveu a entregar-lhes o Estado, para se locupletarem e a seus amigos, parentes e afilhados e compadres, é o que se vê em seus desfrutaveis artigos.

Nisso não faz o Sr. Cesario Alvim mais do que imitar o exemplo do Sr. Floriano Peixoto, que está disposto a morrer atracado com a tampa do cofre do Tesouro. E faz muito bem.

Esclarecia Cesario Alvim, a esse tempo, de Ouro-Preto para o *Jornal do Comercio* (23 de dezembro de 1891):

O meu telegrama de Juiz-de-Fóra, dirigido ao illustre Presidente da Republica, foi de felicitações a S. Ex. pelas justas manifestações que havia recebido do povo, congresso e forças de mar e terra, por ocasião da reabertura dos trabalhos legislativos.

Exprimindo com sinceridade os meus sentimentos de pessoa a pessoa, exprimi tambem satisfação como chefe constitucional de um Estado que tem todo o interesse no prestigio e elevação do chefe supremo, cuja benefica influencia no mar largo pôde impedir ressacas nas pequenas enseadas em que os Estados se constituem.

Um anonimo, novo, escreveu:

No Rio de Janeiro aplaude-se geralmente o Estado de Minas Gerais: ao presidente, pela direção inteligente e sensata que lhe vai imprimindo; ao povo, pela attitude ordeira e patriótica que do centro do trabalho industrial tem assumido perante o Chefe do Estado.

Exemplo edificante. Entretanto, mineiros ha nesta capital, que entendem deve ser deposto o Sr. Cesario Alvim, por causa, á mingua de outros recursos, de seu telegrama ao General Deodoro. E quando os mais veementes protestos se fazem contra a interferencia indebita do Congresso Federal nos negocios estaduais, eles se reúnem em sessões tumultuarias para daqui ditar leis ao grande Estado.

Sempre o decantado telegrama. Mas no interregno da ditadura, onde o ato a ela consoante do presidente de Minas? Não continuou o illustre cidadão a administrar o Estado constitucionalmente?

CAPITULO XI

UNIÃO OU SEPARAÇÃO

De vez em quando, appareceu em Minas Gerais este ou aquele designio separatista.

Estado territorialmente imenso, de população escassa e dispersa, sua vida politica girava em torno do Rio de Janeiro, mas a economica tinha, por vezes, outros rumos, S. Paulo por exemplo, na zona limitrofe.

Veleidade, utopia, a formação do Estado de Minas do Sul constituiu todavia objeto, no Imperio, de projetos apresentados á Assembleia Geral, com a assinatura de nomes illustres do país (79). A saída para o mar, eterna ambição dos povos mediterraneos, na direção, melhor com a conjunção do Espirito Santo, estava no fundo de algumas dessas cogitações; o desamparo do Centro, noutras (80). Não era demais surgisse quando Minas se achava

(79) Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa* (estudo historico), cit.

(80) Filho da zona, Gustavo Penna, por exemplo, não justificou o movimento, mas citou razões de profundo descontentamento ali: «Eu acredito conhecer todas as suas queixas, antigas e justas, todos os artigos do libelo contra a administração central, entre os quais convém relembrar o desdém com que nas secreta-

tão dividida politicamente, quanto á attitude de seu Presidente. Assim, da Campanha escrevia para o *Jornal do Comercio* (25 de dezembro de 1891) "Um Mineiro de 1842":

A mata, o sul, repelem o Presidente que, perjorando, aceitou o golpe de Estado; o norte e o centro sustentam-no.

A questão se resolveria muito naturalmente, muito pacificamente, sem se derramar uma gota de sangue, com a separação da Mata e Sul para constituirem o Estado de Minas do Sul, e unindo o Norte e o Centro ao Espirito Santo para constituirem o Estado de Minas do Norte, com os desejados portos de mar.

Geograficamente, Minas é uma anomalia dentro da União, é a antiga capitania dos tempos coloniais. Com a divisão proposta, ficarão equilibradas as populações dos dois Estados, com cerca de dois milhões cada um.

E depois de pedir se manifestassem os filhos do Sul e da Mata, citando vantagens da divisão: "Patriotico é nosso intuito e esperamos ver realizado o nosso ideal".

A tentativa ia dar-se, num desses golpes em que se compraz por vezes a politica; mas seria quasi idilica, sem luta, morrendo ao nascer. Surgia menos como meio de

rias se tratavam os magnos interesses do sul de Minas, o afastamento premeditado de seus filhos, os mais illustres e honrados, dos altos cargos do país, a voracidade do fisco oferecendo o mais irritante *pendant* á mesquinhez do governo provincial, a administração central fazendo lembrar frequentemente a astucia dissimulada da aranha colocada no centro da teia». *O Farol*, 8 de fevereiro de 1892.

dividir o Estado, do que como um expediente para a saída de seu Governador. Já nos ares, o que lhe emprestava autoridade era a aparente complacência do Governo Federal. Amigos, correligionarios de Fernando Lobo, — a ala esquerda da dissidencia, — animavam-se com ela: mas o intuito, salvo algumas cabeças ardorosas do sul do Estado, não passava de uma travessura que talvez obrigasse á renuncia. Ia falar-se de conspiradores da rua do Ouvidor, de projetos de destruição de pontes e estradas, mas tudo sem intuitos sérios. Não era dos moldes de Fernando Lobo, de seu carater, de seus ideiais mineiros, anuencia a qualquer projeto, por menor que fosse, de desagregação do Estado natal, de derramamento de seu sangue. Floriano, a quem já servia com lealdade, dele divergindo assim lh'o mandava a consciência, não pensava de outra maneira. Ele fôra contrario, em reunião ministerial, ás deposições em massa, opinando pela destituição ostentiva dos governadores perjuros. Absurdo seria que, em Minas, sua terra, fosse por soluções de força que o desagregassem.

Entretanto, a voz de certos jornais o acusou. Nunca se defendeu, porque achava que não havia disso mister. Para o Rio mandou de Ouro-Preto o *Movimento*:

São conhecidos os intuitos desses anarquizadores, malogrados nos planos de intervenção turbulenta para resistir aos impostos. Quando não podem perturbar os espiritos neste ou naquele ponto, expedem telegramas sobre divisão ou separação de Minas.

O plano é pueril, sendo deploravel apenas o fato de usarem do nome do Ministro do Exterior. Minas só deseja estar unida. Isso tem sido a sua força e será a sua grandeza. Se forem telegramas em sentido contrario, já estão prevenidos. O barulho não passará do telegrafo.

O *Paiz*, órgão de Quintino, a principio foi de opposição a Floriano Peixoto, pelas correrias da cidade, o sentimento de intranquilidade geral, o 10 de Abril, mas, declarada a revolta da esquadra, ficou sendo um dos baluartes da ordem. Naquela primeira fase, o caso da Campanha o servio nos seus ataques ao ministerio. Fernando Lobo foi um dos alvos (15 de maio de 1892):

Se nesta capital, que foi o fóco da elipse da revolução, ha alguem que mais mereça essa suspeita, de ter acoroçoado o movimento separatista, esse alguem não é nenhum dos presos ou desterrados politicos, sequestrados violentamente ao julgamento dos tribunais; é antes uma pessôa, que está no gôzo de todas as garantias constitucionais e que faz parte do gabinete do Sr. Floriano Peixoto, é o Secretario ou Ministro da Justiça, o Sr. Fernando Lobo.

O *Jornal do Comercio*, por sua vez, proclamado o novo Estado, deu em "varia", com a autoridade de quem fazia e desfazia ministros de Estado (5 de março de 1892):

Continuam a dizer que afastar-se-á brevemente do gabinete o Sr. Fernando Lobo, Ministro do Interior e Justiça. Parece-nos este o unico ato nas atuais circunstancias, digno do cavalheirismo do Ministro e da seriedade da administração.

S. Ex. não interveio no recente movimento ridiculo e arbitrario de separar-se o Estado de Minas Gerais em dous. Tem, porém, a responsabilidade moral pelos seus amigos intimos e parentes, que abertamente esposaram aquella causa e, mais ainda, que se aliaram com os criminosos, que da rua do Ouvidor, se encarregaram de mandar arrebentar com dinamite pontes da via ferrea que supre de gado a zona, tudo isto não por amor de Minas do Sul, mas por odio ao Governo honrado e serio do Marechal Floriano.

E depois de citar o antecedente de Hermeto Carneiro Leão, em 1833, a proposito de Ouro-Preto, concluiu:

Tal o precedente digno de imitação e, a menos que estejamos enganados, o Sr. Lobo não se mostrará menos sensível á sua posição em 1892, do que Paraná se mostrava ha perto de 60 anos.

O Ministro do Interior e Justiça interino havia publicado, entretanto, no *Diario Oficial* e não faltava á verdade (2 de março de 1892):

Não só o Poder Executivo jámais favoreceu intuitos separatistas de alguns cidadãos para a criação do Estado Sul-Mineiro, máu grado a opposição da população da zona meridional; mas ainda julga coercível e punível toda a conduta tumultuaria no empenho de efetuar-se cisão ou desmembramento do Estado de Minas.

A esse tempo precisamente, apesar das resistencias pessoais de seu Ministro do Exterior, tinha-o passado

Floriano Peixoto para a pasta de confiança (efetivo dos Negocios Interiores e interino da Justiça, 10 de feveeriro de 1892) tal a autoridade, a estima que já lhe merecia. Ia o Brasil entrar num periodo grave, a revolta da armada no Rio de Janeiro, a revolução federalista no Rio Grande do Sul; e Fernando Lobo lhe seria companheiro moderado e leal. Mas o apregoado golpe da intervenção não diminuiu. Assim Gama Cerqueira tinha interpelado Fernando Lobo em carta publica, sobre os falados projetos de intervenção federal no Estado. Leu-se aí (*Gazeta de Noticias*, 31 de dezembro de 1891): "Sois reputado um espirito prudente e sensato, mas todo o politico, quando sóbe as escadas do poder, já leva consigo grande soma de prevenções proprias e dos amigos, e a prevenção é, na frase de D'Aguesseau, o crime do homem de bem". A deposição de Cesario Alvim, então propalada, ia levar o Estado á condição dos outros, um dos quais, o do Rio de Janeiro, depondo o Governador Portella, encontrou o imprevisto no Governo, levantando-se "uma coorte de descontentes e prejudicados, e a esta hora muitos dos revolucionarios desiludidos arrependem-se dos sacrificios que afrontaram".

Concluindo:

Nada de solido edificareis; eu vo-lo garanto e o futuro demonstrará, tanto mais quanto, censurando o general Deodoro por violação parcial da Constituição Federal, resultado de defeito desta, que não dá saída á incompatibilidade possivel do executivo e do legislativo, a violareis por vossa vez,

atacando a autonomia dos Estados, que ela garante, rasgando as suas constituições, e plantando nos mesmos, organizados e felizes, a anarquia que lavra já em todos os outros Estados.

Peior que tudo isso, desacreditareis as instituições nascentes porque o povo pacífico e laborioso, como o de Minas, julga sensatamente o governo pela felicidade que dele lhe advem. Relevai que, como amigo vosso e representante de Minas, confiante em vossa honradez e sinceridade, externe com franqueza o que penso, e muito estimaria se, adotando alvitre contrario, encontrardes os louros e as benções da posteridade.

CAPITULO XII

MINAS DO SUL

Não tinha sido, entretanto, pequena a agitação partidária em Minas. Na Campanha instaurára-se uma Junta Provisoria, sob a direção de Martiniano Brândão, proclamando o Estado de Minas do Sul; com a anuencia, em Viçosa, de Vaz de Mello. Com seus outros membros (M. de Oliveira Andrade e J. L. Pompeu da Silva) a junta intimou a Estrada de Ferro Minas e Rio a suspender o serviço telegrafico, reter impostos arrecadados, negar transporte de tropas do Estado (30 de janeiro de 1892). Eram sérias as disposições, apesar da falta de recursos belicos, da articulação de raizes nas zonas limitrofes (81).

(81) «Tendo o povo daquem Rio Grande tomado a resolução de separar-se do Estado de Minas Gerais, para constituir o Estado de Minas do Sul, que amanhã será proclamado em todas as localidades, nós abaixo-assinados, seus delegados em comissão para a realização desta resolução, não querendo quanto possível prejudicar as propriedades particulares e podendo, dadas certas circunstancias, ser coagidos a fazer saltar pela dinamite a estrada que tão dignamente superintendeis, para evitar que tal emergencia se dê, vos pedimos, se quereis resguardar e ressalvar os interesses da mesma estrada, a execução imediata e sem demora alguma, de quantas medidas até ulterior deliberação nossa. r.» (30 de janeiro de 1892).

Revolução telegrafica, senão ferroviaria, dir-se-ia depois. De Pouso Alegre protestaram Silviano Brandão, Adalberto Ferraz, Bueno de Paiva. Em outras localidades, manifestações identicas surgiram. Cesario Alvim mandou de Ouro-Preto a *O Paiz* ser "falsissima noticia proclamação de um novo Estado" (82), ao que replicou a Junta, no mesmo jornal, que só houvera um protesto, o do Juiz de Direito, "sem força para impedir o movimento" (83). Mas este morreria logo. Um batalhão federal, com a só presença, sancionaria a volta á tranquillidade.

Pedindo a anistia, que não demorou, Alexandre Stockler, um dos historicos, escreveu que a divisão do Estado tinha por si "uma corrente de opinião publica mineira" e, embora fosse fraco o apoio com que contava e vantajoso o combate que quasi todos lhe davam, "nem por isso devia ser aquela opinião menos respeitada por todos os que tenham nitida compreensão do regime politico em que vive-

(82) «Esta extravagante aspiração de dividir Minas Gerais não passou na Campanha da mente da original comissão que se proclamou a si propria para tal efeito e que caiu no ridiculo. Tanto na Campanha, como em todo o Sul, as eleições correram livres, vencendo em toda a parte os amigos da autonomia e da união de Minas que, se pode dizer, é a unanimidade do povo». Cesario Alvim. *O Paiz*, 5 de fevereiro de 1892.

(83) «A proclamação do Estado de Minas do Sul é fato consumado, aceito geralmente e está no dominio publico, em todo o territorio da Republica, sendo a Junta Provisoria proclamada em diversas localidades e nesta cidade na praça da Liberdade, por mais de 500 pessoas, sem protesto das autoridades, a não ser o Juiz de Direito Gouveia Horta, que protestou individualmente, declarando não ter força para impedir o movimento». *O Paiz*, 8 de fevereiro de 1892.

mos" (84). Renunciando sua cadeira de deputado, consignou Ildefonso Alvim não acreditar na unidade dominante no Brasil. "Estendamos a mão paterna ao pequeno mas rico Estado do Espirito Santo afim de, em breve, desfaldarmos ás brisas do oceano a poderosa bandeira da Confederação dos Estados da Vitoria" (85).

A renuncia de Cesario Alvim seria o golpe de graça no Estado de Minas do Sul. Chefe de prestigio em toda a zona, o Senador Valladão não lhe dera o seu apoio. Escreveu Alfredo Valladão a respeito:

O grande prestigio de que gozava no Sul de Minas o Senador Valladão, irradiando precisamente de Campanha, deu á sua attitude, naquele momento, uma importancia capital.

Ninguém teria maior interesse do que ele, em que se constituísse o Estado de Minas Sul, um Estado na zona de sua tradicional influencia: ninguém havia servido com mais dedicação, nem por mais tempo, aos interesses do Sul de Minas, e de sua cidade natal; e nenhuma adesão seria mais importante do que a sua para o exito daquela causa!

Entretanto, ele se pronunciou contra o movimento.

Em seu carater estava arraigado o sentimento da lealdade.

Adiante:

Era solidario com Cesario Alvim e com João Pinheiro; e os revolucionarios de Campanha, adver-

(84) *Jornal do Comercio*, 4 de março de 1892.

(85) *Jornal do Comercio*, 3 de março de 1892.

sarios extremados daqueles chefes. Era pela autonomia do Estado contra a intervenção federal, que se desencandeara naquele momento em todos os Estados da Republica; e os revolucionarios da Campanha, partidarios dedicados do Marechal Floriano Peixoto.

Além disto, era um espirito profundamente conservador, avêso aos processos revolucionarios. Só aceitava as reformas amadurecidas na opinião e só as admitia pelos processos regulares.

Finalmente, parecia-lhe que o problema da divisão de Minas, lançado no Imperio, se modificára com a Republica. Em Minas, a Constituição havia assegurado o maximo de autonomia aos Municipios. Deu-lhes exageradas franquias. Era um sistema que se ia experimentar, e que bem podia satisfazer ás exigencias regionais (86).

Indo Cesario Alvim, depois da renuncia, ao Rio de Janeiro, escreveu ter-se avistado com os auxiliares do Chefe da Nação, menos do Interior e Justiça, tecendo a todos largos encomios:

Que o ato de minha renuncia foi perfeito e patrioticamente inspirado, estão os fatos demonstrando.

Sem a suspeição que os inimigos da paz e ordem naquele Estado podiam explorar do meu interesse como Presidente, eu pude fortificar na alma sul-mineira o sentimento da união contra o que havia de desastroso na condenavel propaganda de sua separação, por meio do ferro, do fogo e da dinamite.

(86) Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa*, cit.

O resultado aí está a encher-me o coração de mineiro. Todos os municipios se levantam e protestam.

Falam a mesma linguagem de fraternidade e união pelos órgãos de seus prestigiosos representantes nos Congressos Federal e Estadual e de suas Camaras liberrimamente eleitas, Pouso Alegre, Ouro Fino, Muzambinho, Cabo Verde, Três Pontas, Alfenas, Três Corações, Dôres da Bôa Esperança, Varginha, Baependi, Caldas, Lavras, Jaguarí, Monte Santo, Jacuí, Passos, São Gonçalo, Machado e tantos outros!

Adiante :

Simplez cidadão, que acabava de dar prova de seu desapego pessoal ao poder, do qual ninguem me desalojaria á força, eu deveria ser recebido como patriota, tomado de angustias fundas e sinceras pelos males que afligem a Patria e que estão comprometendo a obra grandiosa de 15 de Novembro, sonhada pela alma imaculada de Benjamim Constant e executada pela espada valorosa de Deodoro da Fonseca.

De fato fui fidalgamente acolhido pelos illustres Ministros das Relações Exteriores, Agricultura, Marinha e Guerra e, mais tarde, pelo Chefe do Estado, meu companheiro no Governo Provisorio, onde fez sempre justiça á retidão de minhas intenções e á lisura do procedimento que tenho observado (87).

Acreditou o renunciante na intervenção direta de Joaquim Lobo ; e, entretanto, esta não se deu, pelo menos

(87) *Jornal do Comercio*, 4 de março de 1892.

no suposto corpo de delito. Foi o caso que, em mensagem ao povo mineiro (11 de fevereiro de 1892) renunciando a Presidencia, alinhou Cesario Alvim as razões de seu ato. Não queria concorrer para uma luta no Estado, e uma vez que estavam feitas as eleições municipais, saía cumprindo sua palavra, que era de deixar este senhor de seus destinos, sob o regime federativo. Quanto ao plano de separação, estava dele informado desde 20 do mês anterior, confirmando-se depois:

Eu tinha motivos para acreditar na interferencia senão do Governo da União, a quem faço justiça, tanto mais insuspeita, quanto só careço hoje, como cidadão, dos seus serviços á patria, ao menos de um dos membros do ministerio, talvez forçado pelo assedio em que o collocaram as paixões partidarias, e pela imposição de um direito que reputa seu, qual o de intervir, como durante o Imperio se fazia, no governo dos territorios que, quando provincias, constituíam o apanagio dos Ministros do Imperio.

O cidadão que a si proprio nomeou-se presidente da Junta governativa do novo Estado que ia criar, é parente proximo do illustre Ministro das Relações Exteriores. Esteve sempre na Capital em contato intimo com S. Ex. e dali partiu com o seu programa de governo formulado e que foi distribuido em avulso por todos os pontos da zona sul-mineira.

Acrescentou Cesario Alvim que recebera da Campanha, a 25 de janeiro, denuncia certa e a 2 de fevereiro lhe fôra mostrado um cartão escrito pelo irmão do Ministro, segundo o qual ia rebentar no Sul do Estado o

“movimento reaccionario reivindicador” (88). O destinatario desse bilhete, como amigo leal da administração e como patriota, havia cumprido o seu dever denunciando o autor. Continuando:

No poder, me veria obrigado a empregar a força contra os perturbadores que procurariam armar as simpatias populares, alegando que, não o amor e dedicação que voto a uma região que concedeu-me o primeiro mandato legislativo, no parlamento do Imperio, mas o interesse de conservar integros os apanagios de administração, guiava meus passos, acendia meu animo.

Simples cidadão, eu me sentiria, como me sinto, com força centuplicada para fazer frente a uma cruzada que tinha atenuantes, se não justificação no tempo do Imperio centralizador, mas que é desastrosa hoje sob o regime federativo, dadas principalmente as excellentes condições de abastança, de economia e meios com que ficaram dotadas as corporações municipais.

Concluindo:

Tendo visto concluidas em plena paz e liberdade as eleições municipais, julgue o Estado de Mi-

(88) «Ao illustre F. e seu digno irmão, felicita jubiloso o Dr. Joaquim Lobo pela attitude que assumiram e comunica-lhes que consta rebentar hoje no sul do Estado o movimento reaccionario reivindicador. De lá pediram-me que eu lhes avisasse pelo telegrafo a passagem de forças; pelo que peço m'o fazerem para eu transmittindo-lhes a tempo de se premunirem. Basta dizer — pelo trem tal, envio-lhes tantos mil réis, contando cada soldado por um mil réis. Conto que o façam. Como vão as cousas por aí? Juiz-de-Fóra, 31 de janeiro de 1892».

nas se procedi ou não com acerto, jogando a minha pessoa ao encontro do ultimo golpe que eu inutilizaria com a pena e com a palavra, se a energia e civismo da zona, ameaçada pela desordem e anarquia, não fizessem estacar os seus apaixonados promotores.

Desunir o Sul de Minas das outras regiões irmãs, quando a minha preocupação exclusiva, quer no posto de presidente, quer no de ministro, foi jungi-lo docemente, vantajosamente, assim como o belo triangulo mineiro, por esses potentes cintos de aço que lá vão para comunica-los com o grande porto de mar da Republica, em cuja demanda passarão os seus produtos e os seus homens pelo centro do Estado, a verificarem que batem em todos os peitos mineiros os mesmos corações.

Finalmente:

Prometi que, comandante de uma nau em mares tempestuosos, eu seria o ultimo a abandona-la em caso de sossobro.

Verificou-se que fui o primeiro a saltar dela, mas tocando o porto de salvamento.

Saltei, porém, empunhando a amarra de ancoragem. Se me não engano, posso dizer — *Fluctual, nec mergitur.*

Na sua qualidade de Vice-Presidente do Estado, foi Gama Cerqueira de Cataguazes para assumir provisoriamente a Presidencia. Respondendo ao manifesto, na parte que lhe tocava, Joaquim Lobo varreu sua responsabilidade quanto ao cartão referido. “Nunca escrevi a nenhum Sr. F.”, retrucou de entrada, surpreso que

um Presidente de Estado “houvesse marcado peça politica de tanta magnitude e solenidade, com a inserção de documento que nenhum valor poderia ter sinão insinuar que, sendo eu irmão do Sr. Fernando Lobo, este devia ser conivente”. S. Exa., acrescentou, “desconhece o que seja autonomia pessoal e não póde conceber que eu tenha independencia bastante para agir livremente e até a contra-gosto de meu irmão” (89).

Devendo passar o Governo ao seu substituto legal, telegrafou Cesario Alvim a Floriano Peixoto, inquirindo se podia contar com a ordem assegurada em Minas. “Não é pergunta baldada, porque, devendo eu fazer, como farei, inteira justiça a V. Exa. em meu manifesto, mostrarei como a politicagem, que não fez a revolução de 23 de Novembro, tem abusado do poder que só a classe militar lhe deu” (5 de fevereiro de 1892). Respondeu Floriano Peixoto, no dia immediato, que prestaria ao substituto legal o mesmo apoio que a S. Exa. “Desejo ver restabelecida a tranquillidade e os Estados definitivamente organizados, afim de podermos atender a outros problemas, cuja solução exige os esforços dos bons patriotas”.

Quanto a Fernando Lobo, se não bastasse sua palavra para desmentir anuencia que jámais houve, ali estaria a do Presidente em exercicio, logo depois da renuncia. Iria a *Gazetinha* de Uberaba, a proposito da sua eleição para Senador Federal, em 1895, attribuir-lhe autoria e apoio no movimento sul-mineiro. Acudio es-

(89) *Jornal do Comercio*, 17 de fevereiro de 1892.

pontaneamente Gama Cerqueira, com a autoridade que lhe dera o poder, pois o recebera de Alvim, restabelecendo a verdade. "Sou insuspeito no assunto, declarou logo de entrada (10 de janeiro de 1896), como interpelante que fui do ilustre cidadão, então Ministro, em carta politica que publiquei e como sufocador desse movimento, na agitada epoca em que me coube a administração do Estado". Para isso, teve o auxilio do 31.º de linha, que enviou á Campanha, "o que era incompativel com a cumplicidade do Marechal e seu Ministro Sr. Fernando Lobo, no referido movimento separatista; e isto acentuei na minha mensagem ao Congresso e em meu discurso na sessão do Senado, de 15 de julho de 1892". Fernando Lobo, se insistissem, declarara mesmo ao tempo que se veria forçado a deixar o Governo (90).

Na mesma *Gazetinha* de Uberaba, escreveu-se depois, a proposito da indicação de Fernando Lobo para senador federal, que S. Ex. "quiz a divisão do Estado". Acudio Gustavo Ribeiro escrevendo (11 de janeiro de 1896):

(90) «Acresce que, em dias de agosto do referido ano, encontrando-me casualmente em um café da Capital Federal, com o ex-chefe de policia da revolução, Sr. José Maria Vaz Pinto Coelho Junior, referiu-me o seguinte: «Que, entrando eu para a administração, dirigiu-se ele aos cabeças da revolução. Vendo os companheiros pertinazes, disse-me ele resolveu ir á Capital Federal sondar pessoalmente as disposições. Dirigiu-se ao Marechal Floriano e não encontrou apoio; dirigiu-se ao seu Ministro Dr. Fernando Lobo, e este não só declarou que não tomava parte no movimento, mas que se insistissem nele, o forçariam a deixar o Governo». 10 de Janeiro de 1896.

Não, o Dr. Fernando Lobo não é o responsável do movimento, que se disse separatista, da Campanha. Quasi uma comedia, ele não tinha naquele cenario um papel, seu valor moral o excluia do improvisado procenio, armado ás pressas para outros fins... Ninguem ama mais a terra natal, a integridade de seu territorio, o seu progresso, a sua civilização, do que o ilustre mineiro que sairá das urnas laureado e consagrado.

Não só não foi responsavel, como, na qualidade de Ministro Federal, se empenharia pela harmonisação da familia mineira. Tenho concorrido para a elevação de Affonso Penna á suprema direção do Estado, nele encontrou, a esse e outros respeito, correspondencia de propositos. Assumindo a presidencia de Minas, escreveu Affonso Penna de Ouro-Preto, a Fernando Lobo (12 de julho de 1892):

Agradeço-lhe as palavras benevolas com que saudou a minha elevação ao cargo de Presidente e muito feliz serei si puder corresponder á simpatica expectativa de V. Ex. e de nossos conterraneos.

Conforme tive ocasião de declarar pessoalmente a V. Ex., aceitando o cargo de Presidente, tive muito em vista esforçar-me para restabelecer a união e harmonia no seio da grande familia e espero fazer desaparecer certo *malentendu* que por vezes se tem dado entre o Governo da União e do Estado. Prevenções, habilmente exploradas, têm por vezes contribuido para esse fato tão prejudicial á causa

publica, maxime numa época tão melindrosa como a atual. (91).

Affonso Penna não era dos puros, ao contrario servira até a ultima hora ao Governo Imperial. Mas não se entregaria, com menos devoção, ao novo regime. Presente á sua posse na Presidencia do Estado, Cesario Alvim acentuou a circumstancia, prova de que a divisão em historicos e adesistas se desmentia pelos acontecimentos. Ela teria ainda menor significação na arena federal. Ainda bem que de discordancias politicas não podiam ficar, e não ficaram, antagonismos pessoases. Adversarios na fase inicial da Republica, Fernando Lobo e Cesario Alvim tiveram mais tarde, na amizade dos filhos, uma das mais belas afirmações de que no Brasil, por altas que sejam as divergencias partidarias, ha um terreno de entendimento comum, que o espirito inspira e o coração não deixa morrer.

(91) Logo depois escreveu: «Como o colega sabe, tenho muito em vista acalmar os animos em nosso Estado, e, nesse sentido, tenho de encaminhar minha atenção para o sul do Estado, afim de procurar fazer esquecer o desvario dos espiritos, quanto á desastrada ideia de separação, que me parece ter sido agitada como arma de opposição contra o Governo, antes do que como medida exequivel. Espero ir aos poucos harmonizando as cousas, pela certeza que temos todos de que não ha vencidos, nem vencedores, perante o governo estadual». Affonso Penna, Governador de Minas, a Fernando Lobo, Ministro do Interior. Ouro Preto, 1 de Agosto de 1892.

SEGUNDA PARTE

NA AURORA DO REGIME



CAPITULO XIII

FLORIANO

Advogado de provincia, chefe ali, como se escreveu, do grupo que não aceitou o 3 e trabalhou pelo 23 de Novembro, viu-se Fernando Lobo elevado, na Capital Federal, a uma das mais altas funções naqueles dias, depois do Chefe da Nação: Ministro de Estado do Interior e interino da Justiça e da Instrução Publica, Correios e Telegrafos (10 de Fevereiro de 1892).

Fugaz lhe foi a passagem pela pasta do Exterior (30 de Novembro de 1891). Com a fusão das duas primeiras, ficaria depois efetivo da Justiça e Negocios Interiores (26 de Outubro de 1892).

Dois anos incompletos serviria, assim, ao Marechal. Quando deixasse o poder, um dos colegas de 23 de Novembro, Rodrigues Alves, lhe mandaria de Guaratinguetá (12 de Dezembro de 1893):

Senti muito a sua retirada do gabinete. Desaparece assim o ministerio de 23. Sei, porém, que

anda enfraquecido pela enfermidade e que precisa de repouso.

A saúde, na verdade, raro lhe seria boa, esgotando-se, então, ao extremo as energias físicas. Tormentosos não corresse os dias e grande seria a tarefa, pois havia que realizar a transição de um regime centralizado e monárquico para outro republicano e federal. Que dizer quando o país entrava numa fase tempestuosa, de discórdia civil e sangue? Tempos agitados aqueles: o levante Silvino, em Santa Cruz; a aventura Wandenkolk no *Jupiter*; a revolta da esquadra, no Rio de Janeiro; a revolução federalista, no Rio Grande do Sul.

Foi todo o período presidencial da Republica, no seu primeiro quatriênio. A ele tocava fazer frente á desordem, restando a anarquia e defendendo a autoridade federal ameaçada. Ao seguinte, já civil, caberia iniciar a obra de pacificação dos espiritos.

Silvino levantou a fortaleza de Santa Cruz, sendo dominado. Não se tratava, como se escreveu depois, do motim de um "sargento almoxarife seguido de alguns pobres presidiários" (92), mas da desordem geral inci-

(92) José Maria dos Santos, *A política geral do Brasil*, J. Magalhães, S. Paulo, 1930. Relator do parecer sobre o caso Silvino, Campos Salles mostrou, com documentos, como era o início de uma revolta, que visava entregar a Republica á ditadura de Deodoro, que a passaria a uma junta governativa. «E' claro, portanto, terminava esse parecer, que o caso de Santa Cruz não é um fato isolado, uma simples revolta dos presos ou da guarnição daquela fortalêsa; mas, positivamente, a ação inicial de uma revolução». Campos Salles, *Da Propaganda á Republica*, cit. São Paulo, 1908.

piente. Isso ocorreu em 19 de Janeiro de 1892. A 6 de Abril seguinte, treze generais de terra e mar "não querendo, pelo silencio, coparticipar, conforme escreveram, da responsabilidade moral da actual desorganização em que se acham os Estados, devido á indebita intervenção da força armada na deposição dos respectivos Governadores" e não anuindo á permanencia do Vice-Presidente em cargo, para qual não fôra eleito, concitaram a este, em manifesto publico, a pôr termo "a tão lamentavel situação", mandando proceder á eleição presidencial.

Escreveu, num manifesto, Floriano:

Nada concidadãos, vos asseguro pela minha honra de soldado, foi praticado pelo meu Governo, que tem procurado administrar o país com a maior honestidade, que tem respeitado os direitos garantindo a mais ampla liberdade de imprensa e de consciencia, nada pratiquei, repito, que justifique tão anormal procedimento.

Esses generais, que segundo o mesmo documento, não tinham recebido delegação da soberania popular, revelaram "um inconveniente espirito de indisciplina, procurando plantar a anarquia no momento critico da reorganização da Patria e da consolidação da Republica". Reformou-os todos. Era o castigo á altura da provocação. O alagoano indifferente revelava-se o homem de ação que seria logo depois. Comentou-se mais tarde:

Ao menos desta vez aparecia, afinal, neste país, um Chefe de Estado que resolvia a defender, pela força, o poder que a Nação lhe confiára (93).

Três dias depois, estalava o motim. Da casa de Deodoro, então bastante doente, dirigiram-se alguns parlamentares e populares em direção ao Itamarati, entre discursos de deposição e morras ao Chefe de Estado. Da estação da Piedade, onde veraneava, veio este, e, descendo a pé da Central, deparou o General Menna Barrêto, na massa dos agitadores, prendendo-o. Antes, havia dado ordens para iluminar o Palacio, afim de receber os manifestantes. Narrou quem podia fazê-lo com veracidade:

Nesse interim, Floriano desembarcava na estação da Central, vindo da Piedade. Fôra avisado das ocorrências e sem perda de tempo regressava á cidade em companhia de Arthur Peixoto, seu parente e secretario particular e do tabelião Gabriel Cruz. Um discreto terno paisano substituiu a reluzente farda de marechal.

Comedido no gesto e no falar, dispensou o aparato policial com que seus amigos procuravam cercá-lo. Encaminhou-se a pé, em direção ao Itamarati, apenas acompanhado de alguns intimos.

Em meio do trajeto, quasi ao fim da quadra do Quartel General, notou que, do lado oposto da praça, havia um grupo de exaltados tendo á frente o coronel Menna Barreto. Floriano, entretanto,

(93) *Historia da Revolta de 6 de Setembro de 1893*, publicada no *Comercio de S. Paulo*, Rio de Janeiro, Tip. e Pap. Mont'Alverne, 1894.

continuava despreocupado seu trajeto, como que não percebendo o grupo; quando, porém, o defrontou, com um gesto discreto, fez que os que o acompanhavam parassem. Deles se destacou, e em lentas e serenas passadas, encaminhou-se para os amotinados.

Fez-se completo silencio! Floriano aproximou-se mais e já bem perto deles, sem alterar a voz, dá ordem de prisão ao coronel Menna Barreto, determinando que se recolha ao Ministerio da Guerra. Em seguida, virando as costas para os manifestantes, volta ao seu grupo e com ele se dirige para o Palacio (94).

Dissolveram-se os manifestantes, mas a agitação continuou. A 10 foram 48 os deportados para o Amazonas ou presos nas fortalezas de S. João e Villegaignon, entre os quais quatro senadores, sete deputados, dois marechais, um coronel, cinco tenentes-coroneis e quatro homens de letras e jornalistas. Floriano deu um golpe de força, para sustar a guerra civil iminente; mas, ao mesmo tempo, deixou claro que não abusaria de suas atribuições, suspendendo o estado de sitio, logo saíram a barra os deportados. O *Paiz*, de Quintino Bocayuva, achou exagerado o castigo, pois "os generais não haviam feito mais que glosar o tema dos jornais" ao passo que o *Jornal do Comercio*, que ao contrario, ia passar do apoio á opposição, — ele fôra com J. Carlos Rodrigues um dos inspira-

(94) O 10 de Abril de 1892, por Sylvio Vieira Peixoto, no *Corrcio da Manhã*, de 5 de Janeiro de 1936.

res do 23 de Novembro, — escrevia cinco dias depois sobre o 10 de Abril, que “só razões do mais alto interesse nacional, só circunstancias excepcionais determinaram”. Mas ajuntou (14 de Abril de 1892):

Si o governo não podia ter outra norma, não é ménos de lamentar ver partir para o desterro ou estarem presos tantos individuos, uns com relevantes serviços prestados ao país, outros em condições de concorrerem para o seu progresso e engrandecimento, mas infelizmente todos eivados de paixões e odios politicos, que os levaram aos mais deploraveis extremos.

Foi o 10 de Abril um divisor de aguas. Até então, a inquietação dos espiritos, o descontentamento politico, a arruaça esporadica. De ali em diante, a arregimentação das forças, o dissidio franco, a revolta. País sem partidos, — com a abolição e a Republica desapareciam os dois existentes na monarchia, — era preciso ver, sob a luta de homens, a das tendencias que dividiam a nação: de um lado, a ordem, personalisada no regime e seu presidente; de outro, os que a imaginavam baseada de maneira diversa e, por isso, até á força, lutariam. Grupavam-se em torno daquele os republicanos extremes, bem como os medios, não porque fosse Floriano o homem ideal para a Republica que sonharam; mas porque se mostrava capaz de reagir, defendendo as instituições. Com os outros, estavam os descontentes e não conformistas, os monarchistas da vespera, os federalistas, os parlamen-

taristas, sonhadores todos de uma democracia, que cada qual queria estabelecer a seu modo.

Permanecendo no poder, em vez de realizar a eleição, não ha duvida que Floriano, no que dependia de seu contingente pessoal, agravou os acontecimentos. No seu livro *Da Propaganda á Republica* mostrou Campos Salles como procurou evita-los tendo vindo de São Paulo para avistar-se com Wandenkolk. Respondeu-lhe o almirante, entre outras cousas: "Mande o Marechal proceder á eleição e eu garanto que, de nossa parte, tudo estará acabado". Teriam mudado, porém, os acontecimentos si Floriano houvesse cedido, dado o quadro de anarquia, em que nos moviamos? Essa foi a consideração maior que pesou no espirito dos que optaram pela conservação, pois, doutrina por doutrina, o texto constitucional autorizava uma e outra interpretação. E não erraram, porquanto Floriano, jugulada a rebeldia, ia depôr no fim de seu periodo de governo a autoridade, quaesquer que fossem os apelos em contrario, entregando-a fielmente ao mandatario eleito pela Nação, — esse, sim, em condições de fazer entrar a Republica no seu ritmo civil.

Não era Floriano um ambicioso do poder, mas uma vez a ele elevado, saberia defende-lo com a fria, desestudada obstinação de toda sua longa carreira administrativa e militar. Soldado razo em 1857, cabo de esquadra em 1861, 1.º tenente em 1863, fez, desse posto ao de tenente-coronel inclusive, toda a campanha do Paraguay, batendo-se em Avahi, Lomas Valentinas, Curuzú, Itororó,

Angustura. Outros se retiraram antes ou depois da tomada de Assunção, ele permanecia até o fim, nessa campanha da cordilheira sobre a qual ainda não se fez a justiça que merece ao comando brasileiro. Foi aí, em San Estanisláo, que o Conde d'Eu conheceu o então comandante do 9.º de infantaria, com quem ia encontrar-se em 1889 (95). Porto-Alegre, o heroe de Monte Caseros, havia-o elogiado no Paraguai "pelos extraordinarios serviços prestados nessa fase da guerra, onde sempre revelou illustração, lealdade e valor pouco comum". Depois de Angustura citou-se pela "coragem, galhardia, calma e bôa ordem demonstradas".

Um de seus episodios nessa longa, sangrenta peleja, narrou-se recentemente assim:

Dele (Floriano) se conta que, na guerra do Paraguay, ainda major, fôra mandado comandar um batalhão exposto ás balas, propositadamente, por castigo, em setor visadissimo. Subito o Marechal Duque de Caixias viu que o major, á frente da tropa, punha todo o empenho em leva-la num impeto ás barbas inimigas. Mandou cessar o fogo e fez vir ao quartel o comandante soffrego. Advertio-o, explicando que o batalhão estava sendo castigado.

(95) «A 8 de outubro, o Principe, tendo decidido, com o Conselheiro Paranhos, ir aproximando o Quartel General da zona onde se entocava o tirano, deixava a villa do Rosario, e cinco dias depois, alcançava São Estanislao, onde o tenente-coronel Floriano Peixoto, comandante do 9.º de infantaria, recebeu Sua

Ele respondeu friamente: "O major Floriano só sabe comandar na frente e não na retaguarda da tropa" (96).

Quando, Chefe da Nação, tivesse que fazer frente á revolta da armada, na baía de Guanabara, e á revolução federalista, no Rio Grande do Sul, percorreria á paisana, quasi diariamente, o litoral, alta noite ou pela madrugada, acompanhado quando muito de um amigo, para visitar ora as fortificações, ora o Arsenal de Guerra, ora a fortaleza de S. João. No dia imediato, lá estava, em duas linhas secas, a noticia nos jornais. O Marechal sabia do apologo das cotovias, e confiando, desconfiava. Escreveu-se, ainda ha pouco, sobre a guerra a Lopes:

Mas deixára Caxias o comando a 9 de Fevereiro, como Inhauma deixára a esquadra. A guerra mata-va pelas doenças os que lhe escapavam á metralha; e já poucos chefes, em 1869, eram os mesmos officaes ardentes de 1865. Uns enfermos, retiravam; outros, feridos, iam morrer á patria distante; a

Alteza. Quem poderia advinhar a peripecia do destino que, vinte anos mais tarde, separaria os dois militares, irmanados então na mesma falange de sacrificio e patriotica porfia, em que o inferior cortejava o outro com a sua espada, como lhe cumpria?...» Alberto Rangel, *Gastão de Orléans, o ultimo Conde d'Eu*, Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1935.

(96) Eloy Pontes, *A vida inquietá de Raul Pompeia*, José Olympio, editora, Rio, 1935.

maior parte ali mesmo ficara, confiada á terra paraguaia, debaixo de uma cruz que devia desaparecer na primeira enchente... (97)

Fiel á guerra até o fim, Floriano punha á prova o modo com que, muitos anos depois, interpretava sua maneira de servir, fosse comandante ou comandado. No intervalo, comissões importantes, em varias regiões do Brasil. Assim é que, num esforço para completar pelos livros o que a pratica, embora porfiada e longa, lhe dera, fez-se bacharel em ciencias fisicas e matematicas; foi inspetor da fronteira de Mato Grosso; diretor, já coronel, do Arsenal de Guerra de Pernambuco; inspetor dos depositos belicos de Alagoas e Sergipe; comandante, como brigadeiro, das armas de Pernambuco, Alagoas e Mato-Grosso, cujo cargo de Presidente tambem exerceu; comandante da 2.^a Brigada e Ajudante General do Exercito (1889).

Um de seus companheiros de então, depois General e Ministro das Relações Exteriores, Dionisio Cerqueira, fez dele este retrato:

Naquele tempo já eu gostava muito de Floriano. Era um jovem forte e simpatico e dos melhores jogadores de esgrima de baioneta; excelente desenhista, a ponto de ser citada a sua estampa da

(97) Pedro Calmon, *Gomes Carneiro, o General da Republica*, Rio, Guanabara, editora.

ilha de Porqueroles como um primor; insuperavel num "rolo", agil e destemido, entre os colegas passava por caboclo "muito mitrado".

Aprazia-me olhar para aquele official que já tinha prestado relevantes serviços á sua patria. A sua bela carreira confirmou as esperanças de seus amigos. Floriano em Uruguaiana, como tenente comandante de um vapor; em Tuiuti, como comandante do batalhão de engenheiros; no Taí e no Timbó como major do 25.º de Voluntarios, e no Aquidaban, como comandante do 9.º de linha, foi o mesmo soldado calmo nas violentas refregas, arrostando a morte com a indiferença de um tupí.

Incontestavelmente era um "meneur immediato" que fascinava, sem brilhantes dotes suggestivos, os que o rodeavam, até os ultimos tempos de sua vida, em que, no fastigio do poder, se revelou o mesmo homem calmo, bravo, prudente, frio, cauto e previdente, conquistando dedicações até o fanatismo e despertando odios terriveis (98).

Ainda da guerra do Paraguai escreveu Rio-Branco:

Canabarro, no meio dos seus erros, teve a feliz ideia de transformar o pequeno vapor *Uruguai*, da navegação fluvial, em aviso de guerra, e de associar-lhe dois lanchões; o *S. José* e o *Garibaldi*. Postos sob o comando do 2.º tenente Floriano Peixoto, convenientemente artilhados, estavam sendo empregados em cortar as comunicações dos Para-

(98) Ver: Joaquim Laranjeira, *Floriano Peixoto* (Biografia romanceada). Adersen, Editores, Rio.

guaios. O *Uruguai* estreiou metendo a pique varias canoas e tomando outras nos dias 31 de Junho e 1 e 2 de Agosto (99).

Foi nesse vapor que transpuzeram o rio varios chefes brasileiros entre os quais, — outro capricho da historia, — Custodio José de Mello. Sobre seu comando ainda escreveu Pedro Calmon:

Esse tenente era um alagoano trigueiro, de raro bigode corrido, uma repa de cabelo negro liso, de caboclo, empastado na testa, um vago ar tartaro e um gesto preguiçoso de sertanejo simples e triste... (100).

Quando Marechal, o fisico não mudaria. O espirito só tinha razões para ser o mesmo. Era aquilo desse agudo retratista: aprendeu a esperar e a crêr; e aprendeu a não ceder:

Aparentava um ar distraído, de quem não tem que fazer; e sorria enigmaticamente para os companheiros alarmados, que se espantavam da sua pachorra.

(99) Ver: Tasso Fragoso, *Historia da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguay*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935.

(100) Pedro Calmon, *Gomes Carneiro, o General da Republica*, cit.

Na Republica, ia-lhe ser decisiva a ação. O cargo, que exercia, era de confiança imperial; mas o coração, o braço estavam com os camaradas, pois Floriano era fundamentalmente um soldado. Para concluir, do mesmo autor:

Já a conspiração lavrava nos quartéis e Deodoro se dispuzera a emprestar-lhe a espada, quando Floriano, Ajudante General do Exercito, assentando no peito a larga mão morena, assegurava ao Governo Imperial a cordura da guarnição. Não iludia; deixava que os fatos, livres da sua influencia, se succedessem logicamente.

CAPITULO XIV

RONDA DA ANARQUIA

Parte do exercito, nas suas patentes mais elevadas, teve assim Floriano, a principio, contra si. A marinha, essa ia cindir-se, abrindo luta. Quanto á opinião publica, hostile tambem em grande parte, acabaria formando, com as forças de terra, pela ordem, depois de prolongada e sangrenta luta no Sul.

Capital da Republica, o Rio de Janeiro testemunhou então cenas diarias de agitação, que nada presagiavam bom. Escreveu-se:

Melhor do que ninguem, conhecia o Marechal a fraqueza do seu governo, assoberbado com o estado de anarquia em que estava o país, ferido de flanco pela revolução rio-grandense, enfraquecido pela indisciplina militar, dilacerado pelas dissensões faciosas, sem programa possivel, sem apoio na opinião, eivado de sectarismo positivista, ameaçado pelas ambições em tropel, e a Nação caminhando ao desamparo no torvelinho das paixões exaltadas (101).

(101) Vice-Almirante A. C. de Souza e Silva, *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*, Livraria José Olympio, editora, 1936.

Donde providencias improvisadas, erros graves e atos de acerto, tudo num fundo de incertezas, que punham os patriotas de coração triste.

Ensinado já pela experiencia do Governo Provisorio, *O Paiz* protestou, logo depois de 10 de Abril, contra o "terror espalhado sobre toda a sociedade brasileira pelo absolutismo das providencias rigorosas que o Governo pôz em pratica", crente na Republica "se não estivesse ainda no seu nascedouro zebrada de tanta lepra, viciada de tanto mal, torturada de tanta luta" (7 de Junho de 1893). O jornal de Quintino seria o baluarte do Governo, depois de 6 de Setembro.

Num dia, foi a arruaça, pedindo a altos brados, no centro urbano, que se tapasse com um biombo a estatua de Pedro I; noutra, se extravasou pelo Flamengo abaixo, arrancando a placa da rua Silveira Martins, o qual se anunciava em telegrama do sul haver aderido ao novo Estado que devia formar-se com o Rio Grande, o Uruguai e duas ou três provincias argentinas. Pouco depois, alunos da Escola Militar compareciam á Camara incorporados, protestando contra palavras de um deputado, enquanto aquella se dava por coata. Havia o Club Militar aprovado uma moção de abstenção politica, mas o Naval já se agitava, uma vez exonerado Custodio de Mello da pasta da Marinha, elegendo ostensivamente seu Presidente a Wandenkolk, de volta do desterro. Alinhavam-se os homens de pensamento no bojo da politica intransigente, para só citar dois ou três; — Arthur Azevedo, Medeiros e Albuquerque, Raul Pompeia, de um lado,

Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pardal Mallet, de outro, reunidos todos na Colombo, onde a palavra de José do Patrocínio era o latego de fogo com que, no dia seguinte, ia, na *Cidade do Rio*, combater o ditador. Bilac na *Vida Fluminense* aderira á campanha, enquanto Pardal Mallet escrevia do alto d'*O Combate*: "O meio termo é o *statu quo* da covardia". Concluía ele, e a invetiva era das menores:

E, aconteça o que acontecer, para mim ficará a alegria do cumprimento de um dever neste momento de angustias e de sofrimentos supremos, em que a alma da Patria se debate a pedir, no cadaver fusilado do Sr. Floriano, a revindita de todas as dores que a oprimem (102).

O Combate apresentava-se em guerra, "pronto para tudo, para tudo disposto, tendo de antemão hipotecado a vida dos seus redatores á causa sagrada da Patria, para a qual vivem e pela qual em um dado momento saberão morrer!" Apostrofando a Floriano:

E ha-de ser sem honra que S. Ex. morrerá, então, como homem sinistro que ensanguentou a Patria nos horrores da guerra civil, como socio commanditario da morte, como agente de uma funebre companhia de imigração de povoar os cemiterios (103)

(102) Eloy Pontes, *A vida inquieta de Raul Pompeia*, cit.

(103) Antonio Austregesilo, *Pardal Mallet*, na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Março de 1936.

Por um desses caprichos da historia, o exercito, rebelando-se, a principio, contra o Presidente, formou-lhe em torno logo depois, em face da marinha beligerante. E fôra esta, contudo, o braço mais eficaz no 23 de Novembro, para sua elevação ao poder. Trabalhada por correntes diversas, flutuando nos seus ideais ao capricho de chefes e acontecimentos, ela se decidiria, afinal, pela luta, para ser vencida.

Por longos dias, sinão meses, essa revolta se preparou a pleno sol, em busca de um chefe, indecisa nas suas aspirações e pendores. Republicano, repugnava a Custodio que Floriano se fortalecesse no poder, porque o caso, a seu ver, era de eleição insofismavel; e homem do dia, não podia perdoar ao outro esse duelo secreto, em que se mantiveram, depois de 23 de Novembro e que culminou com sua aparente submissão. Do segundo chefe, Saldanha, sabiam-se as inclinações imperiais, o gosto aristocratico, distante das fações. Os demais, Tamandaré, Jacuguay, já do passado, não polarisavam politicamente a profissão, uma de cujas escolas, a Naval, era sem duvida republicana, com tinturas mesmo positivistas, pois até um pelotão seu desembarcou no dia 15 de Novembro, para a proclamação da Republica.

Duas ou três questões menos felizes reuniram parte da marinha contra o Marechal. Nesse somar de agravos, a carta de Mello, exonerando-se, foi o toque de reunir. Era um desafio de ordem politica, que difficilmente teria outro desfecho que o das armas, embora contraditorio, porque fôra dele, sem duvida a responsabilidade maior

nas deposições estaduais. Manda a verdade que se diga que, arvorando a bandeira da revolta no *Aquidaban*, obedeceu a um movimento de parte de sua classe, numa chefia que não solicitou, mas que lhe cabia, mais do que a ninguém, pelo que de responsabilidade inicial nele teve. Escreveu Mello, no seu manifesto de 6 de Setembro:

A ditadura de 3 de Novembro não visou outros intuitos, com efeito, que o da irresponsabilidade da administração na questão financeira da Republica; se por um lado acenava ás ambições inconfessáveis e aos interesses menos legítimos, por outro abatia o carater nacional, ludibriava-o, fazendo crer que a Nação, incapaz de criar para si instituições livres, e de viver á sua sombra, recebera submissa e sem protestos o jugo de uma autocracia que era um vilipêndio e significava uma humilhação.

Sabeis a parte, que a mim coube, determinada pelos acontecimentos, nesse memoravel período da ação revolucionaria contra o arbitrio do poder; servi á causa dos interesses populares de 23 de Novembro; estive no posto que de meu pundonor como militar e da compreensão dos meus deveres civicos, como brasileiro, a Patria tinha o direito de exigir que eu ocupasse.

E si, depois desse dia, algumas parcelas da publica autoridade vieram até á modestia do meu lar, não o foram pelas sugestões da propria vontade, mas pela responsabilidade politica, que as vicissitudes da revolução, criando uma nova ordem de cousas, determinaram.

E' tipica, nessa agitação, a fase preparatoria, de que foi ponto culminante o ato de Wandenkolk. De regresso

do Amazonas, onde estivera desterrado, e Senador da Republica, o almirante armou em guerra, em Buenos Aires, com o capitão-tenente Huet de Bacellar e o 1.º tenente Antão Corrêa da Silva, o navio *Jupiter*, investindo com ele e a chata *Italia* a barra do Rio Grande para fazer a ligação da armada com os federalistas em luta contra o Governo Central. Repellido, vagueou pela costa, sendo afinal aprisionado pelo cruzador *Republica*, despachado ao seu encalço. Contou um dos entusiastas da revolução, pormenorisadamente, o que foi essa apreensão, o espetaculo da entrada do *Republica*, numa tarde triste, pela baía do Rio de Janeiro, sem pavilhão içado, humilhação que se não perdoou (104). Wandenkolk, de bordo do *Jupiter*, havia escrito:

E' tempo de agir em socorro dos irmãos. E' tempo de se bater esse soldado sem escrupulos, que fez da traição profissão de fé.

Guardava o almirante resentimento de não ter sido seguido pela esquadra. Mais tarde, ao reclamar do Ministro da Guerra revogação da ordem para não passear no recinto de Santa Cruz, escreveu que só sairia pelos meios legais. A esquadra, acrescentou, não o havia acompanhado, quando quiz levantar o Rio Grande do Sul; e, agora, seria tarde. Mello era inimigo seu, pois fôra por ele reformado e desterrado para Tabatinga. Concluindo:

(104) Vice-Almirante A. C. de Souza e Silva, *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*, cit.

O procedimento contrario seria improprio de quem com o oceano á sua mercê, com os movimentos livres e senhor de sua vontade, deixou de seguir com o *Jupiter* para Montevideo, quando se retirou do Rio Grande do Sul. (105)

Já então era inevitavel o levante da esquadra, dependendo ele apenas da chefia, que de Mello foi oferecida a Saldanha, com alternativas para Alexandrino de Alencar e Jaceguay, e, afinal, consolidada no primeiro, para estourar em 3 de Agosto e só declarada pouco mais de um mês depois. Bem é de calcular-se a vigilia solerte de Floriano diante desses preparativos, tanto que, anticipando-se aos conjurados, fez partir o *Riachuelo* para reparar-se em Toulon, promovendo tambem a retirada do *Aquidaban* de uma peça essencial á sua manobra, peça que, aliás, a pericia tecnica brasileira, já o navio em revolta, substituiria dentro de poucos dias.

A proposito escreveu Souza e Silva:

Mas não tardou o Almirante Mello em verificar a precariedade de sua situação. O *Aquidaban*, navio-chefe da revolta, o unico dotado de real poder militar, não podia mover-se! Com as maquinas em reparos, faltava-lhe uma peça principal, sem a qual não poderia funcionar — o leque da bomba centrifuga da maquina de bombordo.

Ruy Barbosa foi aí, como tinha sido no 10 de Abril, seria no 6 de Setembro e sempre depois, o porta-voz das

franquias constitucionais feridas, o patrono dos oprimidos e dos fracos. Não se póde deixar de admirar, face a face do poder politico, que resistia á revolução e á anarquia, e, pois, tinha que ser por vezes arbitrario, essa atitude desassomburada, orgulho da autoridade civil. Seria, aliás, sua perene tragedia, esse idealismo do mais puro veio, em contraste com a realidade de nossas condições sociais e politicas. Ainda bem que não subio ao poder politico, para não desmentir, e seria inevitavel, todo um passado de liberalismo, honra de qualquer nação avançada.

Mais tarde, numa hora tambem difficil, ele proprio escreveria, fazendo retrato fiel do Brasil:

Num país onde não ha ideias assimiladas, onde não ha forças organizadas, onde não ha superioridades acatadas, uma comoção revolucionaria me inquietaria.

Os exercitos do bem não estão constituídos. Mas as organizações do mal, os poderes sinistros da desordem, estão alerta, para agarrar a ocasião pelos cabelos, para arrastar a multidão pelas suas paixões e pelos seus sofrimentos, pelas suas ignorancias e pelas suas necessidades. O que eu presagio, e não ousou prognosticar não é o que eu desejaria promover, mas o que envidaria tudo por evitar (106).

(106) Ruy Barbosa, *Ditadura e Republica*. Prefacio e notas de Fernando Nery. Editora Guanabara, Rio. Ver tambem, sobre esse agitado periodo, Mario de Lima Barbosa, *Ruy Barbosa na politica e na historia*, F. Briguiet & C. editores, Rio, 1916.

Então havia escrito Ruy no seu manifesto (1 de Fevereiro de 1892):

Nós tínhamos uma estrela polar, a Constituição Federel, pura e luminosa na sua simplicidade. Mas as reacções encobriram-na desde 3 de Novembro, e ainda não reapareceu.

De uma ditadura, que dissolve o Congresso Nacional, apoiando-se na fraqueza dos governos locais, para outra, que dissolve os governos locais, apoiando-se no Congresso restabelecido, não ha progresso apreciavel.

Veio em vez da forma presidencial, do regimen americano, uma hibrida procriação da ditadura com o parlamentarismo, cujo resultado vem a ser a nulificação do corpo legislativo e a confusão de todos os poderes nas mãos do Chefe do Estado. E cada vez mais me convenço de que, si sacudimos a centralização bragantina, não foi para substitui-la pela central, pretoriana (107).

Não duraria seis meses a revolta da armada; a federalista, iniciada meses antes, prolongar-se-ia por mais tempo. Breves na duração, deixariam as duas, entretanto, odios e dissensões, que só mais tarde acabariam. Não se fez de outro modo a vida das nações, nem só de flores é a marcha do tempo. Vitimas, que fiquem, de um lado e outro, nessas porfias civis mais terriveis que as internacionais, merecem todas a homenagem respeitosa das gerações posteriores.

(107) Fernando Nery, *Ruy Barbosa* (ensaio bio-bibliografico), Guanabara, Rio.

CAPITULO XV

MELLO E SALDANHA

Não contou a revolta da Armada, ostensivamente, com a maioria da marinha, pois menos de metade lhe foi solidaria. Quanto ao material, esse sim, estava com ela, embora de pouca eficiencia: dos dezesseis navios em poder de Custodio de Mello, apenas cinco podiam navegar.

O que não teve Floriano foi quem opôr, como chefes, a Mello e Saldanha. Seu ministro da marinha, Firmino Chaves, o bravo imediato da *Parnahiba* na abordagem do Riachuelo, almirantes como Coelho Neto, Justino de Proença e Julio Carlos de Noronha, não mediam prestigio com aqueles dois expoentes da classe.

Mello era, não ha duvida, um homem de ação. Escreveu dele ainda o vice-almirante A. C. de Souza e Silva:

Excelente tecnico, formado no estudo dos armamentos, culto, cavalheiresco, sua conduta na guerra o destacára por seu denodo, grangeando-lhe elogios frequentes, onde se louvava o seu sangue frio, coragem, dedicação, galhardia e inteligencia.

Ali fôra imediato do couraçado *Rio de Janeiro*, posto a pique em frente a Curuzú, por um torpedo

paraguaio, arrastando a uma morte heroica o seu bravo comandante 1.º tenente Americo Brasílio Silvano.

Habil artilheiro, ele abriera á esquadra o caminho de Humaitá, afundando a tiros os pontões que sustentavam as correntes atravessadas no rio. Distinguiu-se no Chaco, comandando o monitor *Pará*.

Em suas comissões civis, ilustrára-se sempre por um desempenho impecavel; fôra companheiro e colaborador de Mouchez nos seus trabalhos hydrograficos na costa Baía-Rio. Comandante do *Almirante Barroso* dera no Chile um relevo excepcionalmente inteligente e brilhante á nossa representação, que tivera larga repercussão continental e uteis efeitos internacionais.

A incompreensivel conduta do Governo Imperial, recusando-lhe o pagamento das despesas — cerca de quatro contos de réis — tornou-o popular; e logo uma subscrição publica, aberta por Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa no *País* e no *Diario de Noticias*, criava, na imaginação popular, mais um caso militar, irritante como os anteriores, que veio afinal resolver o Governo Provisorio da Republica, efetuando o pagamento (108).

Assim lançado no seu torvelinho, a politica depararia em Mello um temperamento. Deputado pela Baía á Constituinte, chefe do movimento que repoz a Constituição e as autoridades em 23 de Novembro (109), Mi-

(108) Vice-Almirante A. C. de Souza e Silva, *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*, cit.

(109) «Procurei desde logo saber dos mesmos officiaes quais os navios que se achavam prontos, pois que tive logo a ideia de reagir contra o ato violento, com que o Marechal Deodoro apu-

nistro de Floriano, ele exprimia uma grande corrente da armada, republicana mas inquieta com a hegemonia das forças de terra na direção politica do país. Na luta que chefiou, enquanto o Marechal calculava a frio, ele deixou-se levar pela imaginação. Não ha duvida que a rapidez com que, do *Aquidaban*, ditou, sob Deodoro, a reposição da legalidade, concorreu para supôr que, de identica maneira e subindo ao mesmo navio, se seguisse, sob Floriano, a renuncia presidencial. Mais realista, Saldanha, ao saber da esquadra em revolta, teria exclamado:

Que homem fatal! Que precipitação! Ele pensa que isto é o 23 de Novembro, que vai jantar logo mais no Itamaraty? Está enganado, não conhece Floriano. O Major é duro, não se entrega assim. (110)

Faltou a Mello, com efeito, visão politica, calculando mal as resistencias; bem como golpe militar, conservando-se na baía, num vago duelo com a terra, que apenas dava ao adversario tempo para armar-se. Si assim o fez, dir-se-á, é porque teve suas razões, ou porque lhe falharam, á derradeira hora, elementos que julgou se-

nhalava a Republica, a legalidade, a ordem, o nosso passado, o nosso futuro, eliminava, enfim, nossa nacionalidade, como então disse o *Jornal do Comercio*. Contra-Almirante Custodio José de Mello, *Apontamentos para a Historia da Revolução de 23 de Novembro de 1891*, Rio de Janeiro, Cunha Irmãos, editores.

(110) Vice-Almirante A. C. de Souza e Silva, *O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada*, cit.

guros, elementos com cujo auxilio, pelo menos, dominaria Santos, chave de S. Paulo, indispensavel a todo exito. Mas é nas jogadas imprevistas do destino, que o homem se revela. A publicação de alguns papeis de Silveira Martins mostra hoje os apelos deste para promover-se, mesmo depois da inação do Rio de Janeiro, a formação no Sul, de um governo que procurasse o reconhecimento da beligerancia, redundando num equilibrio de forças. A rivalidade dos chefes, a dispersão de esforços, fez sua obra, em contraste com a segurança crescente, a unidade de comando do adversario. Escreveu, a este respeito, Dunshee de Abranches:

Em estereis contendas disputava-se ardentemente a chefia do movimento, querendo uns que coubesse ela a Silveira Martins, outros a Custodio de Mello, muitos a Saldanha da Gama e até um pequeno numero ao comandante Lorena.

E assim, entre estes e aqueles, distinguiam-se os gasparistas, os custodistas, os saldanhistas e os positivistas, como eram tratados os republicanos dissidentes do Rio Grande do Sul. (111)

Silveira Martins, que menosprezou tambem o tino politico, a capacidade de resistencia de Floriano (112),

(111) Dunshee de Abranches, *A Revolta da Armada e a Revolução Riograndense*, M. Abranches, editor, Rio de Janeiro, 1914, 2 vols.

(112) «V. Ex. conhece Peixoto, um quasi irresponsavel, instrumento cego da Escola Superior de Guerra...» Carta de Silveira Martins a Custodio de Mello (1 de Novembro de 1893). São ainda do mesmo documento estas palavras: «Para vencer não

confessou depois, em 1896: "Os dois almirantes perderam a revolução. Tive ocasião de dizê-lo a Saldanha. Ele modestamente respondeu: E' verdade. Erramos, sou o primeiro a confessa-lo". Adiante: "O Almirante Mello combinou comigo um governo e, depois, aceitou o inqualificavel governo que, sem sua ciencia, se ergueu em Santa Catarina, e nem mais se comunicou comigo. Esse governo era a discordia; não só guerreava a revolução do Rio Grande mas tambem a Saldanha no porto do Rio..." Para concluir: "Tenho razões para crer que se tal governo (triumvirato de Mello, Saldanha e Silveira Martins) se formasse, teriamos dinheiro e seriamos reconhecidos beligerantes e nossa vitoria seria infalivel". (113)

Escreveria ainda Saldanha a Silveira Martins, já de Montevideo, nos preparativos da invasão do Rio Grande do Sul (18 de Setembro de 1894):

Pelas minhas angustias, imagino as de V. Ex. Mas, o que entristece, sobretudo, é que não vejo essas angustias partilhadas pelo grande numero dos revolucionarios.

A atenção destes está voltada de preferencia para o sol que tem de raiar a 15 de Novembro proximo futuro. Parece já preferirem as vantagens

faça questões de etiquetas, de precedencias, de antiguidades; lembre-se só que a revolução da esquadra é sua, e sua principalmente será a gloria do triunfo; procure pessoalmente Saldanha da Gama, lisonjeie-o, forme governo com ele, obrigue-o a accitar, que o ato será seu e não dele...» Vêr: J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*, Rio, Tip. S. Benedito, 1929.

(113) Idem.

particulares de um ato de clemencia á vitoria, conquistada pela luta e pelo sacrificio. Não leu acaso a nova exhibição de verbiagem do Sr. Almirante Mello? Pois bem: nela está concentrada, força é confessa-lo, a expressão do pensar do maior numero. (114)

A falta de identidade de propositos entre Mello e Saldanha respondeu, com efeito e preponderantemente, pelo fracasso da revolta.

Parecia a carreira de ambos fadada ao mais brilhante destino; e si se uniram, foi para o declinio e a morte. Sobre certos traços comuns, predominavam contrastes expressivos.

Com efeito, a Republica surpreendeu a um nos Estados Unidos da America; dir-se-ia depois que, não fosse isso, a dinastia não acabaria como acabou. O outro teve na India conhecimento do 15 de Novembro, comandando o *Barroso*, em viagem de circunavegação; e assegurou-se que a impugnação anterior de suas despesas em Valparaiso, foi de algum modo, para a armada, motivo ocasional final contra a Monarquia.

Escreveu ainda Souza e Silva:

Em Saldanha havia mais *panache*, mais magnetismo, mais finura diplomatica, um raciocinio mais frio; em Mello, mais impetuosidade, mais senso politico, mais audacia aventureira.

Em ambos, porém, a preocupação politica na sua expressão elevada, visando o bem do país, sua maior gloria, mas tambem dividindo nos metodos e nas soluções, para cavar dissidios asperos e oposições inconciliaveis. Assim é que, em contraste com a atitude de Mello, lutando a todo poder pela reposição da ordem constitucional, Saldanha fez desembarcar (3-23 de Novembro) os antigos Imperiais Marinheiros numa exhibição ostensiva de força pela nova ditadura, a que servia e de que houvera as estrelas de contra-almirante. Um ia sobreviver á propria sorte, anistiado, quasi paisano; a revolta para ele fôra um direito, de que se não enrubescia; ao passo que o outro pagaria com a vida a decisão tardia de entrar na luta, pois, uma vez nela e homem de disciplina, não poderia ter, vencido, outro termo. Dos dois, a grandeza tragica foi do segundo; prosaico no seu fim, não se inspirou, entretanto, o primeiro de propositos menos sinceros.

Entre os dois, fez Floriano o seu jogo. Procurou atrair Saldanha, recebendo negativa quasi aspera: eram dois temperamentos, embora de outra maneira, tambem antagonicos. E, depois, permitio-lhe essa neutralidade da sua Ilha das Enxadas, neutralidade que só podia acabar na revolta. Recurso de Floriano para com ele ganhar tempo, não divergia do outro, referente a Mello, e já mencionado, fazendo retirar do *Aquidaban* uma peça que o immobilizava na baía, enquanto fazia partir para Toulon, a reparar-se, o *Riachuelo*.

Bizarra figura a de Saldanha! Herói também da campanha do Paraguai, tendo começado aos 18 anos, em Paisandú, nas guerrilhas com o Uruguai, que a precederam, ele esteve em Curupaiti, Angustura e Timbó. Recebido, depois de 15 de Novembro, entre suspeitas, na Escola Naval, imbuida do credo republicano, foi depois o idolo de seus alunos e, por fim, pelo holocausto a que se prestou, de quasi toda a marinha. O estudo de sua personalidade dá a impressão de homem para outro meio, e, por isso mesmo, de um destino malgrado. Continuassemos sob o Imperio, teria sido o Almirante do 3.º Reinado? Aristocrata, era muito pessoal para que se pudesse responder afirmativamente. Ha nas suas atitudes algo de desconcertante, explicavel talvez pela sua compreensão do que devia ser a armada, em contraste com o que cada vez mais observava. *Gentleman* festejado, tinha, entretanto, coleras repentinas, sinão atitudes quasi rudes, como quando, na sua entrevista com Floriano, este o convidou para tomar a pasta que Mello havia deixado. Afirmando que nunca o surpreenderiam revoltoso, resistindo todo passo para isso, acabou combatendo no mar e em terra contra o Governo do país (115). Por fim, cer-

(115) Lançando-se á luta, julgou Saldanha que seria decisiva sua intervenção, e enganava-se. «Em summa, escreveu ainda a Silveira Martins três dias antes, a 5 de Dezembro de 1893, tenho plena fé no successo da nossa causa, por ser por excelencia uma causa nacional». E a proposito da saída do *Aquidaban* com Mello, acrescentou, na mesma carta, que as forças que ficavam sob sua direção, «podiam continuar a ter este ominoso governo seguro pelo barbicacho, por longo tempo». J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*, cit.

to de que ninguem o arrastaria, foi ao contrario, levado ao sabor dos acontecimentos, impotente para a vitoria, a que parecia talhado. Até pequenas cousas, que ás vezes, no famoso quarto de hora da historia, se tornam grandes, lhe marcaram o caminho, pois se houvera agastado com a circumstancia de que o chefe da revolta lhe tivesse dela dado conhecimento por carta, em vez da participacão pessoal mais franca, a qual, essa sim, poderia ter guiado de outra forma os acontecimentos. Receio de nova recusa? Segurança de sua attitude, mesmo sem o outro? Escreveu com autoridade quem podia faze-lo:

Mello, porém, preferio confiar a uma carta a soluçãõ de um assunto, cuja natureza complexa e delicada exigia discussãõ e estudo detalhado; o que só num encontro entre os dois poderia ser examinado e resolvido. Teve, sem duvida, Mello suas razões.

Mas não é arriscado supôr que talvez acreditasse poder dispensar a cooperaçãõ de Saldanha. Afinal, toda a esquadra estava em sua mão sem que Saldanha para isso tivesse contribuido e até contra a sua oposiçãõ. Faltava-lhe, para incluir todas as forças da marinha, sómente o Batalhão Naval e o Corpo de Marinheiros Nacionais. Esperava tê-los no dia seguinte. (116)

Entre Mello e Floriano decidiu-se Saldanha, afinal, pelo segundo. Era fatal, conhecida a sua aversãõ aos

(116) Vice-Almirante A. C. de Souza e Silva, *O Almirante Saldanha da Gama e a Revolta da Armada*, cit.

principios do "Major". Lançando-se á revolta três meses depois de sua manifestação, solidificou, porém, a posição adversa, em vez de diminui-la, pelo manifesto que assinou, claramente inspirado nas instituições decaídas, embora sob a roupagem do plebiscito. Todos os indecisos, a mocidade inteira que já se agrupava em torno de Floriano, cerraram mais suas dedicações. No proprio estrangeiro, pelo receio que á unanimidade republicana trazia de novo o Brasil, inquietou-se o espirito americano.

Escrevera de fato Saldanha, a 8 de Dezembro de 1893:

Official da Armada vou combater com a espada o militarismo que sempre condenei em toda a minha vida. Brasileiro, é meu interesse concorrer com os meus esforços para pôr termo a esse terrivel periodo, em que lançaram a Patria na anarquia, no descredito, na asfixia de todas as suas liberdades.

A logica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se procurasse á força das armas repôr o governo do Brasil aonde estava a 15 de Novembro quando, num momento de surpresa e estupefação nacional, ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação.

O respeito, porém, que se deve á vontade nacional livremente manifestada, aconselha que ela mesma escolha solenemente, e sob sua responsabilidade, a forma das instituições sob que deseja envolver os seus gloriosos destinos. Ofereço minha vida, com a dos meus companheiros de luta, em holocausto no altar da Patria.

E ofereceu. Do asilo dos navios portuguezes á morte em Campo Osorio, é uma dessas historias tristes, que só as guerras civis sabem escrever. Havia confiado Saldanha a Silveira Martins (4 de Novembro de 1893):

O meu patriotismo não tem falhas. Disse uma vez a V. Ex. que nunca me moveria sinão diante de uma manifestação seria e vasta do país, e este não se manifesta sinão pela habitual passividade.

Oposto por instinto a toda revolta e por principio a toda imiscuição militar na politica, eu não posso, agora, partilhar da primeira sinão impellido pela força dos acontecimentos, nem tomar parte na segunda sinão quando minha personalidade se tornar verdadeiramente indispensavel, como elemento serio de força e de ordem. Em qualquer dos casos, creia V. Ex. que terei que impôr-me o maior dos sacrificios.

E impôz-se. Comentou um mês depois (5 de Dezembro de 1893):

Afinal, tambem vou entrar de corpo na luta, que já animava e sustentava de espirito. Mas entre os postos que poderiam me caber, escolho este, do comando das forças que combatem, por ser exactamente o posto mais arriscado e mais perigoso.

Para terminar, depois, já do sul, ao mesmo destinatario, após lamentar não ter ido logo para a fronteira, "sem envolver-se nas compras nem nas tricas da politicagem ou da diplomacia" (5 de Março de 1895):

Sacrifiquei á revolução o meu nome e minha posição, que era unica na classe militar brasileira.

Abandonado por aqueles que me arrastaram ao sacrificio, prefiro acabar combatendo, do que terminar como caloteiro que não satisfaz os compromissos que assumio em prol da mesma revolução (117).

Ha nada mais belo do que esse sacrificio voluntario, numa compreensão do dever, que qualquer que seja o julgamento intimo de cada um, elevou o homem? Aí teve Saldanha sua aureola historica.

Depoz Tobias Monteiro num artigo que fez epoca, ha pouco publicado de novo no *Jornal do Comercio* (24 de outubro de 1934):

Nas vespervas de Campo Osorio faltava tudo; comida, roupa, munições. Saldanha já não podia ocultar o desanimo e dizia aos companheiros serem todos livres de partir. Só ele não podia recuar. O seu maior desejo seria receber uma bala em remate áquela aventura. Foragido de um lado para outro da fronteira, via apertar-se cada vez mais o seu campo de ação, sob a vigilancia da policia uruguaia. Um dia foi chamado a conferenciar com a autoridade estrangeira. Chegou-se a desconfiar de alguma armadilha para assassinio e quinze officiais acompanhavam-no. Desde então nunca mais atravessou a divisa.

Emfim, veio Junho. Com frio intenso dormia-se ao relento. A' noite, quando os piquetes velavam na orla do escuro matagal, muitas vezes Sal-

(117) J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*, cit.

danha aparecia, trazendo a ração, distribuindo-a ele mesmo com palavras de alento.

No dia do derradeiro combate amanhecera contenté. Os seus piquetes haviam logrado vantagens nas ultimas escaramuças e começavam a chegar boatos de armistício. A's 8 horas da manhã souo no acampamento o primeiro toque de alarma. Sem perda de um instante, Saldanha começou a dispor a gente nas trincheiras e a exortá-la: "Temos que fazer finca-pé aqui; não emigraremos mais".

Adiante:

Os adversarios eram três ou quatro vezes em maior numero; entretanto, durante uma hora, o combate esteve indeciso. Ao centro do acampamento, Saldanha dirigia as operações. Por volta de uma hora, viu-se, ao longe, a cavalaria do Governo formar em circo, como para ouvir uma arenga do chefe. Depois estendeu-se em linha e avançou. Saldanha percebeu o movimento e ordenou que quarenta homens a cavalo saíssem pelos flancos ao seu encontro e, em caso de retirada, voltassem ainda por aí, deixando livre o campo de fogo. Depois gritou com firmeza: "Calma, rapazes, e boa pontaria! Não se apressem!"

A carga vinha, porém, formidável sobre as trincheiras e a pequena força expedida fôra obrigada a voltar, sem tempo de recompor-se e vir pelos flancos, como o chefe ordenara. Trazendo-a de roldão, galopava com furia a cavalaria atacante.

Foi então a desordem. A testemunha dessa cena terrível lembra-se de ter ouvido pela ultima vez a voz do almirante: "Cara-volta, cara-volta, rapazes!" Depois perdeu-o de vista. Indagando por ele, um official respondeu: "Está debaixo daquela

arvore", uma arvore frondosa, um tanto longe. Um piquete de sete ou oito homens, ao mando de um major, perseguiu-o e matou-o. Nenhum dos seus companheiros assistiu ao doloroso epilogo. Dizem que o major não sabia quem era aquele homem, e lamentou... porque o queria vivo... E seria o mais belo dos trofeus (118).

(118) Ha outras descrições dos ultimos momentos de Saldanha. Companheiro até o fim, Souza e Silva disse, pela primeira vez em publico, do combate em Campo Osorio. O corpo não foi mutilado, como comumente se lê, os ferimentos eram consequencia da luta. O matador foi o major uruguaio Lourenço de Senna, vulgo Salvador Tambeiro. No Sul dizia-se: «Saldanha pensa que cochila é portaló de navio». O depoimento de Tambeiro deve ter-se em guarda nos seus pormenores, sobretudo quando supõe Saldanha procurando ferido ganhar a fronteira. O depoimento de Souza e Silva, todo de acôrdo aliás com o espirito do almirante, é nesse ponto decisivo: Saldanha não emigraria, preferia morrer, deixando-se, por assim dizer, matar-se.

CAPITULO XVI

AS ESQUADRAS ESTRANGEIRAS

A não cooperação de Mello com Saldanha redundou, logo, num impasse para a revolta: a atitude dos navios de guerra estrangeiros, surtos no nosso porto. Unidos os dois almirantes, é provavel que, ainda aí, outros tivessem sido os acontecimentos.

Não escondiam esses navios suas simpatias pela esquadra revoltada. Pouco a pouco, porém, passaram de observadores a arbitros, para terem, afinal, numa de suas bandeiras, intervenção ostensiva a favor das forças legais, dando o ultimo golpe no movimento.

Veio essa intervenção para o fim de proteger o Rio de Janeiro de um bombardeio, que, cidade aberta, não podia admitir-se (119). O corpo diplomatico acreditado

(119) «Assim se iniciou, escreveu Cassiano do Nascimento, Ministro do Exterior, em seu relatorio, na extensão admitida pelo direito internacional (intimação a Mello para não bombardear a cidade) a intervenção das forças e da diplomacia estrangeira em beneficio não só dos nacionais, mas tambem e principalmente dos estrangeiros». Por seu lado, escreveu para Lisboa, o comandante da *Mindelo*: «O Ministro dos Estrangeiros mostrou-se satisfeito com esta energica intervenção das cinco potencias ao Marechal e terminou dizendo que, se lhe era permitido infringir um pouco as praxes diplomaticas, agradecia tão eficaz cooperação». Joaquim Nabuco, *A intervenção estrangeira durante a revolta*. Nova edição. Freitas Bastos & C., 1923.

no Brasil, com exceção da Alemanha, cujo navio, então em nossas aguas, teve attitude contemplativa isolada, não havia aceito o convite de Floriano para uma conferencia; mas logo depois sancionou o acôrdo de terra com os comandantes das estações navais, para beneficio da cidade.

Não ha duvida que, iniciada como simples mediação, a ação das esquadras estrangeiras acabou, de fato, em intervenção. Acusou-se Floriano de have-la solicitado, mas não o fez, pelo menos na primeira fase dos acontecimentos, porque o que visou foi evitar o bombardeio. Para isto tinha antecedentes internacionais, expostos por ninguem menos que Carlos de Carvalho, num artigo que lhe valeu a pasta do Exterior. Escreveu de fato S. Ex. sob o titulo de *A defesa da cidade pelo direito internacional*:

Onde começa, onde termina o dever moral da intervenção, em que ponto começará com a intervenção a ofensiva á autonomia politica do Brasil, são as preocupações que alarmam o sentimento nacional, que reconhece na revolução uma das expansões da vitalidade politica.

Está fóra de questão que o Governo não irrogará ás nações representadas pelos navios de guerra surtos no porto a injuria de solicitar-lhes o apoio material para abater a revolução. Na luta entre o poder constituido e a revolução, esse modo de intervir seria gravissimo atentado á independencia politica do Brasil e nenhuma nação assumiria a responsabilidade de tão grave ofensa ao direito das gentes.

A attitude, porém, da esquadra revoltada, os meios de defesa que o Governo tem acumulado no

litoral da cidade, a resistencia que a fortaleza de Santa Cruz opôra aos movimentos e intuitos da revolução, impedindo-a de sair a barra, poderão determinar um incidente de character gravissimo — o bombardeamento, o que será um erro imperdoavel.

Mais:

O emprego deste meio de guerra pôde ser considerado legitimo com relação á cidade do Rio de Janeiro?

O character essencialmente comercial da cidade, os grandes interesses estrangeiros nela concentrados, a nenhuma resistencia que a população paisana oferece á revolução, a impossibilidade de uma occupação por forças de desembarque, tirariam ao bombardeio todo o verniz de legitimidade, deixando em evidencia a brutalidade do meio. Não é de crer que a ele recorra. Não alcançaria a revolução o triumpho, não provocaria movimento algum de simpatia; por ele se consumaria ataque inteiramente inutil á vida de uma população inofensiva e á propriedade privada.

As leis de guerra não reconhecem nos beligerantes uma liberdade sem limites no uso dos meios empregados para prejudicar o inimigo; todo o rigor inutil é proscrito, toda ação desleal, injusta ou tiranica é condenavel.

Concluindo:

A cidade do Rio de Janeiro não pôde eficazmente hostilizar a esquadra, impedir-lhe a ação revolucionaria; não pôde ser considerada sinão como cidade aberta; não é uma praça fortificada; seu bombardeamento constituiria violação do direito in-

ternacional, atentado contra as leis da guerra e da humanidade.

Legitimar-se-ia um pronunciamento dos navios de guerra estrangeiros, ou sob a fórmula de mediação ou de exercício de poder coercitivo. O direito de bombardear não é absoluto, é relativo e condicional. Provocaria a intervenção coletiva que tem por fundamento a ideia da proteção jurídica.

A guerra civil do Chile é fecunda em lições praticas de direito internacional e sob esse ponto de vista tem sido estudada. Com a revolta da esquadra, a guerra civil no Brasil assume o mesmo aspeto do Chile e, se conseguir dominar alguma porção do territorio e nele exercer efetiva autoridade, terá inquestionavel direito ao reconhecimento da parte beligerante (120).

Essa guerra civil do Chile ia ser, na parte de terra, invocada taticamente pelo proprio Saldanha, pois ali, escreveria ele depois, "os revolucionarios abandonavam as provincias do norte, para desembarcarem com forças nas proximidade de Valparaiso" (121). Na parte maritima, o Governo não perderia o precedente. Podia talvez

(120) *Jornal do Comercio*, 10 de Setembro de 1893.

(121) Carta a Silveira Martins, depois do asilo. Concluindo em apoio de sua tése, sacrificada pela desinteligencia com Mello: «E note V. Ex. que os chilenos não tinham forças em Valparaiso e nós as tinhamos a valer dentro do porto do Rio de Janeiro. O combate da Armação deixou provado á evidencia que, com mais 500 homens, nos teriamos assenhoreado da cidade de Niterói. O que não se teria feito, pois, com uma força de 2.000 homens, aguerridos e comandados por um chefe da ordem de Salgado?» Dunshee de Abranches, *A Revolta da Armada e a revolução rio-grandense*, cit.

o melindre nacional não anuir a que os navios fossem declarados piratas, retirando-se a proteção á bandeira, como acontecera tambem na Espanha. Mas uma vez assumida essa posição, era legitimo qualquer ato das estações contra os revoltosos e, afinal, a ação de Benham, á frente dos cruzadores norte-americanos.

Quanto á beligerancia, é certo que dotada de enviado capaz, que refletisse a conjugação de esforços em terra e no mar, Floriano teria encontrado obstaculo talvez intransponivel. Não assentaram, ainda aí, os revolucionarios, decisão. Ruy, convidado em Buenos Aires, recusou. De Eduardo Prado, tambem indicado, se recebeu a fé monarchica. Os esforços, sobretudo, de Saldanha, morreram diante das rivalidades e indecisões dos outros.

A verdade é que, sob esse aspeto, muito ha que escrever. Está sem resposta até hoje Joaquim Nabuco, num livro de analyse cruciante, onde Floriano, como no estilo de Ruy, não tem atenuantes, com seu poder sinistro, suas execuções sangrentas, todo o cortejo de maldições que o tempo depois atenuou, quando não desmentiu (122). Mas a verdade era a dele, quando escrevia que o sentimento nacional podia ter-se poupado uma fase como essa, em que na camara da *Aréthuse*, séde das deliberações, se decidiu a sorte da revolta, ali se exercendo verdadeira tutela em nossas aguas, — como, por exemplo, não permitir o desembarque de munições para o Governo, chega-

(122) Joaquim Nabuco, *A intervenção estrangeira durante a revolta*, cit.

das num cargueiro estrangeiro, ou vedar a Mello o monopólio do carvão na ilha do Viana, em seu poder. Tudo desfechando nesse duelo regrado de fogo, triste como um funeral:

Havia no raro e espaçado canhoneio dos seus navios, alguma cousa de lugubre; eram tiros em funeral, impressão monotona, só variada por alguma explosão fatal, ou pelo vazio de algum navio que afundava (123).

Ainda:

De fato, foi na camara do *Aréthuse* que se decidiu a sorte da revolta. Tudo que se vai seguir até á desfeita do almirante Benham, á proposta de capitulação e ao panico de 13 de Março, é resultado do golpe de Outubro, que paralisou a esquadra revoltosa e a fez subitamente decaír perante o estrangeiro, perante o país, e, peor do que tudo, perante o seu proprio chefe e cada um dos seus auxiliares (124).

De dezenove navios ancorados no porto, pertencentes a nove nacionalidades diferentes, só ficaram, no fim, dois portuguezes, um inglês e um norte-americano. A estação naval dos Estados Unidos da America, essa ía aumentar. E' que a inclinação monarquica de Saldanha, no seu manifesto de adesão á revolta, alarmára a democracia *yankee*. Salvador de Mendonça, sempre dentro dos preceitos in-

(123) Idem.

(124) Idem.

ternacionais, acima referidos, gabou-se de ter obtido essa intervenção (125). Escreveu ainda Joaquim Nabuco:

A situação na baía tinha inteiramente mudado. Ao passo que as outras nações diminuiam as suas forças, as dos Estados Unidos tornavam-se verdadeiramente imponentes. Ao *Charleston*, ao *Newark* e ao *Detroit* tinham vindo juntar-se mais dois grandes cruzadores, o *San Francisco* e o *New York*, formando em nosso porto uma grande divisão branca.

Assim como acontecera a Mello, a aceitação do compromisso apertava o sucessor num nó de ferro. Si a intuição do que era nacional estava, então, com Floriano, a bravura foi de Saldanha. Nem que fosse sobre um pedaço de madeira, teria declarado, alçaria seu pavilhão. Inquirindo, já em desespero, aos comandantes estrangeiros (28 de Janeiro de 1894):

(125) «Tenho sido acusado mais uma vez de haver ofendido a soberania nacional com o obter a intervenção da divisão norte-americana contra navios que arvoram a bandeira nacional, intervenção que deu tão fundo golpe na revolta. A proteção dada á descarga de navios mercantes norte-americanos dentro deste porto, e a intimação ao navio revoltoso que procurou manter o bloqueio, foram perfeitamente legítimas. Por decreto de 10 de Outubro desse ano, as autoridades constituídas retiraram dos navios revoltosos a proteção de nossa bandeira. Declararam também não assumir responsabilidade pelos danos que sofressem os neutros dentro de nossa baía, para a policia da qual lhe faleciam os meios. Tanto bastava para justificação não só do ato do Governo americano, como dos meus esforços para obtê-lo». Salvador de Mendonça, *Situação internacional do Brasil*, Rio de Janeiro, Garnier, 1913.

Seja-me, porém, licito perguntar a SS. EE., homens de guerra conspicuos como são todos, se as condições da luta para a esquadra são presentemente as mesmas que em Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro? E não foram SS. EE. os culpados dessa situação desfavoravel para a esquadra, com uma intimação que, aliás, não serviu para salvaguardar os altos interesses comerciais, nem a vida e a propriedade de uma população na maior parte estrangeira? (126).

(126) Sobre essa questão vêr os relatorios dos Ministros do Exterior de 1893 e 1894, bem como Felisbello Freire, *Historia da Revolta de 6 de Setembro de 1893*, Cunha e Irmão, editores, Rio de Janeiro, 1896, 2 vols.

CAPITULO XVII

GOMES CARNEIRO

Não se tendo unido Mello e Saldanha no Rio, para a ofensiva, na qual Santos e pois S. Paulo representariam papel preponderante, a revolução federalista estava morta.

Só a salvaria o avanço para o norte, rapido, decisivo, com a Lapa e Itararé como acesso, mesmo sem a ligação fracassada com o mar. Ainda aí, porém, a divisão nos chefes prejudicou o exito final, em favor de Floriano.

Não escapou a este a fraqueza militar de sua posição. Só o tempo, provendo-lhe de esquadra a marinha fiel, podia vir em seu auxilio. Era preciso deter, pois, o avanço federalista, com homem á altura, pronto a todo o sacrificio. Esse homem foi o General Carneiro.

Filho de um boticario do Serro, em Minas Gerais, Carneiro tinha com Floriano, nascido em Alagôas, mais de um traço comum; os principais, porém, eram a paciencia, a obstinação, a insensibilidade diante do perigo. Fizêra, tambem como ele, a guerra do Paraguai, para a qual entrára como voluntario, logo promovido anspeçada, aos 19 anos, e de que saíra aos 25 incompletos, já tenente, — moço e curtido na luta. Presenciou a tomada de

Uruguaiana, vio a invasão de S. Borja, bateu-se em Estero Bellaco, Tuiuti, permaneceu 14 dias sob a metralha em Sauce, esteve em Passo-Pocu, Potreiro-Ovelha, Angustura, Itororó, Peribebui, ficando também até o fim, sob os chefes legendarios, — Osorio, Caxias, o Conde d'Eu. Ferido três vezes, teve citações de bravura e serenidade.

Certa vez, vindo do Norte, depois da guerra, a corrente do leme do navio em que viajava, apanhou e decepou as pernas do filho, Mario Tiburcio Gomes Carneiro, depois capacidade juridico-militar, que não teve ainda hoje padrão maior. Pedro II visitou o pequeno, custeando-lhe o tratamento e interessando-se pela sua saúde. Daí a atitude de reserva do General Carneiro na proclamação da Republica. Escreveu seu melhor biografo:

Carneiro, que foi estranho á questão militar e não ajudára a destruir o trono, recolheu tristemente ao lar enojado, onde, como em muitos lares, se pranteava o desterro do Imperador. Os homens do dia eram seus colegas do Paraguai, os companheiros de Tiburcio os seus amigos dos tempos obscuros e distantes, quando ele prometia também morrer por sua ideia... Pediu a Floriano que o destacasse para Mato Grosso. Queria estender linhas telegraficas por um sertão fechado ás miserias e desvarios da sua época. E porque Floriano o conhecia, mandou-o para o fundo das selvas. Porém, três menses depois o promoveu a tenente-coronel (127).

(127) Pedro Calmon, *Gomes Carneiro, o General da Republica*, cit.

Havia Deodoro objetado á promoção de quem não era dos puros. Donde este bilhete que lhe mandou Floriano, seguro como uma profecia:

Maneco. Carneiro é soldado de pena e espada. E' um homem de carater. E' mais republicano do que nós. Você sabe que tinha motivos de coração para não tomar parte na Republica, mas si algum dia perigar esta, será nas mãos dele que ha-de salvar-se (128).

Vitoriosas, as forças federalistas espraivavam-se pelo Paraná visando São Paulo, ocupação que, a efetuar-se, levaria o Governo Federal a gravissima posição. Barrou-lhe Carneiro o caminho, durante um mês, na Lapa, á frente de uma tropa bisonha, mas heroica, — cerca de 800 homens que, ao cabo, não passavam de 400. Havia escrito Dourado, cronista da coluna Gumerindo: “Estava, portanto, o Paraná em nosso poder, exceto esse osso da Lapa, que nos atravessava a garganta”. Mario Tourinho, um dos bravos officiaes da resistencia, por seu lado escreveu:

Teimaram e encontraram um Carneiro que lhes diria: não passarão! E não passaram. Não foram além do Paraná, Carneiro morreu, mas cavou o tumulo da revolução (129).

Foi ainda Pedro Calmon quem contou, num livro emocionante, o quadro dessa resistencia, como nela se fi-

(128) Idem.

(129) David Carneiro, *O Cerco da Lapa e seus herois*. Ed. Navarro, 1935.

nou o chefe, ao lado de companheiros que dia a dia também caíram, numa falta de tudo; ao mesmo tempo a espera paciente e diaria de recursos prometidos, que não chegavam. Mas valeu:

Carneiro reteve Gumercindo pelo tempo conveniente. A sua sina de guardião de fronteira lá o imobilizou, no altiplano da Lapa, para que resultasse do seu sacrificio a salvação da Republica (130).

Outro livro, não menos triste, narrou os episodios do cerco, rematado por esse atestado na ordem do dia de Piragibe, igual como adversario a Gumercindo: "Ele (o inimigo) cedeu sem duvida á vossa tenacidade e intrepidez; mas só o fez depois de uma resistencia verdadeiramente heroica". Conclue David Carneiro:

O erro militar dos federalistas foi a teimosia em se fecharem, de se baterem e conquistarem a Lapa, depois de terem na mão o Estado e os recursos belicos tomados nele (131).

A vitoria facil, até então, a resistencia tenaz e desesperada, depois, geraram a frouxidão, o desanimo com todas suas consequencias. "Em Curitiba, registou o mesmo Dourado, reinava uma certa dissolução latente, que não

(130) Pedro Caímon, *Gomes Carneiro, o General da Republica*, cit. «Como o velho exercito teve Caxias e Osorio, o exercito da Republica tem o seu general, o maior, entre os grandes militares de sua geração: Antonio Ernesto Gomes Carneiro».

(131) David Carneiro, *O cerco da Lapa*, cit.

tardaria em se manifestar". Gumerindo e Aparicio, dividindo o exercito em três colunas, retomaram o caminho do Rio Grande do Sul; enquanto Juca Tigre foi por Guapuva e Palmas, para passar á Argentina. Ocorreram nessa época os excessos, que para sempre puzeram uma terrivel mancha na historia das guerras civis brasileiras. Do lado dos federalistas, contou-se a hecatombe do Rio Negro, com requintes de crueldade lembrando cousa igual no Uruguai, anos antes. Escreveu Germano Hasslocher:

Como a tropa que levasse para um matadouro, sem atender a que eram nossos patricios, que ali estavam em nome de seus principios, defendendo sua causa, a soldadesca encurrála-os em uma mangueira de pedras e, um por um, friamente, debaixo de galhofas, fá-los sair e corta-lhes a carotida, degolando os infelizes. Era a reprodução de Quinteros, mais requintada na fórmula, igualmente hedionda no fundo (132).

Do lado dos legalistas, a execução do quilometro 65, na Serra do Mar, levantou justo brado de horror. Fariam dela responsavel o Executivo Federal, mas a verdade esclareceu-se depois, — um desses paroxismos das guerras civis, nos quais os homens se excedem a si mesmos em ferocidade. Escreveu David Carneiro na sua devassa historica do drama, onde o tio, o Barão do Serro Azul, tinha sido a vitima principal:

(132) W. Escobar, *Apontamentos para a historia da revolução de 1893*. Porto Alegre, 1920,

Joaquim Augusto Freire, que exercia as funções de capitão, fôra o mentôr, segundo sua declaração expressa e para vingar-se de uma tentativa de suborno, desse assassinato, consentido pelo general Quadros. Mais de meia-noite, o comboio pára. Os presos são jogados fóra do carro e, de um em um, friamente fusilados, não com a forma de uma execução regular, mas como um assassinato que foi em forma de caçada.

De fato, á luz bruxoleante das lanternas do tragico comboio e á luz clara de um luar fulgurante, sem aparato das grandes execuções, com a classica venda, o comando de fogo pelo condenado ou a execução em conjunto, as mortes do quilometro 65 dariam mais a impressão de um crime, de um acesso de loucura que atacasse a soldadesca, do que a ideia de execução judicial de cidadãos culpados.

Adiante:

Balbino de Mendonça tenta agarrar-se á balustrada, mas a coronhadas, lá o jogam pelo despenhadeiro abaixo, cortando-lhe a vida a balazios. Matos Guedes tenta fugir, mas uma descarga o prostra. David Carneiro, socio do Barão, ouviu de um soldado, a descrição do crime: "Um tal que "diz-que" era Barão, se ajoelhou e disse: meus filhos! Mas eu não tive pena, e lá mandei um, certoiro".

No dia 21 de Maio, os passageiros da tabela que iam para Paranaguá, lobrigaram no quilometro 65, o espetaculo de imensa e eterna tristeza historica. Seis cadaveres jaziam num terraço de montanha. Não sabiam quem eram, mas dali mesmo as hipoteses fixaram alguns, com visos de verdade. O

Barão foi reconhecido pelo capote. Presciliano Correia, pela barba á portuguesa. A' tarde desse dia, o Paraná inteiro conhecia o drama da Serra do Mar, em quasi todos os seus detalhes de horror (133).

Esse drama do quilometro 65, bem como as execuções de Sepetiba e ilha do Boqueirão, levantaram, então e por muito tempo depois, contra o Governo Federal, as execrações da ira partidaria. Provieram, porém, mais das paixões desencadeadas do que de propositos friamente concebidos e executados. Em todos os tempos foi assim, o desvario humano teve desfecho que circunstancias do momento propiciaram. Chefe de familia exemplar, soldado que sempre fôra de sua profissão, não se conheceu em Floriano, mesmo nos dias mais duros da campanha do Paraguai, gesto ou ato que não fosse de apreço pela vida alheia. Não foi dele, na propria revolta da armada, a recusa de cortar a agua aos "neutros" da Ilha das Enxadas? De seus auxiliares imediatos, nenhum deixou de ter o sentimento geral humano, que é tão da gente brasileira. A imaginação, sim, trabalhou sobre esses e outros fatos, aqui e no estrangeiro, sobretudo porque sobre eles não ocorreu a repressão implacavel, como devia acontecer e considerações da hora houvessem talvez sustado ou esquecido. Para levantar a opinião mundial, sobre esses acontecimentos falsos ou não, bastava a palavra de Ruy Barbosa, com o acento que lhe sabia dar

(133) David Carneiro, *O cerco da Lapa*, cit.

(134). A mocidade, nas lutas civis, é muita vez desorientada pelo furor sanguinario; e alguns dos cadetes da legalidade ou da revolução, lembravam o herói de Dostoievsky: "Joven e abstrato, ele era, pois, cruel" (135).

(134) Fugindo á ira jacobina, alheio á revolta da armada sobre que não fôra ouvido, contou, por exemplo, Ruy Barbosa ao *Diario* de Buenos Aires, logo ali desembarcado, os horrores da metropole reduzida a uma chacina terrivel, que lembrava Rosas e seu tempo, com varios carros cheios de cadaveres sem cabeça. «Prega-se a vingança, a responsabilidade dos filhos inocentes pelos pecados dos seus progenitores», dizia o manifesto publicado em seguida por *La Nacion*, pois Floriano criara o «sentimento das represalias sanguinolentas, que hão de transformar esse Governo num circo de fêras...» Residente depois em Londres, de onde mandou aquelas admiraveis *Cartas de Inglaterra*, foi em Francia, sombrio e barbaro, que achou o simile do Presidente Brasileiro. Antes tivera que deixar Lisbôa á vista de certa vigilancia, de que se dizia alvo ali. Então, escreveu: «Para sentir a patria é preciso ama-la na privação e no desterro. O aconchego inefavel da familia está longe de supri-la». E' a vida um mestre na ironia, pois naquela capital mesma, Ruy, membro do Governo Provisorio, se tinha posto de cá em movimento para que outro homem publico brasileiro, antes exilado, não pudesse ter na opinião o éco que buscava. Comparar: Afonso Celso, o *Visconde de Ouro Preto*, Livraria Globo, Porto Alegre, 1935.

(135) Falando de Floriano, a proposito das execuções de Santa Catarina, J. J. Seabra, insuspeito porque desterrado por ele, diria longos anos depois: «Degolaram até o barão de Batovi, Marechal do Exército, com 70 anos de idade. E o filho teve de acompanhá-lo até o suplicio... Tristes épocas que não convem rememorar. E' uma pagina viva da historia politica e Deus perdôe áqueles que tanto mal fizeram ao país! A verdade, porém, é que muita cousa se fez sem ciencia do Marechal Floriano Peixoto. Ele proprio o dizia mais tarde. Muitas atrocidades, muitas barbaridades foram cometidas sem seu conhecimento». *Diario do Poder Legislativo*, Camara dos Deputados, 16 de julho de 1936.

CAPITULO XVIII

MINISTRO DA ORDEM

Durante parte desse periodo convulso, foi Fernando Lobo o ministro da ordem. Luta em terra e no mar, havia outros responsaveis junto do Presidente; ao passo que com ele estava a paz das ruas, a defesa civil das instituições.

Correu mundo o quadro de Floriano, sargentão de chinelas, vago o olhar, preguiçoso o gesto, decidindo da cousa publica num conselho de validos ignaros. E não era assim (136). De cultura media geral, não se ufava de lér livros importados, mas versou o país nos seus problemas e nos seus homens. Um fundo inato de desconfiança armava-lhe o espirito de certa astucia, condimento essencial na cozinha dos negocios publicos; mas jámais sem abstracção de sentimentos ou principios, que

(136) O *Jornal do Brasil*, por exemplo, achava nulos os ministros. «O contrario da França sob Thiers: á incompetencia do Chefe da Nação reune-se a incompetencia de seus ministros». Outro comentou: «Não é o governo pessoal, contra que tanto clamamos sob o Imperio. E' o governo personalissimo da incapacidade de um homem, multiplicada por tantas incapacidades quantos os ministerios». O *Tempo*, 6 de Junho de 1893.

sempre prezou, ou a negação de qualquer ação construtora.

Prova-se a capacidade do homem de Estado, não só com o que executa, mas também com o estofado dos auxiliares de que se cerca. A este respeito, sem embargo de escolhas menos felizes, não pôde negar-se que Floriano teve ao seu lado alguns dos melhores homens de então. Assim, por exemplo, foi seu conselheiro financeiro ninguém menos do que Rodrigues Alves, quando o *Times*, — termometro invariavel de todas nossas aventuras nesse capitulo, — comentava em Londres que o papel-moeda em circulação passára, entre 1889 e 1893, de 186.000 a 513.000 contos; e o cambio descera de 27 $\frac{1}{2}$ a 10 $\frac{3}{8}$. Na pasta da Marinha, teve Custodio como Ministro, e si não Saldanha, foi, como vimos, porque este recusou. Na pasta politica, sentou-se ao seu lado José Higino, a quem a renuncia, por divergencias pessoais, não impedio que passasse para o mais alto tribunal do país, onde Floriano collocou também, entre outros, Macedo Soares, Espirito Santo, Barros Pimentel, com cujas togas só se enobreceu a justiça. Por ultimo, si Carlos de Carvalho não pôde ficar sinão breves dias na pasta do exterior, isso não diminuiu a intenção presidencial. Atos houve nela que indicaram uma orientação: a escolha de Rio-Branco, para a defesa de nossos interesses territoriais nas Missões, é um deles.

Desses auxiliares ou conselheiros, foi Fernando Lobo o mais modesto mas, com certeza, o menos desatendido. Fernando Lobo apreciava em Floriano Peixoto a

singeleza chã, o senso nacional, a tenacidade em favor do que julgava ser o interesse publico. Floriano tinha, por sua vez, na austeridade do seu ministro, nos tesouros de sua bondade, no equilibrio de seu julgamento, um dos melhores esteios de seu governo. Divergiram varias vezes e profundamente. Sabia o primeiro obtemperar, não ignorava o segundo como resistir. E onde a transação foi possivel, entre o desvario jacobino e a rebelião clandestina, entre os excessos policiaes e os principios de justiça, sinão de humanidade, entre a força e a razão, dominou o equilibrio, prevaleceu a bôa norma. Um dia ha-de escrever-se a historia dessas horas perturbadas, nas quais a bôa ação não teve éco publico porque bôa, e a má, por isso que má, levantou, só ella, imprecações nem sempre procedentes.

Medeiros e Albuquerque, nas suas *Memorias*, Rodrigo Octavio, nas suas *Memorias dos Outros*, jacobinos ao tempo, descreveram o meio que cercou Floriano. Limpo de carater e coração, mais de uma vez, muitas vezes o sentio Fernando Lobo, embora fazendo justiça ao Chefe do Estado, que teve consigo, ao lado de certa gente que a vasa das revoluções faz subir á tona, homens do mais puro calibre espirital e moral. Devido a questões suscitadas por aqueles elementos ou em consequencia de divergencias politicas, Fernando Lobo renunciou o cargo mais de uma vez, varias vezes, mas o reteve sempre o Marechal, até que, alquebrado e doente, o abandonou afinal. E' carateristico que nos rarissimos papeis por elle deixados, póde-se dizer que a nota da demissão predomina.

O estilo é seco, duas ou três palavras no maximo, encobrindo divergencias graves, referentes á sua pasta, ou á defesa das prerrogativas dela.

De fins de 1892, foi seu primeiro bilhete escrito. Mas já a 10 de Março seguinte, retomou a deliberação, por embaraços encontrados. A 3 de Setembro, quatro dias antes da revolta da armada, o estado de saúde lhe era tal, que nem o carro podia tomar para ir á Secretaria, a isso aludindo os jornais (137); mas retirou o pedido de exoneração, devido aos acontecimentos subsequentes. A 20 de Novembro não podia continuar, solicitando a exoneração que veio cerca de um mês depois. Outros trechos de sua escassissima correspondencia escrita mostram o carater de Floriano, como quando, tendo sido suspenso o comandante de um dos batalhões da Guarda Nacional, mandou-lhe o Presidente (17 de Junho de 1893): "Sempre é agradável desfazer um ato que reconhecemos ter sido pouco justo". Ao acaso, esta carta de demissão, de 14 de Outubro de 1893, é característica:

Não tendo podido comparecer ontem á noite ao Itamarati, por motivo de saúde, providenciei para

(137) «Ao Dr. Fernando Lobo atribuem-se officiosamente impedimentos de saúde. Por essa versão, S. Ex. está sofrendo accessos de febre intermitente, que nestes ultimos dias se têm agravado. O Dr. Fernando Lobo é o decano dos Secretarios de Estado que executam a politica do Sr. Vice-presidente da Republica, acompanhando-o desde Dezembro de 1891. S. Ex. foi Ministro das Relações Exteriores, passando depois para o Ministerio dos Negocios Interiores». *Jornal do Comercio*, 5 de Setembro de 1893.

que fosse entregue a V. Ex. o decreto coletivo de estado de sitio.

Com surpresa, porém, no *Diario Oficial*, de hoje vi publicados mais três decretos referentes á pasta da Justiça, sem que eu deles tivesse nenhum conhecimento. Em tais condições, não obstante a minha dedicação pela causa da Republica, vejo que meus serviços são dispensaveis ao Governo e peço a V. Ex. digne-se de exonerar-me.

Ou esta, anterior, de 29 de Março de 1893:

Tendo ultimamente encontrado embaraços na gestão da pasta que V. Ex. dignou-se de confiar-me e não desejando servir de obstaculo ao governo de V. Ex. e á administração, rogo o obsequio de exonerar-me, com o que muito obrigará ao de V. Ex. etc.

Quando, já fóra da politica, morresse Fernando Lobo, este depoimento de Mario Santos num jornal de Minas (1918) seria como uma voz da verdade sobre seu caixão:

Acaba de morrer Fernando Lobo. Eu o conheci no Rio, quando a bota ferrada de Floriano esmagava a Republica. Eu fui um dos que mais violentamente combateram o governo do Marechal, editando a minha veemente palavra de opposição solta nas colunas da *Cidade do Rio*, que vivia de sobressaltos e espionada sem descanso. A dinamite, nesse tempo escuro, tinha um só endereço, o jornal de Patrocinio e o impavido jornal de opposição vivia

e José do Patrocínio em toda a parte aparecia... Fernando Lobo, esse que acaba de sumir-se no tumulto, deixa um claro imperecível... Ele morre quando não devia extinguir-se materialmente.

Do que foi, entretanto, a paixão circunstante, dá prova este grito que, nas vésperas do asilo de Saldanha, se leu num dos jornais legalistas, sob o título de *Dies Irae* (*O Paiz*, de 10 de Março de 1894):

Dies irae... Está proximo o dia da reivindicação e da justiça, tudo faz prever. Esse dia, a que os rebeldes tanto aludem, denominado *Dies irae*, ha-de ser, na verdade, um dia de formidaveis reparações, de terror talvez, de melancolia por certo, como sonhava esse monge genial ao compôr em latim barbaro, num ritmo monotono de resignação e de dôr, as estancias desse poema sagrado, que o órgão das cathedrais da Idade Média tornava mais lugubre, cheio de lagrimas e de espanto ante a visão apocalíptica do Supremo Creador.

A imagem de Floriano, pessoal, absorvente, provinha dos acontecimentos circunstantes, primeiramente; e, depois, da propria orientação constitucional, que reconhecia no presidente o só responsavel por tudo, sendo meros auxiliares seus secretarios. A falada hipertrofia dos outros poderes ia crescer com os anos, até dar lugar afinal a uma revolução reformadora. E o resultado seria uma soma ainda maior de autoridade nas mãos do Chefe do Executivo, situação em que o proprio estado de sitio não mais valeria, com todo seu aparelho repressivo, para a chamada manutenção da ordem publica e das instituições.

E' o tempo o grande mestre. No contraste, que depois se vio, a reabilitação de Floriano foi excusada, porque implicita.

Além disso, iniciava-se, então, a pratica de um regime totalmente novo, no qual o Estado e as liberdades caminharam ao sabor um pouco da paixão de alguns, mas certamente e muito á custa da inexperiência de todos. O 10 de Abril suspendeu as imunidades, deportou e prendeu; mas a regra se atenuou logo depois, ainda sob Floriano (138). Fernando Lobo, que assinou o decreto com todo o ministerio, não era dos que menos lutavam, raiando a anarquia, pelo respeito da lei, o imperio da equidade. Quando ocorreram as deposições nos Estados, pôs ele em mesa o problema pela frente, propugnando a destituição simples e automatica dos governadores perjuros, em vez do que prevaleceu e que não faz honra aos primeiros dias da Republica. E' que era um disciplinado, tanto quanto sua concepção moral ou politica da questão

(138) Alunos da Escola Militar tinham ido á Camara protestar contra as palavras de um deputado. A Mesa julgou-se coata, procedendo á evacuação das galerias. Fôra, manifestaram-se com estrondo. J. J. Seabra pediu então que a sessão fosse permanente até ser a Camara desagravada. Francisco Glycerio achou que a resposta do Poder Executivo fôra fria, não satisfazia. O Senado fez-se solidario. O Ministro do Interior explicou, então, que o Governo estava agindo, não deixando de punir os culpados. Escreveu Fernando Lobo: «Não devendo nem querendo o Governo ser indifferente á menor violação das imunidades parlamentares que hoje, como sempre, continuam a ser plenamente garantidas, manifesta a sua inteira reprovação ao fato trazido ao seu conhecimento e vai determinar a mais rigorosa sindicancia, afim de proceder á repressão do fato e punição de seus autores». 6 de Julho de 1893.

em fóco permitia enfrenta-la dentro do ministerio. Sabia arcar, por isso, com a responsabilidade mesmo do que lhe não cabia, qualquer que fosse o escarceu publico; e mais de uma vez foi este grande (139). Escreveu-se a proposito:

O Ministro do Interior, o Dr. Fernando Lobo, era um tipo dos mais curiosos; perante o Chefe do Estado resistia, quanto possivel, aos atos com que não estava de acôrdo; vencido, submetia-se e em silencio arcava com toda a responsabilidade (140).

Tanto mais difficil era a posição, quanto a fibra civil do país não havia entrado no sono, que mais tarde a colheu, — e maiores foram depois os agravos. Ameaçada a ordem com o manifesto dos generais, o que cumpria era assegurar a articulação mestra do país, para cuidar em seguida da defesa militar, caso os acontecimentos se agravassem, como aconteceu. São Paulo e Minas, esta com Affonso Penna, aquella com Bernardino de Campos, formaram logo ao lado do governo legal, circumstancia relevante para os acontecimentos posteriores, — e isso mais

(139) Para citar um só caso. Havia sido suspenso um Juiz de suas funções. «Nem a magistratura escapa», exclamou-se. Concluindo: «Veja o digno Chefe da Nação que aqueles que mais conspiram, que mais desabonam sua politica, são, muitas vezes, os que servem a seu lado, aqueles que, abusando da sua confiança generosa, arvoram-se em despotas de secretaria. Que se governe com a força, vá; mas com a inepecia, nunca!» *O Paiz*, 9 de Abril de 1893.

(140) *Historia da Revolta de 6 de Setembro de 1893*, cit., publicada no *Comercio de S. Paulo*.

por um movimento instintivo de conservação, diante da anarquia, do que de combinações partidarias: — quando essa identidade de vistas, conservadora e organica, deixasse de subsistir, muitos anos depois, abrir-se-iam dias de inquietação como o Brasil não conhecera. Mineiro, a ação de Fernando Lobo encontrou no Presidente do seu Estado a mais pronta e eficaz resposta; e de ambos, o que não aconteceu tambem depois, foi a decisão mantida até o fim, de que Minas seria asilo inviolavel para os que a ela acorressem, na tempestade politica desencadeada (141).

Nessa tempestade, nem tudo foi despotismo ou servilismo, como se escreveu ou pensou. Defendia-se o Governo numa posição grave; e seu primeiro estado de sitio, o de 10 de Abril, foi apenas por 72 horas, ainda assim mantendo a inviolabilidade do sigilo da correspondencia, a liberdade de imprensa e de locomoção. Suspensa, pela violencia de alguns de seus porta-vozes, a de imprensa depois, nela se buscaria, mais tarde, confronto menos des-

(141) Escrevendo a Fernando Lobo a proposito da situação politica agravada pela revolução rio-grandense, disse Affonso Penna (1 de Maio de 1893): «Tenho o maior empenho em ver o governo do Marechal livre de dificuldades, pois é convicção minha profunda que a sua continuação na suprema magistratura é condição para que o Brasil fique livre de gravissimas perturbações politicas, que abalariam as instituições e comprometeriam o nosso credito». A proposito da revolta da armada, logo depois ao mesmo destinatario: «A reprovação á revolta vai-se pronunciando em todo o Estado e terá visto que homens do maior valor politico já se pronunciaram» (10 de Setembro de 1893).

favoravel, á vista do que o tempo revelou (142). Corriam as dedicações florianistas parelha com as diatribes subversivas, enquanto jornais estrangeiros escreviam cousas inacreditaveis num regime que fosse terrorista (143). As communicações rebeldes para seus chefes iam muitas vezes através dos navios estrangeiros (144); circulavam

(142) Na defesa de Floriano sobresaía *O País*, a principio reticente. No ataque, a *Cidade do Rio*. A *Gazeta de Noticias e o Tempo* estiveram suspensos, mas por pouco tempo. Quanto ao *Jornal do Comercio*, aplaudio a repressão de 10 de Abril, com reservas sobre as prisões e deportações. Já Ruy na columna de honra do *Jornal do Brasil*, passou o velho orgão a uma posição de reserva. Ele dava á revolta o titulo de «Os acontecimentos», por si expressivo. Por fim silenciou totalmente. Três policias, explicou a redação (23 de Dezembro de 1893), um deles com carabina, intimaram o *Jornal* a não publicar occurrencias que alarmassem a população. Silenciaria daí por diante, fazendo votos por que terminasse «aquele conflito infeliz».

(143) «Uma porcentagem enorme dessa população, falou dos cariocas o *Echo du Brésil* do Rio, uma vez quebrado o dominio da autoridade, se torna em populacho desenfreado e terrivel. As fileiras do exercito, da armada, da policia e da guarda nacional, procedem dessa classe». 7 de Outubro de 1893. George Heroult, redator-chefe, foi a 5 de Dezembro seguinte, convidado a deixar o país. Comentou-se: «Desde que começou esta execranda revolta, o estrangeirismo manifestou-se com verdadeira alacridade. Excepção de um unico jornal estrangeiro, dos que se publicam nesta capital, os outros não dissimulavam siquer sua simpatia». *O Tempo*, 9 de Dezembro de 1893.

(144) O correspondente do *Times*, Mr. Ackers, sempre bem informado, era assiduo junto dos revolucionarios; por ele se anticipou de quasi um mês, em Londres, a decisão de Saldanha de entrar na luta, saindo antes Mello para o Sul, como aconteceu. De bordo do *Liberdade*, capitanea de Saldanha, assistio ao combate da Armação. Ruy Barbosa, para citar mais um exemplo, tentou voltar ao Brasil, de Buenos Aires. Passageiro do *Madalena*, foi hospede do *Aquidaban* por três dias, antes de tomar o paquete

em terra boletins subversivos; jornais da capital liam-se a bordo da esquadra. Escrevia Saldanha, a proposito, a Silveira Martins:

Escreva-me V. Ex. sempre que puder, pelos paquetes estrangeiros, sobretudo pelos ingleses; á chegada deles, mandarei a bordo pessoa de confiança (145).

inglês, que o conduziria de novo ao Rio da Prata. «Foi então que se fez sinal para o *Aquidaban*, postado não longe dali. O almirante Custodio de Mello enviou imediatamente um escaler que transportou Ruy para aquele vaso de guerra, de que foi hospede por três dias». *Ruy Barbosa, Mocidade e exilio*. Cartas ineditas prefaciadas e anotadas por Americo Jacobina Lacombe. Empresa Nacional Editora, São Paulo, 1934.

(145) J. J. Silveira Martins, *Silveira Martins*, cit. Antes de sair para a Argentina, Ruy pediu asilo á Legação Britanica, sendo recusado por não correr perigo sua vida, como é da tradição inglesa e norte-americana em contraste com a pratica latino-americana. Deu-lhe asilo a chilena. Escreveu, então, suas celebres palavras: «teria havido provavelmente iminencia de perigo se eu tivesse entrado de gatinhas pelas escadas da Legação Inglesa com as baionetas em perseguição». Ver: Mario de Lima Barbosa, *Ruy Barbosa na politica e na historia*, cit.

CAPITULO XIX

AINDA RUY E A LIBERDADE

Escreveu-se tambem do conformismo judiciario, quando a verdade é que o que lhe deu praça foi o gesto de Ruy Barbosa beijando a mão do só juiz que lhe atendia ao apelo dramatico. Ele mesmo diria:

Vendo perder-se tudo, pela distensão de todas as molas morais dentro e fóra da politica, refleti entre mim: "Seis homens desta tempera comporiam o alicerce da Republica e salvariam a Patria".

Passou-me pela consciência como que uma dessas intuições supremas da fé, uma dessas encarnações visiveis da palavra biblica, e cheguei a compreender como os merecimentos de um homem pudessem resgatar as culpas de uma Nação.

Esse tribunal, contudo, mandava pôr em liberdade os presos civis do *Jupiter*, ao manter o carater militar, — e difficil seria provar que o não era, — do ato subversivo de Wandenkolk (146). A ação de Ruy provava animo

(146) «Comecei requerendo *habeas-corpus* ante o Supremo Tribunal Federal em favor de quarenta e oito daqueles presos. O poder manifestou o seu despeito ante essa tentativa de reparação

pessoal, mas era também indício de que havia ambiente para tais desafogos.

Ele mesmo escreveria sobre esse pedido de *habeas-corpus*; e já coragem fôra o outro, de 10 de Abril:

Nesse dia, carregado de tristezas e ameaças, uma multidão de secretas coalhava o auditorio do tribunal.

Saimos acabrunhados, mas com a pele ilesa. A legião policial não tivera nas nossas expansões de contentamento em que exercer a sua sanha.

Impetrando a ordem de *habeas-corpus* pelos presos de 10 de Abril, orou Ruy:

O governo, oceano de arbitrio, em cuja soberania se despenham todos os poderes, se afogam todas as liberdades, se dispersam todas as leis. Anarquia vaga, incomensuravel, tenebrosa como os pesadelos nas noites de crime.

Como este rio carregado de densos sedimentos, que nas suas cheias, se precipita dos planaltos do norte da China, transformando-lhe de improvisa a face, abrindo-lhe vastos mediterraneos na superficie povoada, cavando instantaneos algares e torrentes,

legal, negando a apresentação dos pacientes á Justiça. Esta, não obstante, concedeu liberdade a todos. Pedi também ainda para outro e obtive-a. Ficaram apenas o almirante Wandelkolk e dois outros officiais, como aquele reformados. Sustentava eu que, como reformados, estes officiais não estavam sujeitos á jurisdicção militar e que esta exceção favorecia mais o almirante Wandenkolk, por força da immuidade parlamentar, nos termos em que a Constituição brasileira a define». Fernando Nery, *Ruy Barbosa. Ditadura e Republica*. Guanabara. Rio.

submergindo campos e cidades, a força, a inundação cega, que não conhece o direito, cobre agora as instituições republicanas.

Em relação ao Supremo Tribunal Federal, Floriano cometeu erros de escolha, com a nomeação de dois generais e de um médico para seu seio. Teria interpretado o Tribunal como expoente da vida do paiz em suas varias manifestações? O certo é que a correção veio do proprio poder publico, ao negar o Senado sua aprovação. Vêr-se-ia isso depois? Na luta não faltou ao legislativo resistencia, nem nobreza. Depois de longo debate, a intervenção no Rio Grande do Sul caio no Senado por 34 contra 33 votos. O sitio, decretado logo após a revolta armada, teve na Camara 27 votos contra; um representante da Baía retirou-se, porque, nas suas palavras, "não queria entregar o país amarrado ao poste da tirania"; enquanto outro, do Pará, fazia o mesmo, pois "não queria sancionar atos ilegais".

Falando, mais de quarenta anos depois, sobre os successos de S. Catarina, nos quais foram fusilados o Barão de Batovi e outros revolucionarios, J. J. Seabra referio-se á época de Floriano, por quem fôra deportado, para lembrar que, mesmo nela, a denuncia que ofereceu contra o Marechal não havia sido aceita por seis votos apenas. Disse S. Ex. (Camara dos Deputados, 15 de julho de 1936):

Está aqui quem denunciou o Marechal Floriano Peixoto e, quando encaminhamos á Mesa a de-

nuncia, esta contava com 64 assinaturas, entre as quais a de Rosa e Silva.

Vejam bem Srs. Deputados, como os tempos mudam. E nós podemos exclamar: *O tempora, ó mores!*

Então, as transgressões da Constituição, praticadas pelo Marechal, que havia dado sua vida nos campos de batalha, em defesa da honra do Brasil, os que velavam pela Constituição e pelas leis não trepidaram em denunciar, assinando uma denuncia que pedia para o Marechal as penas da lei de responsabilidade. Quem tentaria hoje apresentar uma denuncia contra o atual Governo? Quem ousaria fazê-lo? Com quantas assinaturas appareceria a denuncia?

Livro recente ha que, para pregar as benemerencias do regime parlamentar, deprecia o republicano, que o abandonou, elevando o monarchico, a cuja sombra cresceu. James Bryce mostrou cabalmente, e Woodrow Wilson comprovou, que a beleza da organização politica norte-americana reside na celula estadual, fonte de riqueza geral e entrave definitivo a toda intervenção menos legitima do centro. Por mais que queira, o Chefe da Nação não póde ser ali o ditador que vemos noutros países, e, quando investido de poderes discricionários, só o é por força do legislativo e vigilancia do judiciario. Pois, na imagem do escritor brasileiro (147), o que buscamos em 1892 foi imitar "o pesado e grosseiro autoritarismo do sistema americano". Bem se vio, recentemente, sob

(147) José Maria dos Santos, *A politica geral do Brasil*, cit.

Franklin Roosevelt, em que consistio esse autoritarismo, — toda uma politica social e economica vigiada pelo poder legislativo, quando não anulada pelo judiciario.

São poderosos, entre nós, os Chefes da Nação porque lhes faltam, precisamente, os entraves que deparam na União Americana. E os fazemos santos ou diabos, conforme os acontecimentos, quando o certo é que, si têm culpa o meio responde por muito mais. Além disso, porque responsabilisar, a este respeito, Deodoro, Floriano, e sómente eles, pelos males iniciais da Republica, quando muitas causas vinham de trás? O desequilibrio economico e financeiro, por exemplo, tinha grandes raizes na abolição da escravidão; parte das querelas politicas provinha da questão militar, iniciada em 1886. Não se póde dizer que a Republica, neste particular, se fez sem sangue nem luta, porque tudo isto veio depois. O 7 de Setembro de 1822 foi tambem tranquilo; mas que representam, provindo direta e imediatamente dele, os acontecimentos do 1.º Reinado e da Regencia? No 15 de Novembro, um homem antevio o declive, procurando realizar reformas essenciais: Ouro Preto. Mas era tarde.

Sob essa luz é que Floriano deve estudar-se; e não sob o prisma de paixões legitimas ou não. Ele soube, apesar de erros graves fazer face á desordem, amparando numa hora dubia, porque de transição, o regime na sua estrutura. Dos três em luta, só ele teve espirito politico. O *Comercio de São Paulo*, órgão dos interesses monarquistas do Estado, que havia sido suspenso por um mês, durante o levante da esquadra, não se correu de in-

serir na *Historia da Revolta*, publicada em suas colunas (1894):

Porque verão, quando serenarem as paixões, o serviço que esse homem prestou de haver resistido á revolução e de manter-se no posto em que a lei o colocou, foi o maior que se podia prestar á nossa Patria ameaçada de se engolfar no abismo da caudilhagem.

Com reservas sobre o homem e os meios de que lançou mão, deixou dito, por sua vez, autoridade insuspeita, Joaquim Nabuco:

Não quero negar, ignorando o genio e o relance do general em chefe, que o Marechal Floriano tivesse revelado no Itamarati algumas qualidades de primeira ordem.

Foram estas, porém, a tenacidade, a solidez ferrea com que ele, em uma época de frouxidão, e diante de uma revolta senhora da baía, apurou a obediencia, a fidelidade, a submissão do exercito, desde as mais altas patentes, até converte-lo no instrumento que foi nas suas mãos (148).

Ponto relevante havia, nessa fásé atomentada do Brasil, sob cujo desfecho Floriano pareceu um enigma: o de saber si, ao cabo do mandato, passaria o poder ao seu substituto. Então em Paris, para os preparativos da

(148) Joaquim Nabuco, *A intervenção estrangeira durante a revolta*, cit.

invasão do Rio Grande do Sul, que faria depois, Saldanha não tinha Prudente de Moraes em bôa conta. Quanto a Floriano, seria feito ditador. A "famigerada eleição de 1.º de Março" é como se referia aos sufragios que teve o primeiro presidente civil do país. Escreveu-se:

A convicção, que levara, de que este (Floriano) se prolongaria inevitavelmente no poder, arraigou-se ainda mais no convívio dos altos círculos políticos e diplomaticos da França, nos quais possuía as mais distintas relações.

Os ministros estrangeiros, residentes no Rio de Janeiro, mandavam a respeito as mais assustadoras informações, anunciando a ditadura iminente do Marechal vitorioso e pedindo urgentemente novos navios de guerra para que garantissem os interesses ameaçados de seus compatriotas. O proximo 15 de Novembro se afigurava assim de longe um dia de funestas consequencias. Grande parte do exercito saíria á rua proclamando Floriano ditador por cinco anos.

E apesar de se dizer que, no norte, havia governadores armados até os dentes, como o de Pernambuco, e dispostos a resistirem a esse novo estado de cousas, a crença geral era que nada se oporia aqui á força das baionetas apoiadas no poderoso partido dos defensores da legalidade, como se haviam intitulado os adeptos do vencedor da revolta (149).

Sabia Fernando Lobo que erro tão grave o Marechal não faria, pois o que lhe não faltava era o sentido

(149) Dunshee de Abranches, *A revolta da Armada*, cit.

das instituições creadas em 1889. Mas outros, do circulo official ou intimo, inquietavam-se com a duvida, ou faziam por que o Marechal, forte com sua vitoria politica e militar, dêsse o golpe, conservando-se no poder. Seriam as eleições no dia 1.º de Março de 1894 e a 7 de Fevereiro anterior, ainda em plena revolta, havia o Marechal declarado em manifesto, entre os sorrisos dos descrentes, num anelo que foi perene contraste com a realidade, antes e depois: "O voto expresso na cedula torna inuteis as revoluções". Ainda não se haviam recolhido os revoltosos aos navios portugêses, e processou-se a eleição. Não era dos pendores officiais o candidato eleito. Para sua escolha, teria havido mesmo discreta reserva. Veio Prudente de Moraes ao Rio, para a solenidade da posse, nas tristes condições que Rodrigo Octavio descreveu. Floriano não lhe mandou um carro, não lhe delegou um representante, mas passou-lhe, o que mais importava, o poder, quando sabia que, para meia duzia de chefes e muita tropa, bastaria anuencia sua para fazer-se ditador.

Escreveu ainda Dunshee de Abranches, com referencia a isso:

Censuraram-lhe esse ato. Atribuiram-no á mesquinha paixão pessoal. O proprio presidente, então empossado, não pôde esconder o seu despeito.

E todavia, quando se fizer a historia daquela ultima semana de governo, quando vierem á luz as provas documentais do que estava preparado, no dia em que se souber que o triunfador da revolta não

chegaria ao Senado, onde o aguardava o seu successor, ou se não saísse do palacio seria carregado em triunfo para o quartel general e ali sagrado ditador, não haverá que não o absolva de haver quebrado as exigencias da etiqueta. (150)

CAPITULO XX

CONSTRUIR, APESAR DE TUDO

Cerca de oito meses de ministro interino do Interior, quasi doze de efetivo da Justiça, depois que essas duas pastas se fundiram, não eram bastantes para nenhuma atividade construtiva. A escassez do tempo se unia á desordem social e politica, impedindo a Fernando Lobo, ou outro qualquer em seu lugar, resultado além da repressão da revolta.

Era, sobretudo, o periodo da transição da monarchia centralizada para a republica federativa, problema complexo e difficil, em que os Estados deviam pôr em andamento suas constituições (depois de 23 de Novembro haviam-se promulgado ainda onze), e a União, tambem no exercicio da que lhe coubera, tinha que adaptar-se á lição da realidade. O Ministério do Interior e Justiça, politico por excelencia, assumia nisso papel preponderante.

Nos dois relatorios que apresentou, um a 22 de Abril de 1892, mal inaugurado em suas funções publicas, outro, a 15 de Abril de 1893, já com mais de ano e meio de poder, Fernando Lobo deixou retrato de sua atividade, nos varios ramos em que teve de exerce-la. Ele vi-

na depois de José Higino, sucessor, por sua vez, de Tristão de Alencar Araripe, na sequencia de uma ação que visava, antes de tudo, adaptar o nosso aparelho de governo ás necessidades, tão perturbadas e tão complexas, da vida constitucional recém-inaugurada.

Administrativamente, propôz que se restabelecesse o antigo Ministerio da Justiça, "cujos trabalhos não podiam, sem prejuizo de sua regularidade, ser adicionados a outros, de tão diversa natureza", como as Directorias Gerais do Interior, Instrução Publica, Correios e Telegrafos. Estes, afinal, passaram para a Viação (151). Ainda assim, grande era o labor, porque não haviam diminuindo os serviços federais. Escreveu:

Decretada a Republica Federativa, como fórmula de governo, e convertidas em Estados federados as antigas provincias, longe de acusar-se desde logo, no trabalho a cargo do governo central, sensível diminuição como a muitos pareceria, tiveram os serviços pertencentes aos diversos ministerios notorio incremento, pela necessidade de se fazerem todas as reformas reclamadas pelo novo regimen politico e outras que as circunstancias aconselhavam.

Politicamente, havia que anular os atos da Ditadura de 3-23 de Novembro de 1891, restabelecendo-se as ga-

(151) «A experiencia de mais de um ano de trabalhos tem confirmado a necessidade da reforma, proposta no ultimo relatorio, de restabelecer-se o Ministerio da Justiça, separando os respetivos serviços dos que hoje pertencem ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores». Fernando Lobo, *Relatorio do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores*, 15 de Abril de 1893.

rantias arbitrariamente suspensas, e retomar com o Congresso a colaboração violentamente interrompida, colabação de que o primeiro orçamento da Republica constituia parte importante. Não só na sessão extraordinaria (18 de Dezembro de 1891 — 21 de Janeiro de 1892), mas na normal que se seguiu (3 de Maio — 12 de Novembro de 1892), a primeira, por assim dizer, legislatura republicana, essa obra de colaboração pôde levar-se a termo, tanto quanto o permitiam as circumstancias. Escreveu-se que o encerramento da sessão extraordinaria foi fruto de imposição presidencial, mas a verdade é que meses depois se abria o Congresso para suas sessões regulares, tomando a posição que entendeu e que, nem sempre de todo, foi a do Poder Executivo (152)

(152). Foram mais ou menos identicas, então, na Camara e no Senado, as moções de apoio ao Governo. Leiamos uma delas. «O Senado... resolve dar por terminados os trabalhos da presente sessão extraordinaria, esperando do Governo, em quem amplamente confia e que acha forte pelo apoio de toda a Nação, o emprego de todos os meios, mesmo os mais energicos, que as circumstancias aconselham, afim de manter a ordem, punir severamente os que tentarem ou vierem a tentar perturbar a paz e a tranquillidade publica, restabelecer o regime verdadeiramente federativo, conspurcado pelo ato de 3 de Novembro e consolidar a Republica». Era logo depois da revolta de Santa Cruz, quando São Paulo e Minas acudiam instintivamente ao apelo da ordem. Campos Salles foi decisivo no esclarecer a questão. Tudo explicou-se, entretanto, como capricho presidencial: «O parlamento só escapára à dissolução decretada pelo fundador da Republica, para anular-se, menos fragorosamente, mas com os mesmos efeitos praticos, naquela triste e deploravel simulação de consentimento». Vêr: José Maria dos Santos, *A politica geral do Brasil, cit.*

Si era grave o momento por que passavamos, não era novo na historia do país, nem peor do que alguns anteriores. Exarou a respeito o Relatorio de 1893:

Justo é recordar que, durante o periodo monarchico, por alguns falsamente preconizado como de paz e florescimento, com flagrante violação da verdade historica, justo é recordar, diziamos, que naquela fase de nossa historia politica, e por efeito de alterações institucionais, menos profundas e menos importantes, muito mais graves foram os abalos que sofreu nossa Patria, nos tempos que se seguiram imediatamente á Independencia, na época do advento do constitucionalismo monarchico, no periodo vulcanico da Regencia, e, posteriormente, nas agitações provocadas pela reação conservadora de 1847.

Regime eleitoral, descentralização administrativa, naturalização, higiene de terra e dos portos, organização estadual, bens de mão morta, ensino primario e secundario, recenseamento, codigo civil, codigo penal, magistratura, organização do Distrito Federal, abastecimento á sua população, combate á febre amarela, proteção aos lazarus e mendigos, cremação do lixo, assistencia á infancia desvalida, nada deixou de merecer a atenção do Ministro, no seu objetivo de pôr ao amparo da politica militante interesses permanentes do país que, por sua feição mesma, deviam estar fóra das discordias reinantes. Basta dizer que um de seus conselheiros em assuntos de higiene e medicina, o maior na verdade, foi Francisco de Castro, suspeito por sua amizade a Ruy Barbosa; e ficou

não só livre na sua benemerita profissão, mas sobretudo se manteve, contra vento e maré, na posição oficial que ocupava.

Na instrução superior nada lhe foi mais grato do que promover o reconhecimento da Faculdade de Direito de Minas Gerais, a primeira do Estado, ninho de verdadeiras sumidades jurídicas, quando não políticas. Agradeceu o Presidente do Estado esse ato, associando-se de coração "ao nobre sentimento de que se achava possuída aquela congregação e, posso acrescentar, todo o povo mineiro, pelo fato auspicioso da realização de ideia tão fecunda e que tão efetiva e diretamente deve atuar de modo benevolo no movimento progressivo, moral e intellectual do Estado" (1.º de Março de 1893). E a congregação congratulou-se também pela criação desse instituto juridico, "o primeiro estabelecido em nosso grande e glorioso Estado". Assinaram, entre outros como lentes, F. L. da Veiga, Sabino Barroso, Affonso Arinos de Mello Franco, Augusto de Lima, David M. Campista, F. Silviano de Almeida Brandão, Virgilio M. de Mello Franco, A. Gonçalves Chaves, Camilo de Brito, Levindo F. Lopes, A. de Padua Assis Rezende. O espirito de tolerancia do Ministro permitia que, na cidade de Juiz de Fôra, fosse adversa a administração local, pela liberdade com que, ministro federal, deixou correr a eleição; de modo que essas flores, que lhe mandavam da capital, serviam para compensar os espinhos do caminho.

Não lhe foram tampouco estranhos, apesar de tormentosos os dias, os problemas da instrução e da hygiene, fundamentais ambos a qualquer iniciativa de progresso no Brasil. Quanto aos primeiros, depoimento melhor não podia haver, por ocasião de sua morte, que o do adversario de 1893. Escreveu, com efeito, o *Jornal do Comercio* referindo-se ao Ministro de Floriano (21 de Fevereiro de 1918:

A situação do nosso ensino popular já o impressionava naquele tempo e, em paginas incisivas, mostrou que não poderíamos ficar indiferentes diante da enorme proporção de analfabetos que o país apresentava.

Lembrou então a instituição de uma repartição federal para coordenar, recensear, guiar todo o movimento da educação popular e fundamentou as suas sugestões com o excelente resultado que os Estados Unidos haviam obtido só com o seu "Bureau of Education".

Foi, assim, no começo da Republica, um dos precursores dessa campanha contra o analfabetismo, que ora cresce, ora mingua, e que, quando parece triunfante, morre no meio da indiferença dos que mais deviam preocupar-se com isso.

Então, entre as manifestações de pesar, receberia o filho mais velho este telegrama, de quem podia falar com autoridade, Ortiz Monteiro, Presidente do Conselho Superior de Ensino:

Cumpro levar seu conhecimento e ao de sua distinta familia que este Conselho resolveu por unanimidade de votos manifestar o seu profundo sentimento pelo falecimento do Dr. Fernando Lobo, inolvidavel autor do Codigo de Ensino de 1892. (153)

Quanto á higiene e á saude publica, nada mais desolador que o aspeto da Capital, devastada pela febre amarela e outras epidemias. Pouco seria o Brasil sem que daqui as expulsassemos, exclamava a miude. Fôra-lhe golpeado dolorosamente o proprio lar. E seria possivel, ainda pensava, que mesmo nos estertores da guerra civil, a miseria humana, desvalida e doente, não podesse abrigar-se ou acudir-se numa metropole que se orgulhava de uma das primeiras, sinão a primeira da America do Sul? Passariam os anos, a febre amarela desapareceria, formosas avenidas, novos edificios aqui surgiriam; mas, quanto á miseria humana pelas ruas da cidade, não melhoramos. Ao contrario, o contraste nos acentua, ainda hoje, a desidia.

(153) A proposito do decreto n. 1.194, de 28 de Dezembro de 1892, com a assinatura de Fernando Lobo, aprovando novo regulamento para o Ginasio Nacional, registou Escragnolle Doria, numa Memoria recente sobre o Colegio Pedro II: «Em Dezembro de 1893, deixava a pasta da Justiça e Negocios Interiores o dr. Fernando Lobo, republicano historico, desde a formatura jurídica em S. Paulo em 1876, homem sempre respeitado pela integridade de caracter. Leva-lo-ia este a renunciar o mandato de Senador por Minas por ter sido apresentado pelo Partido Republicano Federal para a vice-presidencia da Republica. Vencido nas eleições, nobre e desprendido, entendeu renunciar ao mandato legislativo, nunca mais tornado á politica. Um homem e um exemplo».

Tempos terriveis aqueles, nos quais a cidade vivia, no mar, sob a ameaça da metralha da esquadra e, em terra, debaixo do flagelo do vomito negro. Depois veio a cólera. Um, dois navios estrangeiros, então chegados, tiveram as tripulações dizimadas, vagueando como fantasmas por nossas aguas. Fernando Lobo não desanimou, visitando os doentes, urgindo por providencias. Não pode estudar-se a organização da saude terrestre ou maritima sem atentar no que fez, ou procurou fazer (154). A ele coube efetivar na Saude Publica um modesto mas dedicado chefe, Bento Gonçalves Cruz, dando tambem ingresso ao filho, Oswaldo, o futuro criador de Manguinhos. Entre os de sua predileção estava um jovem medico, que a morte roubou á medicina tropical, de que foi um dos precursores, Francisco Fajardo. De Francisco de Castro já se disse o ocorrido; seu amigo invariavel, Ruy Barbosa, deu muitos anos depois, este depoimento insuspeito:

Quem parece ter entrevisto, neste assunto, o rumo do bom senso e da sinceridade, foi o Marechal Floriano Peixoto. Não regateamos justiça aos nossos inimigos. Era S. Ex. aconselhado pelo Mi-

(154) Decretos de sua lavra, n.º 1.171, de 17 de Dezembro de 1892, organisando os serviços até então confiados ao Instituto de Higiene; n.º 1.172, de 17 de Dezembro de 1892, organisando a Diretoria Sanitaria Federal; e n.º 1.558, de 7 de Outubro de 1893, regulando o serviço sanitario nos portos da Republica. Vêr, entre outros, Placido Barbosa e Cassio B. de Rezende, *Os Serviços da Saude Publica no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, 1808 a 1907*. (Esboço historico e legislação). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909.

nistro Fernando Lobo, e este honrado mineiro buscou, por sua vez, aconselhar-se com uma de nossas sumidades científicas, em cuja opinião não entrava mescla de interesse.

Sob essa inspiração, em 1892, o governo brasileiro, cogitando em arrostar o grande empreendimento, resolveu bater á porta das grandes celebridades européias. Seu primeiro passo foi consultar o famoso Parkes, o professor de hygiene de Londres, ao mesmo tempo que se dirigia, em Munich, a Max von Pettenkoffer, o Nestor dos higienistas alemães, e ao dr. Brendel, outra notabilidade das mais eminentes.

Indicado pelo sabio inglês ao dr. Souza Correia o engenheiro Baldwin Latham, como especialista capaz de corresponder á grandeza excepcional do cometimento, com ele se entabularam negociações afim de vir ao Rio de Janeiro, estudar a questão, elaborar o projeto e dirigir as obras. Não sabemos que circunstancias obstaram ao andamento dessa auspiciosa tentativa. Talvez a exoneração do Dr. Fernando Lobo. Talvez a agitação politica dos tempos subseqüentes (155).

Melhor prova de sua tolerancia foi certa opposição que, a proposito de um outro ato seu, lhe fez a imprensa do Rio de Janeiro, o *Paiz* á frente. A'quele tempo, não se esvasiavam as arcas do Tesouro em favor de personalidades ministeriais. Compensaram-lhe igualmente tais contra-tempos estas palavras de um diario carioca, quando deixou a pasta, a 8 de Outubro de 1893:

(155) *A Imprensa*, 19 de Agosto de 1900.

Do governo, inaugurado a 23 de Novembro, ninguem houve que fosse tão leal cooperador, nem que melhor comprehendesse a verdadeira situação de um secretario de Estado, sob o regime presidencial.

Republicano dos mais puros principios, a sua palavra, seguida ou não, foi sempre nos conselhos do governo ouvida com o respeito que sempre impõe a mais imaculada correção de um carater como o seu, todo feito de honestidade e franqueza. (156)

Doente a 6 de Setembro de 1893, foi publico que só permaneceu na pasta devido á explosão da revolta. Agora, agravando-se os sofrimentos, pedia exoneração (8 de Dezembro de 1893). Não a concedeu Floriano sem pesar. De Minas, Affonso Penna telegrafou sentindo sua retirada. De São Paulo, mandou Bernardino de Campos que ela privava o país "de um servidor republicano dedicado e leal". Do Rio de Janeiro, J. Thomaz da Porciuncula a lamentou, agradecendo, como Affonso Penna, "os inolvidaveis serviços". No Pará, Lauro Sodré

(156) *O Tempo*, 10 de Dezembro de 1893. «Em face de tal situação, acrescentou esse jornal, referindo-se aos primeiros meses do Governo, ao passo que o Marechal Floriano era de parecer que se sustentassem os poderes estadoais já instalados, apesar da sua viciosa procedencia e atendendo apenas á legalidade, o Sr. Fernando Lobo opinou que o governo federal, instalado por força de uma contra-revolução triunfante, destituisse, e por um só ato, claro e franco, todos os governadores, só depois de tal fato entrando na normalidade constitucional. Contra isso decidiu a maioria do ministerio, resolvendo não destituir os governadores, por ato proprio; mas tambem não contrariar os movimentos populares. Hoje, passados dois anos, depois dessa data, é facil calcular que imenso beneficio teria sido para a Republica se esse procedimento decidido e franco tivesse sido adotado».

referio-se a "tantos e tão bons serviços prestados á Republica, durante o longo periodo critico que vem atravessando desde 23 de Novembro de 1891". De Pernambuco, Barbosa Lima escreveu sentindo não pudesse o ministro dimissionario continuar a prestar "os relevantes serviços que tanto o recomendam á estima dos bons republicanos". Não afinou por outro diapasão o Rio Grande do Sul, com Julio de Castilhos. De todos os lados choveram manifestações publicas. Era uma tolerancia e lealdade que se iam, tal a nota geral. Não havia outras palavras para caraterizar aquele varão mineiro, que a politica cortejou.

CAPITULO XXI

ANTECEDENTES DE UMA RENUNCIA

Politico, no sentido militante da palavra, não foi. Repugnavam-lhe transigencias individuais em detrimento de principios espirituais ou morais; não se ageitando a certos processos de governo, ou de opposição, comuns no Brasil.

Havia escrito o Cardeal de Retz que era muitas vezes preciso mudar de opinião para ficar com o seu partido. Na compreensão ideal de uma democracia, já agora bem contraria á realidade, aquele mineiro, como se escreveu de outro politico do lado de lá do Atlantico, “preferio o isolamento ao compromisso, presenciando em silencio o desenrolar dos acontecimentos”. A ninguem se adaptavam melhor as palavras de Machado de Assis nas suas *Reliquias da Casa Velha*: “Nem a pasta lhe deu gloria, nem a demissão desgosto”.

Em Minas, vimos que Fernando Lobo tinha tido posição mais de arbitro que de partidario, nos sucessos que ali ocorreram logo depois da proclamação da Republica. No Rio de Janeiro, buscou ser tambem cordato, refreando a paixão circunstante ou impedindo que, por efeito dela, se carregassem mais os horizontes. Não saía

desiludido da experiencia, tinha, sim, triste o espirito diante da precariedade de nossas instituições civicas e da fraqueza dos brasileiros no remedia-la. Nestes, a origem de tudo. Não ha nações, mas individuos em crise, costumava dizer; quando a cedula era bôa, o tecido por força tinha que ser sadio.

Entre advogado e juiz, aquella profissão é que mais o seduzia. Como reenceta-la, porém, quando o escritorio se tinha desfeito, disperso nas exigencias do cargo federal, de retribuição escassa, o pequeno peculio amanhado no fôro de Juiz de Fôra? Crescia a familia, urgindo providenciar para seu sustento e educação. Havia o *Jornal do Comercio* noticiado, dois dias depois de sua exoneração (10 de Outubro de 1893):

E' possível que o Sr. Dr. Fernando Lobo continue a ter que ver com a justiça, na vizinhança do Passeio Publico.

Era alusão fundada ao Supremo Tribunal Federal. Pretendeu Floriano, de fato, nomear para ele seu ministro demissionario; mas, escusando-se Fernando, o Marechal nomeou Americo. Temperamento mais politico, não honraria menos, entretanto, o irmão aquella investidura. No futuro, morto este, seriam frequentes as indicações do outro para o cargo. A ele, contudo, não iria. Tampouco seria advogado, por muito que fizesse; profissão mais nobre não havia, no seu conceito, para a defesa dos direitos alheios. E banqueiro ficou sendo. Estava, entretanto, em plena força criadora, mal tendo transposto os quarenta anos de idade.

Viveria ainda cerca de um quarto de seculo. Espectador não mais ator, qualquer que lhe fosse a atividade, não esconderia um fundo inato de interesse pela cousa publica, sofrendo calado seus descompassos, — seriam tantos! — e esperando para o país tempos melhores. Em traços breves, sua vida teve então estas etapas: General de Brigada, por serviços prestados á Republica, 7 de Novembro de 1894; Vice-presidente do Banco do Brasil, 1894-95, com Rangel Pestana na Presidencia; Senador Federal por Minas Gerais, 1896 a 1897; Diretor do Banco de Credito Real de Minas Gerais, em Juíz de Fóra e, mais tarde, no Rio de Janeiro, 1900 a 1912. Diretor do Banco do Brasil, onde o encontrou a morte, dezembro de 1915 a fevereiro de 1918.

No Banco do Brasil não foi longa a passagem por divergencias que o obrigaram a sair. Era já sob Prudente de Moraes, com o colega de 23 de Novembro na pasta da Fazenda. No nosso mais alto instrumento de credito, iniciou Fernando Lobo o trato das questões sobre finanças nacionais, que o acompanharia depois. A fiel execução do dever publico não merece referencia especial; é de registrar-se, contudo, a carta de agradecimentos que lhe mandou Rodrigues Alves. (157)

(157) «Sentindo muito que não pudesse V. Ex. anuir aos desejos do Governo, de continuar a prestar ao Banco o concurso de suas luzes e experiencia, venho em seu nome agradecer os relevantes serviços que prestou no exercicio daquele posto e a lealdade com que sempre desempenhou as suas arduas funções». Carta de Rodrigues Alves, Ministro da Fazenda, a Fernando Lobo, Vice-Presidente do Banco do Brasil, 21 de Novembro de 1895.

Surpreendeu-o, então, a indicação de seu nome para Senador Federal por Minas Gerais na vaga de Felício dos Santos. As manifestações publicas foram das mais espontaneas. Bem certo é que quizeram explorar contra seu nome, fazendo-o responsavel pela revolução no Sul de Minas, já referida; mas sem éco, ao contrario, como vimos tambem em tempo, com a negativa formal de quem, chefe interino do poder do Estado, áquella época, podia depôr com isenção e autoridade.

Um dos manifestos de apresentação dos companheirada antiga dissidencia em Juiz de Fóra, assinado por J. Gonçalves Ramos, Luis A. Detsi, Carlos J. das Chagas, dizia (19 de Novembro de 1895):

Filho do Sul de Minas, esforçado lidador da causa republicana, nos tempos dificeis da propaganda, cooperador leal e dedicado do Governo que salvou a Republica, administrador integro e habil de interesses financeiros do pais, o nosso compatriota é uma das glorias mais puras do Partido Constitucional Mineiro.

Em outro manifesto, se lia, nessa mesma época:

O seu carater imaculado e nobre, a sua coerençia politica, a sua illustração e o seu amor ao trabalho, são qualidades que o recomendam ás simpatias dos mineiros.

Escreveu o *Correio de Minas*, acentuando a recrudescencia dos esforços monarchicos (Juiz de Fóra, 6 de Dezembro de 1895):

Ninguém ignora a colaboração ativa de Fernando Lobo no governo do inclito Marechal Floriano, durante os dias tormentosos que a Republica atravessou, quando seus mais encarniçados inimigos tentavam apunhalá-la em nome do caudilhismo trefego ao serviço da causa restauradora.

O eleitorado mineiro precisa, pois, de demonstrar, por um ato solene, a sua solidariedade com os grandes batalhadores da causa republicana nos dias difíceis das instituições nascentes e nenhuma oportunidade se lhe oferece mais propícia do que a presente.

Constou do *Estado de Minas* (Ouro Preto, 10 de Janeiro de 1896):

Nome consagrado nas pugnas da propaganda e exaltado na estima de seus correligionarios, pelo esforço e abnegação com que servio a Republica em altos cargos da administração federal, em periodo no qual sofreram rude prova as dedicações e a fé.

Aquele nome é um simbolo de integridade republicana, de firmeza de convicções, de devoção á causa conservadora dos principios constitucionais que formam o dogma fundamental do nosso partido.

Dispensava-se de elogios o *Resistente* (S. João d'El Rei, 9 de Janeiro de 1896):

A candidatura do Dr. Fernando Lobo não se impõe unicamente pela disciplina partidaria, recommenda-se a todos os mineiros em geral, porquanto seu talento, seu patriotismo e sua probidade são

garantias perenes, que têm atestado seu valor e que constituem titulo nobilissimo com que se apresenta ao sufragio de seus concidadãos.

Concluia a *Cidade de Uberaba* (5 de Dezembro de 1895):

O nome indicado pelo nobre Directorio é bastante conhecido em nosso país; é de um homem illustre, que sempre lidou pela Republica, desde o tempo do antigo regime; é um dos filhos mais eminentes de Minas Gerais.

Exarou a *Cidade de Lavras* (24 de Dezembro de 1895):

Nenhum nome reúne maior soma de simpatias e cremos que ninguem atualmente desconhece os incontestaveis direitos que esse mineiro illustre possui para ocupar tal cargo.

Consignou a *Gazeta de Leopoldina* (9 de Janeiro de 1896):

Personificação do regime federativo, cuja intelligencia e carater são a garantia a mais solida de cabal desempenho do seu mandato.

E a *Luz* de S. Manoel; o *Sete Alagoano*, de Sete Lagôas; a *Folha*, de Barbacena; a *Gazeta*, de Cataguanes; o *Município*, de Diamantina; a *Voz*, de Thebas; a *Tribuna Mineira*, de S. José do Paraiso; o *Tupinambá*, de Ponte Nova; toda a imprensa, em suma, rendeu ho-

menagem á tolerancia, ao carater, ás aptidões, á fé democratica do futuro Senador.

Processada a eleição a 12 de Janeiro de 1896, obteve Fernando Lobo cerca de 31 mil votos num total de 33 mil, mais ou menos. Na legislatura que se abriu a 3 de Maio seguinte, tomou ele posse. Pela natureza recolhida de seu espirito, pela moderação de seus habitos e pendores, achava no Senado, entre os altos organismos constitucionais do Brasil, ambiente propicio. Predispunha-se a ser nele menos politico do que legislador, sobretudo nas questões que mais o seduziam, mas não pôde faze-lo porque para logo se entenebreceu o ambiente geral, com cenas iguais, senão peores ás do tempo em que fôra Ministro. Não era orador, de modo que sua ação seria mais nas comissões, de uma das quais fez parte; e si subio á tribuna, foi eventualmente, em breves palavras, para defesa de atos menores seus, como ministro do exterior ou do interior, em assuntos que julgou tocavam sua dignidade; e sobre um projeto de organização judiciaria e de emissão de papel-moéda.

Escreveu Euclýdes da Cunha:

O Governo civil, iniciado em 1894, não tivera a base essencial de uma opinião publica organizada.

Encontrára o país dividido em vitoriosos e vencidos. E quedára na impotencia de corrigir uma situação que, não sendo francamente revolucionaria e não sendo tambem normal, repelia por igual os recursos extremos da força e do influxo sereno das leis.

Sem ideais, sem orientação nobilitadora, peados num estreito circulo de ideias, em que o entu-

siasmo suspeito pela Republica se aliava a nativismo extemporâneo e á copia grosseira de um jacobinismo pouco lisonjeiro á historia, aqueles agitadores começaram a viver da exploração pecaminosa de um cadaver.

O tumulo de Marechal Floriano foi transmutado na arca da aliança da rebeldia impenitente e o nome do grande homem fez-se a palavra de ordem da desordem.

Assistio o Brasil, sob um Presidente civil, que fizera no sul a pacificação e sobre as lutas fratricidas estendera o lenço branco da anistia, a exasperadas manifestações de partidarismo. Do seu tumulo, devia sorrir Floriano, — ele que estivera a braços com uma revolta em terra e outra no mar, — dessa atenuante, que, pelo contraste, lhe mandava o destino. Veio o sitio, com a suspensão total das prerrogativas constitucionais; três senadores, quatro deputados, presos; sem numero, os desterrados para Fernando Noronha; indiciando-se com outros congressistas, num processo criminal de homicidio, o proprio Vice-presidente da Republica. Canudos, um arraial de fanaticos do sertão, desbaratando as forças de Moreira Cesar, aparecia como antro de conspiração monarchica. Foi ainda Rodrigo Octavio, quem, como Secretario então da Presidencia, deixou retrato, com o suicidio de Raul Pompeia, do que foram esses dias tristes (158). Ruy, na vanguarda ainda uma vez, bateu-se

(158) Rodrigo Octavio, *Minhas memorias dos outros*. Primeira série, José Olimpio, 1934. Capitulo *Prudente de Moraes*. Segunda série, capitulo *Raul Pompeia*.

pelos presos, por eles requerendo *habeas-corpus*, mas foi obrigado a deixar o Rio para fugir á sorte do Gentil de Castro, redator de dois órgãos filiados á velha dinastia, e barbaramente assassinado. Um livro de Afonso Celso conta, sem rancor, essas horas amargas em que quasi succumbio o Pai (159). Quem o lê, não pôde ter sinão a impressão da democracia primaria que, apesar de tudo, ainda somos. De Friburgo escrevia Ruy:

Tive que retornar ao campo, experimentando então o pesadume de uma iniquidade mais acerba que a do desterro: o homicidio do inocente, obrigado a acoutar-se como malfeitor, á forçada sequestração do amigo da ordem e da justiça, no seio da propria Patria subjugada pelo crime (160).

Prudente de Moraes acabou revogando o ato que cassára a Ruy as honras de general. E' que havia ocor-

(159) Afonso Celso, *O Visconde de Ouro Preto*. Livraria Globo. Porto Alegre, 1935.

(160) «Sob o peso da consternação geral, desci de Friburgo, imprecitado ao Rio, aonde me chamavam deveres instantes. Encontrei a cidade imersa em pavor. Tinham-se arrazado três jornais. Um homicidio ignobil, anegrado por nefandas apologias, inaugurára na metropole brasileira o assassinio politico. Através desse pesadelo, só se deixára á imprensa a alternativa de calar o crime, ou lhe soprar o braseiro. Canudos era a porta aberta á monarchia. A todo o transe, pois, cumpria solidar com o cimento vermelho do terror as instituições vacilantes. O sangue vertido no Rio de Janeiro afogava a semente de Canudos. Por entre essa demencia, essa agonia, esse espanto, crocitava, porém, uma nota singular: a do meu sacrificio aos manes de Moreira Cesar». Fernando Nery, *Ruy Barbosa*, cit. Sobre Ruy e Prudente vêr também Mario de Lima Barbosa, *Ruy na politica e na historia*, cit.

rido a tentativa de seu assassinio, seguida da morte do Ministro da Guerra, o General Bittencourt. E Ruy, diante de tais crimes, foi a Palacio assegurar sua solidariedade ao Chefe da Nação.

Esta, atonita, não podia acreditar que fossem cúmplices homens que, sob a bandeira de Francisco Glycerio, tinham constituido o Partido Republicano Federal. Não o eram. Mas está nos governos, para se salvarem, lançar mão de pretextos exagerados ou inexistentes. Aconteceria assim, muitos anos depois, com a politica de importação russa, que as autoridades tinham deixado penetrar por toda a parte, desfechando num levante sangrento, de raizes comunistas é certo, mas refletindo, sobretudo, uma desordem politica geral, em quem a autoridade tinha sua responsabilidade. Sob Prudente, o monarquismo formou a cortina de fumaça que autorizou aruaças e abusos (161), antes de Canudos, do mesmo modo que, logo depois, a opposição politica constituiu, por si só, pretexto para suspeita num crime hediondo. Era fatal, á vista disso, o desaparecimento do partido nascente. Candidato á Vice-Presidencia, com um brasileiro cheio de serviços á Republica, Lauro Sodré, na chapa da Presidencia, Fernando Lobo estava de antemão vencido. O quadrienio seria de Campos Salles e Rosa e

(161) Em 1895, cinco brasileiros, fieis ao trono, haviam formado um centro, que, antes de mais nada, «cogitasse dos supremos interesses da patria, infelizmente malbaratados pelos governos republicanos». Eram eles Ouro Preto, João Alfredo, Lafayette, Carlos Affonso e Andrade Figueira.

Silva. E o que parecia inesperado, aconteceu: — bati-do não só no seu Estado, como no proprio municipio, com mais de sete anos de mandato de senador a exercer, Fernando Lobo renunciou a cadeira. Este incidente, marcando o fim de sua carreira politica, fixou definitivamente, para o país, na sua personalidade, o desprendi-mento.

CAPITULO XXII

ADEUS Á POLITICA

Havia no Partido Republicano Federal, pelo menos, um germen de organização civil, digno de desenvolvimento. Mas apeou-se seu presidente por uma simples "varia" do *Jornal do Comercio*, de inspiração official. Na luta com Prudente de Moraes, Glycerio, seu chefe, perderia as vinte e uma brigadas, como chamava aos Estados; e nem sequer se elegeria deputado por São Paulo, na legislatura seguinte.

Mas foi, de fato, com o assassinio do Marechal Bittencourt, que o partido, objéto de acusação infamante, desapareceu. Outro, não surgiria de suas cinzas. Da politica dos governadores, sob Campos Salles, passaríamos, sob varios presidentes, para a influencia de um homem, Pinheiro Machado. Desaparecido este, a solidariedade entre Minas e S. Paulo, na direção do Brasil, duraria até que, divergente o primeiro em 1930, assumisse o Rio Grande do Sul a hegemonia. O Estado, que não dera sequer um Presidente de Conselho na Monarquia, subia ao poder federal com poderes discricionarios, prolongando-se nele, depois de feita a nova Constituição da Republica.

Não havia, contudo, no partido, designio de hostilidades à *outrance*. “Não increpo, disse Glycerio ao abrir a convenção para escolha dos candidatos, de traição, os que estão no poder, mas de fraqueza na guarda das instituições”. O manifesto de apresentação de Lauro Sodré e Fernando Lobo ressentio-se da preocupação, sincera em muitos, quanto á volta do parlamentarismo sinão da monarquia. Havia intuitos construtivos, entre citações de Hamilton e Thiers. “O Imperio foi o *deficit*, lia-se aí: a Republica não deve ser o *deficit*. O Imperio foi o regime das emissões e dos empréstimos; a Republica é ainda infelizmente o regime das emissões e dos empréstimos”. Quanto aos dois candidatos, foram palavras do manifesto:

São eles exemplos vivos de inteireza e correção republicanas.

Em constante atividade, nos tempos da propaganda e depois de proclamada a Republica, não se descobre uma falha no carater moral e politico destes dois brasileiros illustres.

Quanto a Fernando Lobo, escreveu no norte Martins Junior, ao recomendar-lhe o nome aos sufragios:

Sabem todos os que acompanham a marcha das cousas politicas, que ele deu as mais subidas provas de seu grande merecimento moral e de sua absoluta dedicação á Republica, quando, Ministro de Floriano Peixoto, ocupou durante um certo periodo da Revolta, a pasta da Justiça.

Homem afeito aos estudos e á pratica administrativa, republicano historico dos mais influentes e respeitados em seu Estado natal, o illustre mineiro merece dos brasileiros a investidura que solicitamos para ele.

No Sul, para citar só os extremos, o *Diario* do Rio Grande lembraria os dias tormentosos de Floriano (162), enaltecendo uma folha de serviços que a renuncia ia fechar. Essa renuncia não podia deixar de ter grande repercussão (163). Em Minas Gerais filiou-se a peias partidarias, quando o que havia era um imperativo de ordem moral, porque, derrotado no seu proprio Estado, e o que é mais, no seu distrito eleitoral (com o contendor, Rosa e Silva, manteve sempre as mais cordiais relações pessoais), Fernando Lobo entendeu que não lhe cabia conservar um mandato politico por excelencia, o mais alto na arena federal depois do Chefe de Estado, e lhe falta-

(162) «Apesar de atravessar nesse cargo um periodo de graves e constantes perturbações da ordem publica, a sua administração se sobrelevou por valiosos trabalhos. O clima do Rio de Janeiro, a que ele e sua familia não estavam afeitos, foi-lhes cruel, roubando-lhes a febre amarela dois filhos e deixando-o prostrado». *Diario do Rio Grande*, 10 de Outubro de 1897.

(163) Lembrando este acontecimento, escrever-se-ia no Rio de Janeiro por ocasião de sua morte: «A despeito de todas as solicitações para que permanecesse no exercicio de suas funções senatoriais, renunciou-as definitivamente, recolhendo-se, em voluntario ostracismo, á cidade mineira onde residia. A beleza desse gesto dispensa comentarios laudatorios. Em uma terra em que o apego ás posições determina toda a sorte de acomodações e de curvaturas, de transações e de acórdos, o illustre politico soube ser, a um tempo, ativo e digno, sincero e abnegado». *O Pais*, 21 de Fevereiro de 1918.

va ainda acima de dois terços para completa-lo. Escreveu-se no Estado:

Será motivo de amargura indelevel para os filhos de Minas, o se verem forçados a sacrificar, nas urnas, um nome que fulge na tradição republicana, como simbolo de honradez inexcedível, e patriotismo transcendente.

Conforta, porém, a certeza de que, dentro em pouco, o seu espirito, educado no culto das mais puras verdades republicanas, nas quais saberá inspirar-se, livre das peias de compromissos partidarios, que deixarão de existir pelo desaparecimento do partido que lhes deu origem, fará cessar os motivos que, transitoriamente apenas, incompatibilizaram com a maioria dos mineiros o chefe ilustre, ao qual então serão prestadas, pelos votos de seus co-estadanos, as homenagens a que tem feito jus pelos seus indiscutíveis serviços á causa publica.

Não lhe faltaria, em Juiz de Fóra, a simpatia dos velhos companheiros, Constantino Paletta á frente, os quais reunidos em Diretorio (23 de Julho de 1898) deliberaram, por iniciativa de Duarte de Abreu, "que a mesa que presidia a reunião oficiasse ao eminente representante mineiro, lastimando a resolução por ele tomada e manifestando-lhe todo o apreço e consideração e, ao mesmo tempo, apoio e solidariedade na sua orientação politica". Dos orgãos locais, o *Correio de Minas* lamentou a renuncia, que sabia irrevogavel, enquanto o *Farol* e o *Jornal do Comercio* aludiram, com pesar, aos "inestimáveis serviços ao Estado". De Cataguazes se

ouvio na sua *Gazeta*: “Assim procedendo, o benemerito mineiro deu um belo exemplo de civismo, digno de ser imitado por um numero infinito de corifeus politicos”.

No Senado, aonde foi ter, ao iniciar-se a legislatura, a deliberação, — duas palavras (20 de Março de 1898) em que Fernando Lobo comunicava a renuncia, agradecendo, ao mesmo tempo, as provas de apreço recebidas dos colegas, — Almino Afonso levantou a preliminar de que o mandato se prendia mais á função e que a “Mesa faria muito bem, em primeiro lugar, em consultar o Senado e, si o Senado tivesse a honra, a probidade e a gloria de não aceitar semelhante renuncia, participar o fato ao nobre senador que renunciou a sua cadeira”. Joaquim de Lacerda desaprovou tambem a renuncia, mas por outros motivos:

O Estado de Minas, elegendo S. Ex. para o cargo de Senador, podia não acha-lo competente para o de Vice-Presidente da Republica ou achar que não era ocasião para elege-lo para este cargo, mas não retirou de S. Ex. a confiança para representar o Estado como Senador.

Os antecedentes consideravam, porém, a renuncia materia apenas de expediente, para a comunicação ao Estado e o preenchimento da vaga (164). De modo que

(164) «Senhor Presidente — O Senado, como disse, tem considerado a renuncia como materia de expediente; já por duas outras vezes seguiu essa norma de conduta; e dado o caso de renuncia, a Mesa tem providenciado para que a vaga seja preenchida. Neste sentido, a comunicação vai ser feita ao Presidente do Estado de Minas Gerais». *Anais do Senado*, 7 de Maio de 1898.

falaram, exprimindo o pesar geral, Pires Ferreira e Severino Vieira (7 de Maio de 1898). Aquele disse que se houvesse consulta, votaria contra, acrescentando:

E' verdade que S. Ex. pertence hoje a uma agremiação politica diversa, mas isso não importa, porque S. Ex. havia de cumprir seu dever com todo o civismo.

Quero que o meu modo de pensar em relação ao assunto seja conhecido por esta Casa e por S. Ex. a quem muito prezo.

Severino Vieira foi mais longo, mas não menos expressivo:

Póde ao ato do honrado Senador por Minas, onde ele será julgado como entenderem, ser attribuido o alcance que merecer no juizo de cada um.

Humilde cidadão, e um dos mais humildes e obscuros membros de Senado, reivindica para norma do seu procedimento, em qualquer situação em que as circumstancias o coloquem, analogamente ao honrado Senador por Minas, reivindica o procedimento dele como norma do seu proceder; e deseja que isto se saiba bem claramente no Estado que humildemente representa.

Adiante:

O mandato, as funções desempenhadas no Senado são exercidas em nome daqueles que os delegaram, e, desde o momento em que uma divergencia, como a que se verificou entre o honrado Senador pelo Estado de Minas e o eleitorado que

o elegeu, desde o momento em que uma divergencia destas se nota, não resta a um cidadão dotado das altas qualidades do illustre Sr. Fernando Lobo, tendo a verdadeira noção do civismo, não resta outro procedimento que não aquele que acaba de ter S. Ex. Como um dos obscuros companheiros do honrado Senador, como testemunha de seus meritos, como admirador de suas virtudes, rende preito de homenagem ao distinto cidadão e faz votos para que o Estado de Minas saiba aquilatar de seus meritos, tornando a collocar-o outra vez no recinto do Senado.

Não o fez o Estado, nem então, nem depois. Aqui e ali lhe lembrariam o nome. Quando da vaga de Gonçalves Chaves, por exemplo, se focalizaria a renuncia. Escreveu o *Jornal do Comercio* de Juiz de Fóra (25 de Agosto de 1902):

Ninguem melhor do que ele, por seu carater sem jaça, por sua culta intelligencia e por sua inquebrantavel fé republicana.

Acresce que o Estado de Minas lhe deve uma reparação, á vista da attitude nobre e digna renunciando a curul senatorial, quando por circumstancias, que não vêm a pelo discutir, lhe infligio o Estado uma derrota na candidatura de S. Ex. a Vice-Presidente da Republica.

Mas outros seriam os tempos e a ele não acenava a volta á politica, mesmo nessa forma tranquila, meio vitalicia. Um dia, ia-se falar nessa hipotese, e então escreveria o *Paiz* (30 de Outubro de 1905):

Quem conhece o valor do Sr. Fernando Lobo, o prestigio que mantém dentro do Estado, ainda depois de sua nobre renuncia, não duvida que essa noticia seja alguma cousa mais do que um boato.

De outra feita, discorrer-se-ia da Presidencia do Estado. Fóra da politica militante, mas sempre com alto conceito em todo ele, o nome de Fernando Lobo, entre os de Wenceslau Braz, Bias Fortes, Francisco Salles, merecia referencias. Escreveu a proposito o *Bandeirante* de Varginha (19 de Setembro de 1905):

Poucos deixaram na vida publica uma nomeada tão digna de admiração e benemerencia real.

Propugnar pelo seu retorno á efetividade politica é um dever patriotico dos bons republicanos mineiros e da imprensa digna e independente.

Espirito combativo, Estevam de Oliveira disse no seu *Correio de Minas*, dez dias depois:

Contra o Dr. Fernando Lobo, não sei porque, opuzeram os politicos dirigentes de Minas uma especie de muralha de silencio, após a sua nobilissima renuncia que ha-de ser sempre lembrada como exemplo de abnegação e de brio, nestes tempos de *steeple-chase* em busca de empregos politicos efetivos. (165)

(165) A proposito da vaga de Piza e Almeida no Supremo Tribunal Federal, ainda se escreveu em Juiz de Fóra: «Tendo com uma altivez e abnegação, improprias dos tempos que correm, resignado a sua cadeira no Senado, aqui fixou residencia, ficando um esquecido dos politicos dominantes, quando o Dr. Fernando Lobo, pelo seu alto merecimento, deveria estar ocupando lugar de destaque no cenario politico do país». *O Farol*, 30 de Junho de 1908.

Foi nessa época que deu a publico um estudo impresso. Era pequeno, versando o tema, tão dramático quanto histórico, do desaparecimento de Claudio Manoel da Costa. Os irmãos foram polemistas, manejando a pena a miude, quer em assuntos políticos, quer de engenharia ou historia. Fernando Lobo nem dos pareceres jurídicos, sobrios, profundos, que deu, guardou copia. Quanto ao companheiro de Tiradentes, não procedia a tese do suicidio. Este foi um dos trechos do estudo:

A aurora da liberdade que brilhara nos Estados Unidos irradiara-se na Capitania de Minas Gerais, patria de homens eminentes, reputada indomável pelos estadistas da metropole.

Poeta insigne, jurisconsulto de nomeada, historiador, ex-secretario do governo, Claudio Manoel da Costa escreveu inumeras obras, muitas das quais não foram publicadas e se perderam.

Varão superior ao lugar e á época em que viveu, não podia deixar de fazer parte da legendaria conjuração mineira, que se formara de quantos homens illustres havia na Capitania e reunia todos os elementos da vitoria — o patriota que lhe propoz a legenda *Aut libertas aut nihil* — substituida pela de — *Libertas quae sera tamen* — de Alvarenga.

Adiante:

Desgraçadamente o fulgor da liberdade foi fugaz e seguido logo de tenebrosa noite de tirania. Claudio, que era um dos chefes da inconfidencia e passava por ser o legislador da Republica, devia expiar tão horrendo crime e ser o primeiro martir da liberdade.

Já muitos dos seus amigos haviam sido presos e remetidos para o Rio de Janeiro, algemados e acorrentados; transitando assim a via dolorosa que os conduziu ao patíbulo e ao degredo para as inhospitas plagas da Africa; arrancados da familia, que ficava reduzida á miseria e declarada infame até á terceira geração: quando Claudio certa noite foi avisado por um vulto misterioso que fugisse e queimasse os papeis comprometedores, si os tivesse. Deixou-se ficar em casa e na manhã seguinte foi colhido no leito pelos agentes do execrado Visconde de Barbacena.

Tais são os elementos de tradição, em contrario á verdade official.

O distico escrito com o sangue nunca veio a lume. Si o despotismo mandou apagar o pensamento que o conjurado quiz transmitir á posteridade, não conseguiu delir a memoria da vitima venerada por Minas, Niobe que ha um seculo chora o infortunio dos seus diletos filhos (166).

CAPITULO XXIII

OS ORFÃOS DA CAMPANHA

Falariam os amigos, a imprensa de ostracismo; o que havia, porém, era uma renuncia espontanea, definitiva á politica, na sua feição militante.

Que importava esta, si o grande passo estava dado, não se podendo retroceder? O que repugnava a Fernando Lobo, na monarchia, não era o velho Imperador, que sabia patriota e digno, mas o principio dinastico, intoleravel num continente democratico. Além disso, nossa imensa area territorial não podia suportar por mais tempo um regime centralizador, aproximando-se, na solução, muito mais dos Estados Unidos da America, que dos sistemas europeus que nos pareciam falar melhor á indole politica. A federação, constitucionalmente, deu de fato na centralisação, mas economicamente permitiu o surto do paiz, com expressões, como São Paulo, que constituem o melhor de nosso ativo geral. Houve Estados, é certo, que se retardaram, mas sem ela, provavelmente, teriam regredido mais, sinão ameaçado a propria integridade nacional. Só a flexibilidade da forma federativa, conciliando o desenvolvimento regional na direção nacional, podia dar-nos a solução necessaria. A co-

pia do modelo norte-americano trouxe absurdos notorios, pela divergencia do processo politico e historico ali e aqui. Mas exprimia um imperativo de unidade, que não escapou aos fundadores da Republica.

A pequena politica, com efeito, lhe não estava no temperamento. Fôra uma experiencia na sua vida, uma experiencia que ia a menos de um decenio, — precisamente de Novembro de 1891 a Maio de 1898. No seu canhenho familiar, laconico como tudo que lhe saía dos labios ou dos dedos, é brevissima a anotação:

Terceiro Vice-governador de Minas, por decreto de 12 de Abril de 1890; membro da comissão encarregada de formular o projeto de Constituição de Minas, por ato de 2 de Julho de 1890; Ministro das Relações Exteriores, por decreto de 30 de Novembro de 1891; Ministro do Interior e interino da Justiça, da Instrução Publica, Correios e Telegrafos, por decreto de 10 de Fevereiro de 1892; Ministro da Justiça e Negocios Interiores, na fusão das três pastas, por decreto de 26 de Outubro de 1892, tendo sido exonerado, a pedido, por decreto de 8 de Outubro de 1893; Senador por Minas em 12 de Janeiro de 1896, tomou assento a 22 de Maio do mesmo ano; candidato, em 6 de Outubro de 1897, á Vice-Presidencia da Republica, pela convenção reunida no Senado; renunciou o mandato de Senador, 20 de Março de 1898.

Nada mais. De sua vida, além da data do nascimento, formatura e casamento, é tudo o que registou. As outras breves paginas eram para o nascimento dos filhos, a morte de alguns, o aniversario dos tres irmãos. Des-

tes, o mais moço, Joaquim, de brevissima actividade politica no inicio da Republica, morreu em 1902, no centro de seus sonhos democraticos (167), a sua fazenda de Cataguazes, tão onerada que a viuva, corajosa e viril, á frente dela com os filhos menores, a custo lhe saldaria os compromissos. A morte seria de insuficiencia renal, agravada de pneumonia; e Fajardo, então em plena ascensão, viajando até ali, nada pôde fazer. Coração bonissimo, Joaquim nada quiz da Republica, dela desenganado pelo que no seu Estado de inicio testemunhou.

Primeiro em idade, faleceu depois Americo, em 1902, como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Governador, embora efemero do Paraná, sob o Governo Provisorio, foi, como se viu, membro da Constituinte e com a prolongação do mandato de suas funções, Senador Federal por Minas, até 1894; passando logo depois a juiz na mais alta côrte do país.

Escreveu Humberto de Campos da Constituinte, sob o titulo "A espada... que já havia":

Na sessão de 24 de Dezembro de 1890, da Constituinte, é posta em discussão a moção de Americo Lobo, em que o Congresso se congratula com as forças armadas pela proclamação da Republica.

(167) Vêr atrás. Ainda: «Foi na Camara Municipal de Cataguazes que, conhecida igual deliberação da de S. Borja, se propoz (6 de Março de 1888) que a Camara representasse á Camara dos Deputados sobre a conveniencia de ser convocada uma Assembleia Constituinte que revisse a Constituição na parte relativa á sucessão do trono». O *Município de Cataguazes*, cit.

Combatido por alguns congressistas, o autor da moção sobe á tribuna para justifica-la. Não se trata de uma curvatura deante das forças de terra.

— Eu, representante de um país de arado e de toga, — diz — de um país pacifico, não posso pensar que o militarismo domine jámais no Brasil.

E num audacioso lance de eloquencia:

— Para que tal se dêsse, seria preciso que houvesse uma espada tamanha como o diâmetrò da terra! (168).

O temperamento politico dera lugar em Americo Lobo a uma humana compreensão da magistratura, sem perder contato com as letras, que tanto prezava. Assim, saio-se, entre seus despachos judiciais, com traduções poeticas latinas, inglêsas e francêsas, fez versos esparços (169), verteu para o nosso idioma as decisões constitucionais de Marshall (170). A sua tradução do *Corvo* não ficava atraz da de Machado de Assis. Começava assim:

(168) *O Brasil Anedotico*, 1927.

(169) Americo Lobo, *Poesias*, publicadas por Americo Lobo Jr., Tip. da Sapucaia, Estado do Rio, 1918.

(170) Americo Lobo, *Decisões Constitucionais de Marshall*, Presidente do Supremo Tribunal Federal dos Estados Unidos da America do Norte. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1903. Dado á publicidade por José e Estevam Lobo como ultimo labor no qual o Pai «descansava dos trabalhos do Supremo Tribunal Federal».

Quando eu exausto e quasi adormecido,
Da meia-noite na tristeza infinda,
Sobre *in-folio* de traças carcomido,
Cabeceando, meditava ainda,
Subito ouvi ruido semelhante
Ao de leve pancada nos umbrais;
«Á minha porta bate um visitante»,
Balbuciei, «é isto e nada mais».

Ahl bem me lembro! Era a invernã brava;
Cada faisca que no lar morria,
Sobre o chão uma sombra projetava.
Eu suspirava pela luz do dia;
Nem pelo estudo mitigado fôra
A saudade das graças virginais
De quem se chama lá no ceu Lenora,
E cá na terra não tem nome mais.

Quando morresse, não lhe faltariam referencias (171). Os companheiros lhe renderiam grandes tributos no Supremo Tribunal Federal. Eram Aquino e Castro, Piza e Almeida, João Pedro, Pindahiba de Matos, H. Espirito Santo, João Barbalho, Manuel Murтинho, Alberto Torres, Lucio de Mendonça. Este, como se viu,

(171) «Dr. Americo Lobo, Juiz de uma correção sem jaça, carater de uma pureza sem mancha». *O Seculo*, Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 1902. «O estinto, que durante toda a sua existencia prestára á causa publica os melhores serviços, deixa um nome cercado de respeito e estima — peculio indestrutível que constitue, sempre, o mais legitimo padrão de orgulho para os posterios de um varão illustre». *Jornal do Comercio*, 2 de outubro de 1902. «Poeta, deixa, além de inumeras produções esparsas, entre as quais algumas que tivemos a ventura de publicar, uma

era conhecedor, desde a propaganda republicana, de seu espirito e de seu carater, dedicando-lhe belas palavras:

Parece que pela derradeira vez, depois de tantas, ainda se está a vêr na sua bela letrinha miuda e torta, a assinatura: *Americo Lobo*, vencido.

O moto do estoico podia ser o dele, que era mixto de profeta e cavaleiro andante, alternando apostrofes de Elias com blandicies de paladino enamorado; mas vento de colera ou aura de meiguice, agitava-lhe sempre o estilo, o penacho de Cyrano.

Adiante:

Mas a feição mais tipica do seu carater não era ainda a intrepidez de uma invencivel juventude; era a inesgotavel bondade de coração e de espirito, que se lhe derramava nas ações e nas ideias, e lhe sublimava a exegese com um *quid divinum* de piedade.

Americo Lobo, juiz, era o nosso Magnaud. A lei, para ele, não podia ter a rigidez fria de uma regua; era reta, sim, mas como um raio solar, que fere consolando e esclarecendo. Como que adotára por lema a sentença — *summum jus, summa injuria*, ou como quasi se traduzio em verso portugûes:

esplêndida tradução da *Evangelina*, de Longfellow, que mereceu os gabos dos mais exigentes criticos. Jornalista, pairou sempre numa alta e serena região, discutindo com galhardia fidalga, de maneira a não fazer inimigos os adversarios de ocasião. Dele se pode dizer, sem favor, que foi um homem justo, honesto e inteligente. Com a sua morte cobre-se de luto a magistratura brasileira, da qual era o illustre finado um dos mais belos ornamentos». *Correio da Manhã*, 2 de outubro de 1902.

*Da vingança é congenere a justiça
Demasiado justa.*

Consciente dos perigos do julgar, usava temperar a severidade da justiça com a clemencia da equidade.

A familia se prolongaria intelectualmente na estirpe, com varios filhos dados ás letras e á jurisprudencia, entre os quais José, poeta de inspiração, morto cêdo, e Estevam, tragicamente tragado pelas aguas do Leme, — moço já no alto de uma carreira que, se muito alcançara, prometia todavia mais. Antigo Juiz Municipal de S. Paulo de Muriahé, promotor de Rio Novo, secretario da Policia em Ouro Preto, official de gabinete de Bias Fortes, professor de Filosofia do Direito de Bello-Horizonte, Deputado Federal, Promotor Publico no Distrito Federal, era do grupo em que luziam James Darcy, Carlos Peixoto, David Campista, João Luis Alves, Calogeras, homens em que a cultura geral corria parelha com uma grande nobreza. Escreveu sobre "Autoria Coletiva e Cumplicidade", "Criminalidade Infantil", "Projeto de lei de Minas", "Bases para uma remodelação do direito penal militar", "Regime de pesca", "Emprestimos estaduais", "Delitos de imprensa", "Imunidades parlamentares", etc. Dele se disse:

O Dr. Estevam Lobo, professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais, deixou uma legitima reputação de jurisconsulto. Era cultor eximio do

direito e, na sua idade, ninguem produziu tanto, entre nós (172)

Segundo na familia, Francisco Lobo sobreviveu a Fernando, morrendo em 1920. Depois da fase brilhante de sua carreira na monarquia e nos primeiros anos da Republica, como atrás ficou dito, recolheu-se á Campanha, entre os estudos prediletos; e só longos anos depois, a morte o encontraria no Rio, Inspector Federal, adido, das Estradas de Ferro. Entre esse cargo e a ultima tarefa official, — a compra na Europa, em 1890-91, de material ferroviario, — havia decorrido mais de um quarto de seculo. E estudou, escrevendo muito. As entradas no sertão não tiveram até hoje mais seguro devassador. Em assunto delas, teve polemicas notaveis, como a com Orville Derby (173). Escreveu nas revistas historicas, deixando varios trabalhos ineditos. Seus arquivos, deste particular, lá se guardam ainda no berço natal, preciosos e abundantes. De suas anotações constam estes raros encargos publicos depois de 1889, — vinte anos de inação tecnica para homem que tanto fizera:

(172) Alfredo Valladão, *Campanha da Princeza*, cit. Rio de Janeiro, 1912. Ver *Estevam Lobo*, por Antonio Lobo, *Jornal do Comercio* de 13 de Dezembro de 1936.

(173) Francisco Lobo Leite Pereira, *O Itinerario da expedição Espinosa em 1854*. Contestação ao Dr. Orville A. Derby, Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do Comercio*, 1911. Vêr tambem: Francisco Lobo Leite Pereira, *Itinerarios de Sebastião Fernandes Tourinho e Antonio Dias Adorno* (1914). — Revista do Instituto Historico, II, 390. — Mais: *Em busca de esmeraldas* — Revista do Arquivo Publico Mineiro, 1897. *Guerra dos Emboabas*, idem, 1901. *Descobrimento e devassamento do territorio de Minas Gerais*, idem, 1902.

Superintendente Geral das Obras Publicas do Estado de Minas Gerais (1889-1890). Chefe da Comissão encarregada da aquisição e inspeção na Europa e nos Estados Unidos da America do Norte do material necessario para as estradas de ferro da Republica, bem como de outros serviços (1890-91). Engenheiro-Chefe da fiscalização da Rêde Sul-Mineira (1910-11). Chefe de Distrito da Inspeção Federal das Estradas (1911-15).

No Estado, a que tinha dado, antes da Republica, como engenheiro, o melhor de seu esforço, escreveu-se (*Estado de São Paulo*, 14 de fevereiro de 1920):

Como Engenheiro-Chefe da Estrada de Ferro D. Pedro II, foi quem rumou a estrada para Pirapóra, buscando esta corredeira para construção da ponte sobre o São Francisco.

O ramal de Ouro Preto, só comparavel em dificuldades á Estrada de Ferro do Paraná, foi construido á custa da sua competencia e vontade de ferro. Aí encontrou, ao lado de obices tecnicos inegalaveis inerentes ao terreno, a mais ingrata e injustificavel opposição não somente dos empreiteiros, o que seria natural, mas tambem do Club de Engenharia, do Congresso e muitas vezes do proprio Governo, o que é mais surpreendente.

Foi ainda no desempenho deste cargo que propoz a redução da bitola da Estrada de Ferro D. Pedro II, em Lafayette, o que imprimiu uma nova orientação á viação ferrea nacional. Até então, imbuidos de megalomania, só construiamos, com raras excoções, estradas de bitola larga; e foi o illustre extinto que, em luminoso parecer, demonstrou de

modo insofismavel, que a bitola estreita era mais compativel com o nosso desenvolvimento economico.

Sendo a estrada de ferro para Mato Grosso eminentemente estrategica, entendia o engenheiro Francisco Lobo que se devia traça-la pela margem direita do Tieté, transpondo o Paraná no salto do Urubupungá, que lhe parecia o ponto tecnicamente indicado á passagem deste rio.

Adiante:

Estudioso da historia patria, primava em basear as suas monografias na mais minuciosa e exata documentação. Foi quem explicou a origem da lenda da existencia das montanhas de prata no Brasil, derivando-a do sentido ambiguo do termo "itá" em guaraní que significava, ao mesmo tempo, pedra e metal.

Entre os seus trabalhos historicos, contam-se os seguintes, entre outros: "Descobrimento e devassamento do territorio de Minas Gerais", "Em busca das esmeraldas", "Itinerario da expedição Espinosa", etc.

Sua ultima obra foi o projeto da reforma do regulamento de policia e segurança das estradas de ferro, serviço que lhe custou enorme esforço, pois além do trabalho de codificação de decretos e avisos esparsos desde 1857, que teve de estudar e organizar escrupulosamente, havia ainda o de compulsar regulamentos congeneres estrangeiros e o de estabelecer normas mais adaptadas ás neces-

sidades atuais e do interesse publico, cuja manutenção seria de toda conveniencia.

De uma inflexivel probidade, era natural que o Dr. Francisco Lobo, soffresse muitos dissabores em sua carreira publica.

CAPITULO XXIV

CREPUSCULO E FIM

Irmãos não houve tão unidos. Tinham vindo de uma distante cidade mineira, orfãos meninos, para esses destinos varios e altos. Quando um se ía, para o sono de que a gente não acorda, uma resignada, silenciosa tristeza apertava ainda mais o coração dos outros. E se a esses adeuses se juntavam os dos filhos, a dôr então não tinha limite.

A Fernando Lobo, neste particular, foi cruel a sorte, porque, numerosos no casal, cinco a morte prematura levou, três dos quais de febre amarela, e todos, menos um, ainda crianças. Foi imenso o luto desses dias, nos quais desceu sobre a casa o silencio das penas que não têm fim. Conforto que houvesse, de amigos e de estranhos, não podia minorar em nada aqueles transe (174). A dedicação carinhosa da mulher, eternamente vigilante, animava o homem em desamparo. Os filhos que sobreviviam,

(174) Ver, por exemplo, o *Minas Geraes* de 20 de Março de 1910.

apuravam cada vez mais, com a idade, o tesouro imenso que sempre foi o coração de Maria Barroso Lobo.

Num lar de tantas necessidades, — sete filhos ainda a aprumar para a vida, — tão parco de recursos, só a sua sabedoria previdente e branda podia operar o milagre. Economizava, cosia, trabalhava, dando a todos, diariamente, a mais nobre e bela lição. Era impossível de outro modo, pois o ministerio, sob Floriano, levou o pequeno peculio que a banca do advogado juntára em Juiz-de-Fóra; acumulando duas, três pastas, Fernando Lobo só quiz receber vencimentos de uma, já poucos para o tempo, pois um terço deles se consumia na condução, a vitoria puxada a dois animais, em uso no Rio meio colonial que tinhamos então. Depois, deixando a senatoria, foi advogado de novo em Juiz-de-Fóra, mas principalmente Diretor do Banco de Credito Real de Minas Gerais, na séde ali, e, posteriormente, na sucursal do Rio de Janeiro. Da renuncia senatorial (1898) á directoria do Banco de Credito Real (1900) haviam decorrido dois anos de esforço em vão pelo trabalho remunerado e outros dois decorriam, desse modo igualmente, entre a demissão de director ali (1912) e a nomeação para director no Banco do Brasil (1915).

O afastamento politico, não diminuiu, todavia, o zelo civico. Ora era a fazenda publica que o preocupava, combatendo nossa inveterada desordem financeira, na crise de 1909, por exemplo, cujas causas deu: superemissão e superprodução, esta e aquela chumbadas á nossa vida toda (*Diario do Comercio*, 2 de Fevereiro de 1909):

Sendo assim, os remedios consistem em prosseguir no resgate do papel-moéda; alargar o consumo; diminuir os impostos. Entre as duas correntes economicas, parece-me que se deve guardar o justo meio.

Entretanto, releva notar que vivemos num proteccionismo *sui generis*. Com efeito, como é favorecida a agricultura, base da riqueza nacional? Alguns Estados lançam-lhe o imposto territorial, tributo inapplicavel a países onde a população é escassa e a terra devoluta. Depois, quando os preços do café baixam ao extremo, elevam ao dobro o imposto de exportação. E' a terapeutica do Dr. Sangrado.

Ora era a eterna esperança de reforma em alguns costumes politicos, alistando-se, em espirito, na chamada reação civilista, quando o país inteiro se levantou com Ruy Barbosa, na campanha de 1909 (175). Antigo Ministro de Floriano, não objetava, na candidatura militar, sinão o carater imperativo, que assumio. Seu nome figurou, então, entre as melhores esperanças nacionais, — Joaquim Murtinho, Campos Salles, Rodrigues Alves, Ubaldino do Amaral, Assis Brasil. Vemos de novo Ruy na estacada, vetando a candidatura militar. "Quero o exercito grande, forte, exemplar, disse ele, não o queriria pesando sobre

(175) Foi seu nome objeto de referencias na imprensa do Rio de Janeiro e dos Estados. A *Noticia* de 14 de Julho de 1909 exarou: «O nome do eminente Sr. Fernando Lobo esteve ontem e está hoje em fóco». Por seu lado, informára a *Imprensa* de 15 de Maio anterior, que os civilistas oscilavam entre Joaquim Murtinho, Campos Salles, Fernando Lobo e Rodrigues Alves. Na *Careta* de 10 de Julho de 1909, o nome de Fernando Lobo figurou no 8.º lugar para a Presidencia da Nação, com 9.384 votos, logo abaixo de Ruy Barbosa.

o governo do país. A nação governa, o exercito, como os demais órgãos, obedece". Desafiando a ameaça, quando os estudantes no Teatro Lirico o aclamaram candidato da mocidade:

Que me importa a mim, senhores, o espantelho?
Não nasci cortesão. Não o fui do trono; não o quiz
ser da ditadura; da propria nação não o sou; não o
serei das baionetas.

Foram quasi vinte anos de apertos materiais (1898-1915). Não é na adversidade que se fazem os temperamentos? Quando voltasse de novo ao Banco do Brasil, seria do velho amigo João Ribeiro, seu companheiro no Credito Real de Minas, então diretor do Mercantil no Rio de Janeiro, que viria, sob emprestimo, a caução necessaria áquella investidura. Mas não havia beleza nisso, uma vez que, em consciência, cumpria sempre seu dever de homem e de cidadão? "Ditoso não é aquele que muito possue, senão o que sabe usar avisadamente das mercês dos deuses", dissera Horacio. Para ele, que envelhecia, tudo era bondade, sem queixumes nem agastamento, — aquella resignação prazenteira a que aludia Cicero, pois "a velhice da idade passada quieta e pura, é alegre e doce" (176). Dois dos pro-homens da Republica, antigos conselheiros da corôa, com os quais, no trabalho official comum, depois de 15 de Novembro, travára de amizade, — aquella que é

(176) Marco Tullio Cicero, *Dialogos da Amizade, da Velhice e Sonho de Cipião*, tradução de Damião de Góes e Garcia de Rezende, Rio de Janeiro, Garnier, 1911.

mais duradoura porque se faz nos dias difíceis, — haviam subido á direção suprema; outros, historicos ou não, tiveram postos de comando; e nenhum o chamou para função nenhuma. Mas era isso siquer cousa de comentario, uma vez que não ha dois temperamentos iguais e a cada hora seus motivos e suas predileções? Um dia, Minas o foi buscar afinal, dizendo-se em falta. “Deve-lhe o Estado uma reparação, mandou, a Fernando Lobo, um varão á frente do Governo do Brasil, Wenceslau Braz; e, como mineiro, é a que no momento rogo aceitar”.

Portador da mensagem, comoveu-se o filho; e, podendo parecer acomodação, instou pela dispensa do cargo, que então exercia, de Secretario da Presidencia da Republica. Mas não anuiu o Chefe de Estado, ratificando o convite para acompanhá-lo durante todo o periodo de sua administração (1914-1918).

Ao anunciar a nomeação para o Banco do Brasil, escreveu *O Paiz*:

O nome de Fernando Lobo vem da propaganda republicana, em que seu ardor de moço e a pureza dos seus ideais marcavam-no como um dos paladinos dessa cruzada politico-social.

E vem desse periodo agitado de mocidade e de ideal, sempre como o simbolo de uma reputação acima de qualquer suspeita. O seu nome é, antes de tudo, uma tradição de honradez, uma afirmação de probidade.

Foi nesse cargo que sobreveiu a morte, depois de grande, penosos sofrimentos (20 de Fevereiro de 1918).

Foram muitas, em Minas, as manifestações de pesar, Juiz de Fóra á frente, cidade que lhe deu o nome a uma rua e a uma escola, altiva de sua corôa de trabalho e de suas tradições republicanas. Outras não menos expressivas, foram as do Rio de Janeiro. Propoz o Banco do Brasil fazer seus funerais e adquirir-lhe a sepultura, oferecimento que ficou prejudicado com outro anterior, do Governo Federal. Escreveu o *Jornal do Comercio* (20 de Fevereiro de 1918):

Republicano historico, combateu no Imperio pela causa da abolição e pela mudança do regimen politico e com tal firmeza de principios e austeridade que, bem moço ainda, era apontado como um dos chefes mais respeitaveis do movimento democratico.

Adiante, depois de aludir á renuncia senatorial:

Modesto, retraído, o Sr. Fernando Lobo era sensível e delicado de sentimentos e assim interrompeu a sua vida politica por causa de um acidente que em geral não incomoda os outros. Mas continuou a prestar serviço ao país, tendo no atual quadrienio contribuido para o desenvolvimento do nosso principal estabelecimento bancario.

“Com a morte de Fernando Lobo desaparece uma das grandes figuras da propaganda republicana...” foi como começou seu necrologio o *Correio da Manhã* (21 de Fevereiro de 1918). Escreveu *A Rua* (20 de Fevereiro): “O nome de Fernando Lobo fica na historia do

regime republicano como sinonimo de impoluto". Por sua vez *A Tribuna* (20 de Fevereiro):

Homem de principios, senhor absoluto de uma grande cultura intelectual, o Sr. Fernando Lobo nunca se deixou ficar preso ás conveniencias e aos mais elevados cargos, dando assim nobre exemplo de altivez e carater, digno de ser citado e imitado.

Foi da *Lanterna* (20 de Fevereiro):

Vulto ilustre, portador de titulos os mais nobilitantes, tendo uma vasta cultura e um apreciavel descortino administrativo, o Sr. Fernando Lobo chegou a ocupar no país, honrando-os, cargos de alta reputação.

A Noite escreveu (20 de Fevereiro):

O nome de Fernando Lobo é um dos poucos que escaparam ao naufragio de incompetencia e de improbidade em que mergulhou e desapareceu o bom nome dos nossos homens publicos.

Fernando Lobo foi um dos rarissimos politicos republicanos que se retiraram da vida publica mais pobres do que nela entraram... Seu nome é hoje uma tradição de honradez e probidade.

Publicando-lhe em longa biografia o retrato, foi do *Paiz* (21 de Fevereiro) este trecho:

Pertencente a uma familia mineira, em que se tem contado inumeras figuras de acentuado valor,

o Sr. Fernando Lobo se impôz, mais de qualquer delas, ao apreço dos seus compatriotas e á admiração do país, pela sua abnegação e pela sua inamolgabilidade ao que se lhe não afigurasse reto e digno.

Por seu lado, disse a *Gazeta de Noticias* (21 de Fevereiro) :

A vida desse notavel mineiro foi marcada desde os bancos academicos em S. Paulo, por um amor sem desfalecimentos aos ideais republicanos, que ele cultuou na sua velhice com a mesma pureza com que os pregou na sua mocidade.

Exarou a *Noticia*, (21 de Fevereiro) descrevendo-lhe os funerais:

As ultimas homenagens recebidas pelo Sr. Fernando Lobo tiveram aspetos duma verdadeira consagração.

Modesto e de habitos austeros em vida, o notavel republicano teve, ao baixar á sepultura, numa tocante unanimidade, o testemunho de que no Brasil, ainda valem muito as qualidades inflexiveis de carater e a dedicação ao trabalho.

Disse o *Jornal do Brasil* depois de lembrar sua carreira publica (21 de Fevereiro) :

A morte veio colhe-lo no cargo de diretor commercial do Banco do Brasil, que em Dezembro de 1914 aceitára a convite do Sr. Presidente da Republica e do qual fôra Vice-Presidente em 1895, com Rangel Pestana.

O Snr. Dr. Fernando Lobo, cujos habitos eram da maior simplicidade, revelando-se sempre austero, sucumbio a uma arterio-esclerose generalisada, depois de longos sofrimentos.

Foram do *Imparcial* (21 de Fevereiro) estas palavras:

O illustre morto pertencia á serie de figuras tradicionais da Republica, que vão dia a dia desaparecendo, gente como que talhada em outro material e animada de outro sopro diferente dos dos nossos tempos e que, da propaganda até hoje, conservaram uma imutavel aureola de integridade e de civismo.

Propagandista, ministro, senador, gestor de casas de credito particular, diretor do Banco do Estado, Fernando Lobo foi moral e republicanamente um só. E' este o seu mais expressivo elogio e o que mais belo se póde inscrever no seu tumulo.

No estrangeiro exarou *La Nacion*, de Buenos Aires (21 de Fevereiro de 1918):

Essa figura pertence ao grupo daqueles que difficilmente são substituidos no cenário politico do país.

O Brasil perde um dos seus servidores mais leais á Republica, convencido dos beneficios que o novo regime traria para a joven nação amiga.

O berço fôra a Campanha, cidade bela e triste, perdida nas serranias mineiras, com suas moradas coloniais, seu retraimento resignado, seus dias purissimos, Fernando Lobo tivera sempre por ela, durante a vida toda,

a melhor de suas recordações, quando, menino, subia pela alameda, entre arvores velhas, até á matriz onde havia Feijó oficiado, ou, ainda, quando lhe lembrava a historia e os filhos illustres desaparecidos. Pelo orgão de seu jornal, a cidade lhe enviou o testemunho de saudade, nestas palavras:

Com a morte de Fernando Lobo, o Brasil perde um de seus filhos mais illustres e a Republica um de seus partidarios mais convitos.

A Campanha, que se sente orgulhosa de ter sido o berço do grande republicano, depõe sobre o seu tumulo as flôres das suas melhores homenagens.

O berço de adoção, Juiz de Fóra, mandou seu sentimento nesta quadra de Belmiro Braga:

Neste meio incerto e vario,
coração ao bem aberto
foste um cedro solitario
na vastidão de um deserto.

Estava aceso sobre o mundo o facho da guerra e ele não quizera cerrar os olhos antes de ver abatida a maldade. E não vio. Tudo de ontem e já tão longe... Tinha 38 anos, quando chefiou, logo depois de 15 de Novembro, a politica republicana em Juiz de Fóra; com 40, fôra Ministro de Estado; ao Senado, chegou antes dos 50. Agora, no ultimo quartel da existencia, percorria em imaginação o caminho feito, não se arrependendo de ter sido o que foi. "A terra hão são os corações bons, ou

os homens de bom coração”, escrevera, muito de seu fei-
tio, o Padre Vieira. E ele o foi, sem maior premio que
a alegria de um espirito puro e de um coração sem mali-
cia. Outra noticia, de Escragnolle Doria, acabava assim:

Morreu sem dinheiro, numa casa de negocios;
morreu sem inimigos confessos, numa terra onde
não custa grangea-los. Seu tumulo precisa outro
epitafio? (177).

Volvia com os irmãos á terra generosa, que pro-
curaram servir. Orfãos, ainda meninos, subiram os qua-
tro, pobres e sozinhos, a alturas, que não buscaram, mas
tampouco desmereceram. Nada de excepcional nessa ascen-
ção, apenas as tradicionais virtudes da gente mineira, num
substrato de invariavel retidão moral. A deles, nem por
ter sido mais fugaz, foi de menor espirito publico. Vir-
tudes democraticas lhes não faltaram, numa Republica que,
se tinha erros e trazia desenganos, procurava realizar os

(177) Ainda: «As oposições no Brasil nem sempre se reco-
mendam, pela avidez dos oposicionistas em se bandcarem para o
Governo, do qual tudo esperam. Fere-se a eleição para Presi-
dente e Vice-Presidente da Republica. O Governo e a opposição
vão ás urnas. O Governo... E' preciso dizer que venceu?

«Fernando Lobo se acha derrotado. Minas lhe concede di-
minuta votação. O mineiro se sente melindrado, não hesita,
renuncia o mandato de senador e nunca mais torna á politica.

«Eis o ato sem palavras mais eloquente de sua carreira de
homem publico, sobretudo num país onde pouca cousa se não
acomoda e raros não se ageitam, favorecidos pela ausencia de
uma opinião publica que vigie, recompense ou castigue, para
gaudio dos honestos e temor dos sem escrupulos. Escragnolle
Doria, *Fernando Lobo*, no *Jornal do Comercio*, 6 de Março de 1918.

ideais de fraternidade politica entre homens. Por isso, não terá sido talvez fóra de proposito resenhar-lhes a vida em torno do mais em evidencia publica, no quadro geral em que existiram. A nação, de certo modo, está nessas celulas de trabalho retraído, de dedicação silenciosa. Do bom cidadão, a hõa nacionalidade. Esses quatro, que honraram Minas e a Republica, não faltaram ao seu dever.



Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Grafica da «Revista dos Tribunais», á Rua Xavier de Toledo, 72, São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 118, em Julho de 1937.